



INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Decreto Nº 3.415 de 19 de abril de 2000 – D.O.U. de 20.04.2000

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 22 de abril de 2003 – D.O.R.J. de 24.04.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

Anexo I – Checklist Qualificação

Nº	Documento	Contém?
1	REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO	Sim
2	Ata e Estatuto Atualizado	Sim
3	Ata e Estatuto Constituição	Sim
4	Ata eleição nova diretoria	Sim
7	Balanço completo 2023, 2022	Sim
6	CNPJ emitido em 01.04.2024	Sim
19	Comprovação de execução de Projetos	Sim

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

PÁGINA

A	natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;	Art. 6º	14
b	finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;	Art. 1º 3º	13
c	previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas aquele, composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;	Art. 35º	27
d	previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, com notória capacidade profissional e idoneidade moral;	Art. 36º	28
e	composição e atribuições da diretoria;	Art. 36º, 43º e 56º	28/31/41
f	obrigatoriedade de publicação anual, em veículo de imprensa do Município de Aparecida, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;	Art. 66º e 71º	44/45
g	no caso de associação, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;	Art. 11º 18º	20/23
h	proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;	Art. 3º	13
i	previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio municipal, da União e/ ou do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;	Art. 63º	43

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –

Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: instituto@institutophoenix.org

instituto@institutophoenix.org





I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

ANEXO XI – REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO

O I.P.S.A - Instituto Phoenix Saúde e Assistência, com sede na Rua Jurandir Martins, nº 35 – sala 302 – Lot. Res. Coml. Bosque Flamboyant, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 04.845.163/0001-26, neste ato representado na forma de seus atos constitutivos por **Fabrizio Grasnele Galvão Velasco**, portador do RG n.º 32629949-X e inscrito no CPF n.º 260.100.908-06 representante legal da empresa, residente e domiciliado na cidade de Taubaté, à Rua Santa Luiza de Marilac, nº 122 – Ap. 21 B, bairro Vila São José, interessado em participar no processo de **Chamada Pública n.º 002/2024**, requer sua qualificação nos termos da Lei Municipal nº 4.894, de 29 de Março de 2016 e Decreto Municipal nº 8.354, de 27 de Março de 2024, pelo que passa a demonstrar no quadro abaixo o atendimento das exigências legais:

DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL 4.894/16	DISPOSTIVO ESTATUTÁRIO
a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;	Art.6º
b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;	Art. 1º e 3º
c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei.	Art. 35º
d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, com notória capacidade profissional e idoneidade moral;	Art. 36º
e) composição e atribuições da diretoria;	Art. 36º, 43º a 56º

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –

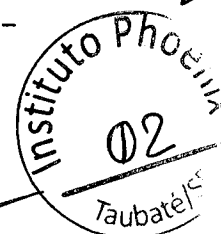
Lavandouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org

institutophoenixsaude@gmail.com





I.P.S.A -INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

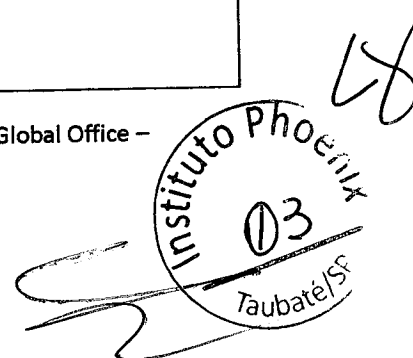
Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
 Jtilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
 Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
 Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
 Jtilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
 Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
 CCEAS Nº 0244/2006

f) obrigatoriedade de publicação anual, em jornal de circulação local do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;	Art. 66º e 71º
g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na formado estatuto;	Art. 11º e 18º
h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;	Art. 3º
i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio municipal, da União e/ ou do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocado.	Art. 63º
Art. 3º - O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:	Art. 35 º e 36º

*demonstrar o atendimento a legislação

DISPOSITIVO DO DECRETO MUNICIPAL 8.354/24	DISPOSTIVO ESTATUTÁRIO
a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;	Art. 6º
b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;	Art. 1 º e 3º

SEDE Administrativa
 Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –
 Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065
 12 – 3624-6401 12 – 99733-8104
 www.institutophoenix.org
 E-mail: contato@institutophoenix.org
institutophoenixsaude@gmail.com





I.P.S.A -INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei.	Art. 35 °
d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, com notória capacidade profissional e idoneidade moral;	Art. 36°
e) composição e atribuições da diretoria;	Art. 36°, 43° a 56°
f) obrigatoriedade de publicação anual, em jornal de circulação local do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;	Art. 66° e 71°
g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na formado estatuto;	Art. 11° e 18°
h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;	Art. 3°
i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio municipal, da União e/ ou do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocado.	Art. 63°

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –

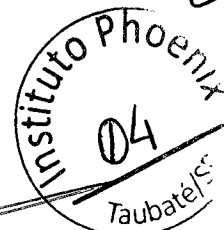
Lavandouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org

institutophoenixsaude@gmail.com





I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CIMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

Art. 3º - O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:	
I – ser compost por: a) 20% a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade. b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto; c) até 10% (dez por cento) no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou associados; d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral; e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.	Art. 36º
II – os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de 4 (quatro) anos, admitida uma recondução;	Art. 36º parágrafo terceiro
III – os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;	Art. 36º parágrafo sexto
IV – o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de 2 (dois) anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;	Art. 36º parágrafo quarto
V – o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto;	Art. 36º parágrafo segundo
VI – o Conselho deve reunir-se, ordinariamente, no mínimo, 3 (três) vezes a cada ano e, extraordinariamente, a	Art. 41º

SEDE Administrativa

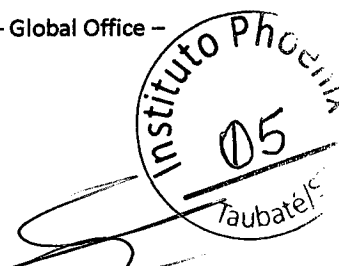
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –
Lavandouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org

institutophoenixsaude@gmail.com



48



I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei.	Art. 35º
d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, com notória capacidade profissional e idoneidade moral;	Art. 36º
e) composição e atribuições da diretoria;	Art. 36º, 43º a 56º
f) obrigatoriedade de publicação anual, em jornal de circulação local do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;	Art. 66º e 71º
g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na formado estatuto;	Art. 11º e 18º
h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;	Art. 3º
i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Município, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio municipal, da União e/ ou do Estado, na proporção dos recursos e bens por estes alocado.	Art. 63º

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –

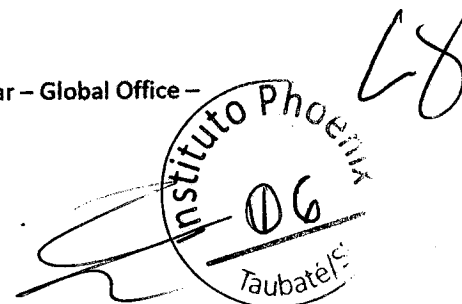
Lavadoiro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: institutophoenix@taubate.sp.gov.br

institutophoenix@taubate.sp.gov.br





I.P.S.A -INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

atividades da entidade, elaborados pela diretoria;	
X - fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.	Art. 43 ° inciso XIV

***demonstrar o atendimento a legislação**

Diante do exposto, requer que seja deferida a qualificação da entidade acima qualificada por atender todas as exigências legais.

Nestes termos, Pede deferimento.

Taubaté, 08 de Julho de 2024.

**FABRICIO GRASNELE
GALVAO
VELASCO:26010090806**

Assinado de forma digital por
FABRICIO GRASNELE GALVAO
VELASCO:26010090806
Dados: 2024.07.08 11:05:34
-03'00'

Fabício Grasnele Galvão Velasco
Diretor Executivo Presidente
CPF 260.100.908-06

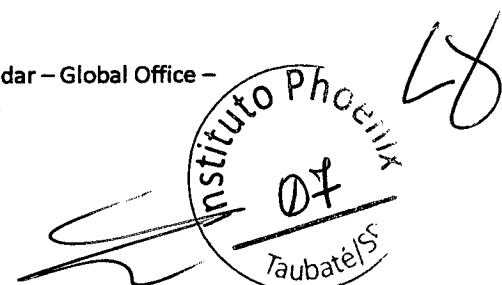
SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office –
Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

E-mail: contato@institutophoenix.org
institutophoenixsaude@gmail.com





VALIDAR

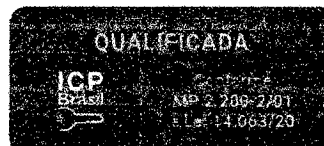
Serviço de validação de assinaturas eletrônicas



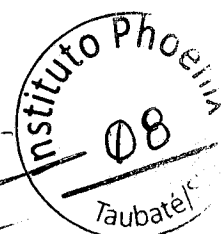
Simple



Validar documento

**Atenção:** O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).**Informações gerais do arquivo:****Nome do arquivo:** ANEXO XI ao REQUERIMENTO DE QUALIFICAÇÃO - AGUDOS.pdf**Hash:** 72d5d18e4522691b9743bb99a7dbf8805d7dc58a1ca765b3fc2f3e387475ab1a**Data da validação:** 08/07/2024 11:06:26 BRT**Informações da Assinatura:****Assinado por:** FABRICIO GRASNELE GALVAO VELASCO**CPF:** ***.100.908-****Nº de série de certificado emitente:** 0x593123122947c2f8**Data da assinatura:** 08/07/2024 11:05:34 BRT

Assinatura aprovada.

ACESSO RÁPIDO[Validar](#)[Sobre](#)[Dúvidas](#)[Informações](#)[Fale Conosco](#)

L8



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA.
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 084/2005
CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00083912
Em: 18/02/2024

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA - 01 de fevereiro de 2024.

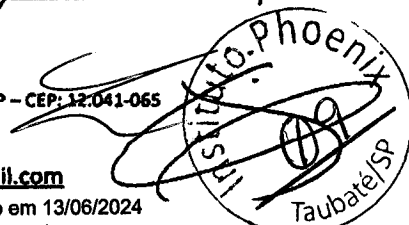
Lista de Presença

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

NOME	CPF	ASSINATURA
Milene Ap D. Nascimento Filho	098.621.588-08	[Assinatura]
Giulio Souza de Lima	274.624.968-52	[Assinatura]
Thomaz Pinheiro de Azevedo	314.697.998-55	[Assinatura]
Denise de Miranda Azevedo	300.401.948-50	[Assinatura]
Bruno Leonard Kias Landa	226.269.668-35	[Assinatura]
Fabiano Teodoro	302.842.168-28	[Assinatura]
Fabício Jamelli Galvão Barros	260.100.908-06	[Assinatura]
Ornato	349.557.318-64	Karen R. dos Santos
Benedito Batista da Silva	025.393.146-00	[Assinatura]
Nelci Sardo dos Santos	057.878.548-02	[Assinatura]
Denise Cristina de Oliveira	281.711.938-03	[Assinatura]
Paulo Roberto Lamas	019.224.038-22	[Assinatura]
Jose Otavio Lobato	000.054.028-59	[Assinatura]
Micaele Lopes N. Lima	296.386.118-47	[Assinatura]

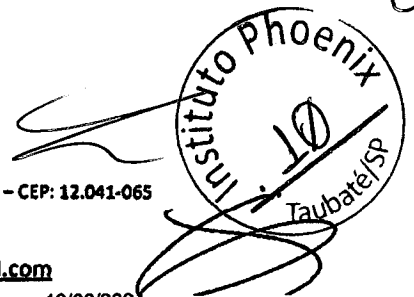
SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 - 3º Andar - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
(12) 3624-6401 (12) 99733-8104
www.institutophoenix.org

contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



[illegible]

Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 13/06/2024
Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.iti.gov.br





INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

PEERE38907EXS

fl.: 3/45

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

01 de fevereiro de 2024

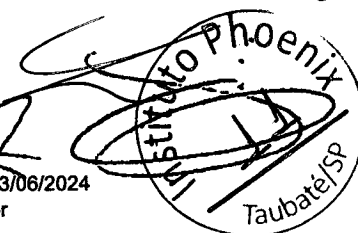
Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro (01.02.2024), 19:00 horas, na Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 reuniram-se o Conselho de Administração, Diretoria Administrativa e Associados Efetivos em Assembleia Geral Extraordinária, convocada conforme publicação do edital no quadro de avisos do hall da Instituição no dia 18.01.2024, sob a presidência do Senhor Benedito Batista da Silva, CPF/MF nº 025.393.146-00, onde iniciou a reunião falando a importância da dedicação dos membros do Instituto em buscar melhorias administrativas e dos novos projetos de gestão. Foi apresentado pelo Diretor Executivo Senhor Fabricio Grasnele Galvão Velasco os projetos de gestão para aos chamamentos públicos em curso 2023 e 2024 e qualificações nas Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo a saber: Itu, Barueri, Cajamar, Jaguariúna, Bragança Paulista, Queluz, Lençóis Paulista, Louveira e Aparecida e dos municípios do Estado do Rio de Janeiro Petrópolis, Teresópolis, Rio de Janeiro, Seropédica e Queimados, na sequência todos acompanharam a apresentação dos projetos com termos de referência e planilhas do financeiro para gestão, operacionalização e execução dos projetos supra citado e dos relatórios de visita técnica os quais após apresentação, apreciação foram aprovados por unanimidade. Em tempo houve apresentação, apreciação e aprovação das alterações estatutárias na 17º Estatuto da Instituição no artigo 2º letra "a": alteração de endereço da Filial na cidade do Rio de Janeiro/RJ, da Rua João Vicente, nº 1.645, Bairro de Marechal Hermes, Rio de Janeiro/RJ – CEP : 21.331-260 para a Rua México, nº 31, Sala 703 - 7º andar – Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP : 20.031-144 o qual foi aprovado por todos os membros presentes, seguindo para o Cartório de Registros de Pessoa Jurídica de Taubaté. Constatado quórum qualificado, os associados presentes, assinam a lista de presença, parte integrante desta ata. Então o presidente colocou em votação os temas, os quais foram apreciados e aprovados por unanimidade. Após a acolhida das sugestões e deliberações sobre os temas segue as assinaturas na lista de presença, onde todos os associados presentes aprovam os itens apresentados e aprovados por unanimidade. Finalizando os trabalhos às 22 horas, o Presidente do Conselho de Administração agradeceu a confiança que depositam em seu trabalho e encerra as atividades desta Assembleia Extraordinária. Nada mais havendo a tratar, eu Fabricio Grasnele Galvão Velasco, redigi a seguinte ata que vai por mim assinada, pelo Presidente do Conselho de

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com





Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

XVII - REFORMA, ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

*17ª Atualização

A. CAPÍTULO I – DO INSTITUTO, SEDE, FILIAIS E OBJETIVOS

Art. 1º. - O I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA, qualificada como **ORGANIZAÇÃO SOCIAL** – OS é um INSTITUTO não governamental, sem fins lucrativos, que se regerá pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

Parágrafo único: O INSTITUTO poderá adotar os seguintes nomes- fantasias, na execução de projetos especiais: INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA.

Art. 2º - O Instituto, que também é denominada com o seu nome fantasia de "PHOENIX", terá sede, foro e administração à Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office, Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065, e-mail: contato@institutophoenix.org podendo criar, manter e encerrar filiais, escritórios, representações ou quaisquer outras dependências em outros Municípios e Estados, em qualquer parte do Território Nacional.

a) Filial 1 – Rio de Janeiro – Rua Mexico nº 31 – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20.031-144.

Art. 3º - O Instituto, pessoa jurídica de direito privado, sendo uma entidade sem fins lucrativos, aplicará os recursos recebidos integralmente na consecução do seu objeto social e no desenvolvimento de suas atividades, não distribuindo entre os seus empregados, usuários, conselheiros, diretores, associados ou doadores, os eventuais excedentes, parcelas do seu patrimônio ou lucros de qualquer natureza, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado.

Parágrafo único: O prazo de duração do INSTITUTO é por tempo indeterminado.

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

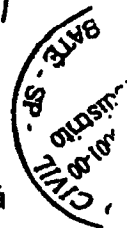
RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 6/45

EMP. 18/06/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006



Art. 4º - O Instituto, para a consecução dos seus fins e objetivos sociais, poderá promover ações multidisciplinares nas áreas da educação, saúde, assistência social, assistência psicológica, formação em educação em nível médio profissionalizante, graduação, pós-graduação, arte e cultura, turismo, comunicação, esportes, meio ambiente, segurança alimentar e nutricional, trabalho voluntário, desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, defesa da ética, defesa da paz, defesa da cidadania, defesa dos direitos humanos, defesa da democracia e de outros valores universais, estudos e pesquisas científica, desenvolvimento de tecnologias, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos voltados às atividades arroladas.

Art. 5º - O atendimento contínuo aos usuários, dentro das propostas de cada um dos projetos do Instituto, será realizado sem distinção de nacionalidade, raça, credo político ou religioso e será gratuito, se exigido pela legislação específica para as áreas da educação, saúde e assistência social, nas proporções fixadas nessa mesma legislação, quando o repasse de recursos públicos assim o exigir.

Art. 6º - O Instituto terá por objetivos:

Parágrafo primeiro - Saúde:

I- Prestar e promover a assistência à saúde, serviços médico-hospitalares, prontos-socorros, pronto-atendimentos, serviços de emergência, serviços auxiliares em saúde, tanto em regime de internação quanto ambulatorial, a quanto procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso ou opinião política;

II- Desenvolver atividades de atendimento em pronto socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências, bem como em atividades exercidas em prontos-socorros com assistência 24 horas e com leitos de observação, estabilização e de UTI - Unidade de Terapia Intensiva;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto phoenix.org



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2005

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

III- Realizar serviços de UTI móvel (ambulâncias) e aéreas com equipamentos análogos aos usados nas unidades de terapia intensiva e com a presença de médicos preparados para realizarem, em suas instalações, atendimento a urgências, inclusive para realizarem pequenas intervenções cirúrgicas;

IV- Desenvolver as atividades de unidades móveis terrestres (ambulâncias) ou aéreas destinadas a prestar atendimento de urgência com a assistência de médicos, bem como os serviços das unidades móveis do setor público para atendimento a urgências fora dos domicílios (SAMU) e as unidades móveis de atendimento a urgências ligadas às seguradoras e planos de saúde;

V- Proceder com os serviços de remoção de pacientes, de remoção de enfermos, sem envolver atendimento ao paciente;

VI- Promover a realização de atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares, compreendendo consultas prestadas em consultórios, ambulatorios, postos de assistência médica, clínicas médicas e outros locais equipados para a realização de exames complementares, além dos postos de saúde;

VII- Prestar consultas em consultórios, ambulatorios, postos de assistência médica, clínicas médicas e outros locais equipados para a realização de exames complementares e proceder com os serviços de vacinação e imunização humana;

VIII- Proceder com as atividades de consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em unidades de urgência e emergência e em clínicas de empresas;

IX- Assistência Psicológica: promover atendimentos em saúde mental observando as diretrizes do trabalho multiprofissional e interdisciplinar, dentro dos princípios da Psicologia, com foco nos projetos de Atenção Básica que é compreendida como as ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de males, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde; Média complexidade

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 8/45

Em: 18/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006



ambulatorial, o conjunto de ações e serviços para atender aos principais problemas e males de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica requeira a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o diagnóstico e tratamento e a Alta Complexidade. A alta complexidade é definida como a gama de procedimentos que, no contexto do SUS - Sistema Único de Saúde envolve alta tecnologia e alto custo, visando proporcionar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (da atenção básica, da média e da alta complexidade);

X- Prestar atividades de apoio ao fornecimento de infraestrutura e assistência domiciliar.

XI- Prestar serviços no desenvolvimento ou na gestão de equipamentos públicos e ou privados médico-hospitalares, de assistência social e psicológica, especialmente em prol da saúde das pessoas com deficiências e transtornos físicos e mentais;

XII- Prestar serviços no desenvolvimento, na gestão de equipamentos públicos e ou privados de centros de reabilitação de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos;

XIII- Promover outras atividades que visem à realização de seus objetivos.

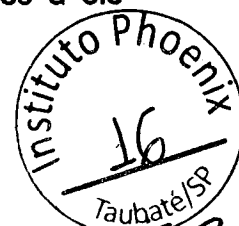
Parágrafo segundo - Educação:

I- O INSTITUTO terá por objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, de saúde, da assistência social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2005

- II- Treinamento, capacitação e aperfeiçoamento no desenvolvimento profissional e gerencial nas áreas de educação, saúde, assistência social e equipe multidisciplinar;
- III- Atividades de apoio à gestão na educação;
- IV- Educação profissional de nível técnico;
- V- Educação superior graduação, pós-graduação e extensão;
- VI- Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas;
- VII- Promover e patrocinar cursos, palestras, simpósios e conferências, visando o aperfeiçoamento, a capacitação, a especialização e a qualificação profissional em todas as áreas da saúde, educação e assistência social e da reabilitação das pessoas com deficiências, respeitando objetivos estatutários;
- VIII- Promover, apoiar e desenvolver pesquisas científicas, estudos, cultura, ensino e formação de profissionais, inclusive por meio de escolas de educação infantil, fundamental I e II, médio, médio profissionalizante, graduação, pós-graduação, treinamento hospitalar, publicações, edição própria ou por meio de terceiros, de livros e revistas de natureza técnica, científica, cultural e artística, vídeos e quaisquer outros meios de divulgação e comunicação, dentro das necessidades inerentes às atividades do Instituto;
- IX- Edição de livros, revistas, artigos científicos;
- X- Produção e promoção de eventos esportivos e culturais;

Parágrafo terceiro - Serviço Social:

- I- Promover programas, projetos de Proteção Social Básica como o Programa de Atendimento Integral à Família, Agentes Jovens, Apoio à Pessoa Idosa, Apoio à Pessoa com Deficiência, Benefício de Prestação Continuada, Programas de Geração de Trabalho e Renda, Benefícios Eventuais (auxílio natalidade e mortalidade), Bolsa Família;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

Pfl.: 10/45

Ech: 16/02/2024



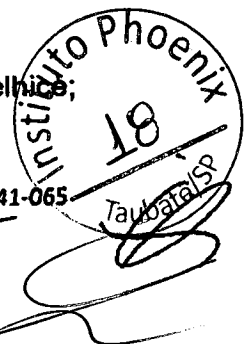
- II- Prestar serviços no desenvolvimento e ou da gestão de equipamentos públicos da área de assistência social.
- III- Promover, gerir e ou apoiar atividades culturais e esportivas voltadas exclusivamente ao objeto social;
- IV- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- V- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- VI- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- VII- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;
- VIII- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- IX- Estimular a integração de pessoas com deficiência física reabilitadas às atividades educacionais e profissionais, visando à sua colocação no mercado de trabalho;
- X- Estabelecer intercâmbio com as instituições públicas, privadas e congêneres, no sentido de buscar as parcerias, convênios, contratos e aperfeiçoamento contínuo dos serviços prestados à sociedade em geral;
- XI- Promover, realizar ou contribuir por meios próprios ou em parceria com terceiros, com campanhas que tenham por objetivo ações de promoção, prevenção, precaução e proteção da saúde e assistência social;
- XII- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto-phoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS

fl.: 11/45
EMI. 18/06/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

XIII- O amparo às crianças, adolescentes, idosos carentes;

XIV- A promoção da integração ao mercado de trabalho;

XV- A habilitação e reabilitação das pessoas em situação de vulnerabilidade, portadores de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

XVI- A promoção da garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Art. 7º - Para atingir seus objetivos, O Instituto poderá:

I- Adquirir, receber em comodato ou doação, locar e administrar bens próprios e de terceiros, desde que haja viabilidade econômica, administrativa e financeira;

II- Contratar serviços de profissionais das mais diversas áreas, inclusive em cargos de gerência, atribuindo-lhes funções e salários, de acordo com as normas estabelecidas por seu Regulamento de Recursos Humanos e pela legislação;

III- Contratar serviços de pessoas jurídica que tenham por objeto a execução de serviços profissionais nas áreas de saúde, da educação e assistência social, nos termos do objetivo definido pelo estatuto;

IV- Celebrar e cumprir contratos de gestão, termos de fomento, termos de cooperação, acordos de cooperação, convênios e parcerias com o Poder Público ou Iniciativa Privada, para a gestão e/ou administração de estabelecimentos de saúde e de assistência social, recebendo recursos financeiros e, eventualmente, bens públicos ou particulares;

V- Promover e executar por iniciativa própria ou em parcerias, diversas ações, programas ou projetos, de caráter social, ligados à saúde, à educação e a assistência social de acordo com o que estabelece o presente estatuto, sempre buscando atingir os seus objetivos;

VI- Para fins deste estatuto, a dedicação às atividades nele previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-085

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

consecução dos objetivos do Instituto, desde que sejam aprovados pela Diretoria Executiva;

Parágrafo terceiro: Associados Honorários são pessoas que, tendo prestado relevante contribuição para a consecução dos objetivos sociais do Instituto, tenham seu mérito reconhecido, merecendo esse título honorífico, que não poderão votar e serem votados nos cargos do Conselho de Administração;

Parágrafo quarto: Associados Técnicos assim considerados aqueles que, celebrem especificamente Termo de Cooperação e Parceria Técnica com o Instituto, tendo o Termo de Membro Associado Técnico lavrado pelo Presidente do Conselho de Administração, com o fim de transferir sua capacidade técnica operacional, profissional ou seu *know-how* nos termos da Lei 9.279/1996, cujo objeto e objetivo sejam o desenvolvimento e implementação de atividades e finalidade conforme o estatuto social;

Parágrafo quinto: As pessoas jurídicas participantes do quadro de associados far-se-ão representar nas Assembleias por um delegado credenciado.

Art. 12º - O número de Associados Efetivos, Associados Institucionais, Associados Honorários e os Associados Técnicos são ilimitados.

Art. 13º - São direitos dos Associados Efetivos:

- I- Participar de todas as atividades do Instituto;
- II- Participar com direito a voz e voto das Assembleias Gerais e candidatar-se a cargos da Diretoria Executiva;
- III- Solicitar por escrito à Diretoria Executiva, informações sobre assuntos do Instituto;
- IV- Utilizar-se dos serviços e das instalações que o Instituto tornar disponíveis

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 14/45

Em: 19/02/2024



Art. 14º - São direitos dos Associados Honorários:

- I- Participar de todas as atividades do Instituto;
- II- Comparecer às Assembleias Gerais, porém sem direito a voto;
- III- Propor ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva qualquer medida tendente ao cumprimento das finalidades do Instituto;
- IV- Utilizar-se dos serviços e das instalações que o Instituto tornar disponíveis.

Art. 15º - São deveres dos Associados:

- I- Propugnar pela consecução dos objetivos do Instituto;
- II- Acatar as decisões das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- III- Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social do Instituto;
- IV- Zelar pelo patrimônio do Instituto;
- V- Colaborar nas atividades do Instituto, quando solicitados;
- VI- Manter atualizadas suas informações cadastrais.

Art. 16º - Os associados não responderão nem pessoal, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais assumidas em nome do Instituto.

Art. 17º - Os associados poderão desligar-se quando julgarem necessário, protocolando seu pedido de demissão, desde que estejam em dia com suas obrigações perante o Instituto.

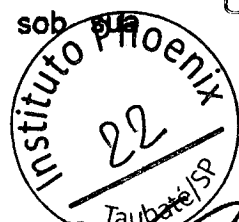
Parágrafo Único. Caso o associado demissionário seja membro da Diretoria Administrativa ou do Conselho de Administração, será afastado de suas funções imediatamente após o pedido de exclusão, e seu pedido de desligamento da função e como membro só serão aceitos após parecer de auditor independente de que se encontra em dia com a prestação de contas referentes aos itens sob sua competência.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto phoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 15/45

Em: 18/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

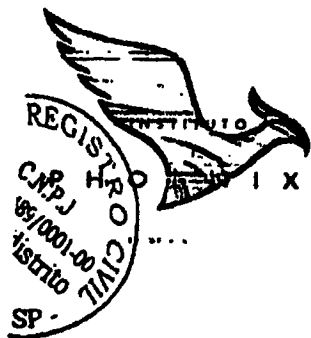
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 11.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006



Art. 18º - Poderão ser associados do Instituto:

- I- Entidades representativas dos setores produtivos, de serviços, de consumidores e da sociedade civil, mediante o aceite da Diretoria Executiva;
- II- Universidades e Institutos de pesquisas e de desenvolvimento científico-tecnológico, conforme proposta e deliberação da Diretoria Executiva;
- III- Personalidades de destaque nas áreas abrangidas pelos objetivos sociais previstos no Estatuto Social, por proposta e deliberação da Diretoria Executiva;
- IV- Outras pessoas físicas ou jurídicas conforme proposta de associados e deliberação da Diretoria Executiva, nas modalidades previstas no art. 11º deste Estatuto Social.

Art. 19º - O não cumprimento dos deveres pelos associados poderá acarretar penalidades, tais como:

- I- Advertência;
- II- Suspensão;
- III- Exclusão.

Art. 20º - São requisitos para advertência, suspensão e exclusão de associados por justa causa:

- I- A violação do presente estatuto e demais disposições legais vigentes;
- II- Desvio de finalidade do Instituto;
- III- Quaisquer motivos graves que infrinjam o Estatuto Social do Instituto;
- IV- Delitos contra o patrimônio e apropriação indébita de bens e valores do Instituto ou sob sua guarda;
- V- Agressão física, assédio sexual e assédio moral contra associados;
- VI- Atos de racismo, homofobia, xenofobia, apologia ao nazismo e demais preconceitos que atentem contra a dignidade humana;
- VII- Quando, sem motivo justificado e comunicado por escrito, não executar abandonar o cargo para que foi eleito, nomeado ou estiver exercendo;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 16/45

00053912

Em: 18/02/2024

VIII- Promover descrédito do Instituto por qualquer forma que seja;

IX- Em caso de mais de 03 faltas consecutivas nas assembleias e convocações.

Parágrafo primeiro: As penas de advertência e de suspensão por justa causa serão aplicadas, por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo Presidente, sendo que, a pena de suspensão variará de 30 a 90 dias;

Parágrafo segundo: A pena de exclusão será aplicada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Executivo Presidente, assegurado o direito de defesa e de recurso ao Conselho de Administração, no prazo de 30 dias a partir da aplicação da penalidade, quando então deverão ser apresentadas provas, testemunhas e outros recursos que possam assegurar a defesa do associado;

Parágrafo terceiro: No caso de suspensão, o associado terá o prazo de 30 dias, a contar da data da comunicação que lhe for feita, para apresentação de recurso.

C. CAPÍTULO III - DO SERVIÇO VOLUNTARIADO

Art. 21º - O Instituto poderá celebrar termo de adesão, de colaboração, de fomento ou qualquer outro instrumento com este objetivo, com prestadores de serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Parágrafo único: O Instituto poderá realizar o serviço voluntário ou filantrópico, direta ou indiretamente, para outras entidades, associações, entidades, fundações ou qualquer outra pessoa jurídica que prestem serviços gratuitos para a comunidade.

Art. 22º - O serviço voluntário constituirá atividade não remunerada, prestada por pessoa física para o Instituto, direta ou indiretamente.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 13.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

Parágrafo único. O serviço voluntário não gerará vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, e, é regido de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.

D. CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 23º - São órgãos competentes da estrutura organizacional do Instituto:

- I- Assembleia Geral;
- II- Conselho de Administração;
- III- Diretoria Executiva;
- IV- Conselho Fiscal;

E. CAPÍTULO V – DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 24º - A Assembleia Geral será o órgão de deliberação do Instituto.

Art. 25º - Compete à Assembleia Geral:

- I- Alterar o Estatuto Social total ou parcialmente;
- II- Destituir a Diretoria Executiva.
- III- Criação de um Órgão Colegiado de Deliberação Superior denominado de Conselho de Administração, composto por representantes dos empregados da entidade, membros da comunidade de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

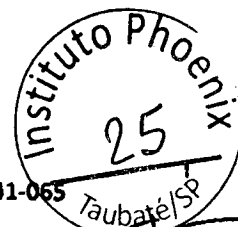
Art. 26º - As deliberações a que se referem os incisos I e II do artigo 25 serão objeto de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esses fins, com o quórum mínimo de 1/3 (um terço) dos associados com direito de voto admitindo-se o voto por procuração pública.

Batista

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065
12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 18/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

Art. 27º - A convocação das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias será da competência do Diretor Executivo Presidente ou, em sua falta ou ausência devidamente comprovada no ato da Assembleia, por dois Diretores Executivos em conjunto.

Parágrafo primeiro: A convocação será feita com 10 (dez) dias de antecedência, por meio de edital afixado na sede do Instituto ou por carta ou endereço eletrônico, fax, enviada a cada um dos associados, para o endereço que o associado tenha informado à administração;

Parágrafo segundo: Se o associado que mudar de endereço e não comunicar essa mudança à administração, considerar-se-á o mesmo convocado com a mera remessa ao endereço que estiver depositado no Instituto, ainda que a correspondência não chegue às suas mãos;

Parágrafo terceiro: Do edital deverá constar o dia, horário, local e a ordem do dia da Assembleia;

Parágrafo quarto: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, a que comparecerem todos os associados.

Art. 28º - A convocação da Assembleia Geral também poderá ser realizada na forma deste estatuto por 1/5 dos associados, que deverá ser realizada, encaminhando solicitação ao Diretor Executivo Presidente onde conste a qualificação e assinatura dos associados.

Art. 29º - A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, por maioria qualificada, mínimo 1/3 (um terço) dos associados efetivos e, em segunda convocação, trinta minutos depois, por maioria simples, qualquer número de associados presentes.

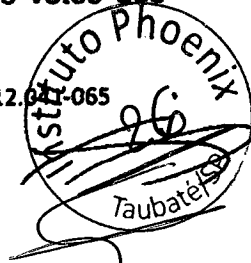
Art. 30º - Ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser adotadas se aprovadas pela maioria dos votos dos

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.047-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org

Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 13/06/2024
Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.iti.gov.br



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 26/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

associados presentes ou representados por procuração pública, cabendo ao Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência, do Diretor Executivo Presidente, o voto de desempate, se necessário.

Art. 31º - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano, em um dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício fiscal, e extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria Executiva ou por um quinto de seus associados efetivos.

Art. 32º - Os associados poderão fazer-se representar, nas Assembleias, por procurador regularmente constituído há menos de 01 (um) ano e que também seja associado.

Parágrafo único: Cada associado poderá representar apenas um outro associado.

Art. 33º - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos presentes.

Art. 34º - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral, será lavrada ata e os membros da mesa e associados presentes assinarão lista de presença.

Parágrafo Único: Para validade da ata será suficiente a assinatura do Presidente da Assembleia Geral.

F. CAPÍTULO VI - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 35º - O Conselho de Administração será um órgão de deliberação superior consultivo, de orientação e controle.

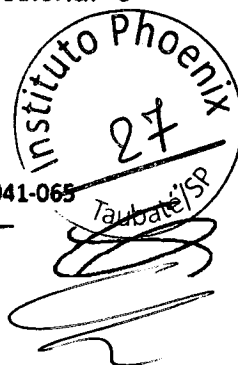
Parágrafo primeiro: O Conselho de Administração da entidade deverá ser composto por membros da comunidade e de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

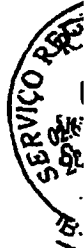
CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 20/45

Em: 18/02/2024



Parágrafo segundo: O Instituto poderá constituir Conselhos de Administração Locais de contratos de gestão entabulado com as municipalidades, atendendo assim a intenção da norma e a efetiva participação da sociedade local.

Art. 36º - O Conselho de Administração é o órgão de deliberação superior do Instituto, composto por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, com notória capacidade profissional e idoneidade moral para fins de qualificação como organização social na União, Estados e Municípios, conforme previsto na Lei nº 9.637/1998 nos seguintes termos:

- a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidas pelo estatuto da entidade;
- b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidas pelo estatuto;
- c) Até 10% (dez por cento), no caso de associação civil de membros eleitos dentre os membros ou associados;
- d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- e) Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto.

Parágrafo primeiro: Em caso de pedido de qualificação em municípios que constem em sua Legislação Municipal forma diversa de composição de Conselho de Administração, fica abaixo prevista hipótese de estrutura de conselhos para atendimento dessas legislações municipais que serão constituídos quando das efetivas contratações pela Municipalidade, em uma das hipóteses abaixo:

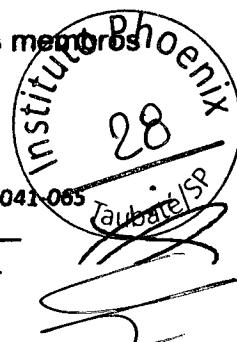
I Primeira hipótese de composição:

- a) Até 55% (cinquenta e cinco por cento) de membros eleitos dentre os membros ou associados;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

- b) 35% (trinta e cinco por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre as pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- c) 10% (dez por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade;

II Segunda hipótese de composição:

- a) 0 a 20% (de zero a vinte por cento) de representantes do Poder Público;
- b) 0 a 20% (de zero a vinte por cento) de membros indicados pelas entidades representativas da sociedade civil;
- c) 40% a 60% (quarenta a sessenta por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida no Estatuto;
- d) 10% a 20% (dez a vinte por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- e) 10% a 20% (dez a vinte por cento) de membros eleitos pelos empregados da entidade.

III Terceira hipótese de composição:

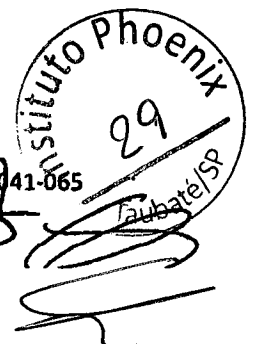
- a) até 20% (vinte por cento) de membros natos representantes do Poder Público, Municipal, definidos pelo estatuto da entidade;
- b) 40 a 50% (quarenta a cinquenta por cento) de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, na forma prevista no estatuto da entidade;
- c) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;
- d) Até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos, pelos empregados da entidade e ou servidores colocados à disposição dentre estes, na proporção de 50% (cinquenta por cento), na forma prevista no estatuto.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 22/45

Eh: 19/02/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

SERVIÇO
Nº 11

Parágrafo segundo: O Presidente do Conselho de Administração participará das reuniões do Conselho com direito a voz, mas não a voto;

Parágrafo terceiro: Os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho de Administração terão mandato de 04 (quatro) anos, admitida uma recondução e não poderão ser cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até terceiro grau, do Prefeito, do Vice-Prefeito, do Secretário Municipal da pasta correspondente;

Parágrafo quarto: O primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no Estatuto Social;

Parágrafo quinto: Cada membro titular do Conselho de Administração, quando se quiser se retirar do mesmo ou em caso de impedimento deverá comunicar com 30 (trinta) dias de antecedência, por escrito, ao Presidente do Conselho, que submeterá a saída ao auditor independente e convocará novas eleições.

Parágrafo sexto: Os representantes de entidades previstos nas alíneas "a" e "b" do Inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho de Administração

Art. 37º - O membro do Conselho de Administração indicado para integrar a Diretoria Executiva do Instituto deve renunciar ao assumir função executiva.

Art. 38º - No caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu Presidente solicitar a indicação ou eleição de novo membro, que completará o mandato do afastado.

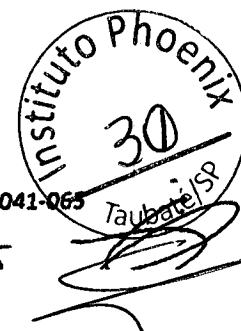
Art. 39º - Perderá o mandato o membro do Conselho de Administração aquele que faltar, sem justificativa aceita, a duas reuniões ordinárias no intervalo de doze meses.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto-phoenix.org





Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 35/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

Art. 40º - O Conselho de Administração elegerá um Presidente do Conselho dentre seus membros, exigido quórum mínimo de dois terços e maioria absoluta de votos dos membros, para um mandato de quatro anos, admitida uma recondução.

Parágrafo primeiro: O exercício da Presidência do Conselho de Administração se encerrará com o mandato do membro do Conselho;

Parágrafo segundo: O Conselho de Administração poderá destituir seu Presidente, exigindo-se para isto os votos da maioria absoluta de seus membros;

Parágrafo terceiro: Em caso de vacância da Presidência, o Conselho elegerá, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da vacância, outro membro para a função;

Parágrafo quarto: Os Conselheiros não receberão remuneração pelos serviços que, nesta condição prestarem ao Instituto, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem.

Parágrafo quinto: O Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo 3 (três) vezes a cada ano e extraordinariamente a qualquer tempo.

Art. 41º - O Conselho de Administração reunir-se-á:

- I- Ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano;
- II- Extraordinariamente, sempre que convocado por seu Diretor Executivo Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de membros da Diretoria Executiva, ou por solicitação de 1/5 (um quinto) dos associados do Instituto.

Art. 42º - As decisões do Conselho de Administração serão adotadas maioria absoluta dos votos de seus membros, cabendo a cada membro um voto, não tendo o Presidente direito a voto.

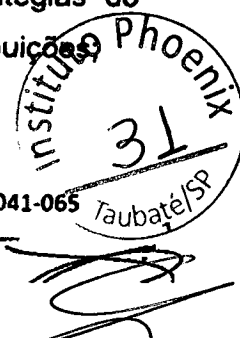
Art. 43º - Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- I- Fixar o âmbito de atuação do Instituto, para consecução do seu objetivo;
- II- Deliberar sobre as linhas gerais das políticas, diretrizes e estratégias do Instituto, orientando a diretoria administrativa no cumprimento de suas atribuições;
- III- Eleger o Presidente do Conselho de Administração;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065
12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 24/45

EM: TAU/AN/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

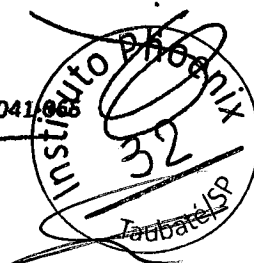
- IV-** Proceder a substituição de membros natos para cumprimento de contrato de gestão, substituindo-os por membros indicados pelo poder público, na proporção fixada pelo Estatuto Social;
- V-** Aprovar a proposta de projetos e contrato de gestão do Instituto a ser entabulada com o Poder Público;
- VI-** Examinar e aprovar e, quando for o caso, remeter ao órgão supervisor da execução do Contrato de Gestão os seguintes documentos:
- a)** A proposta de orçamento, o programa de investimentos e o plano de ação para execução das atividades do Instituto;
 - b)** Relatórios de atividades, com os respectivos balancetes;
 - c)** A prestação de contas e o relatório anual de gestão do Instituto;
 - d)** Na avaliação de contratos, convênios ou outros instrumentos de ajuste e as análises gerenciais cabíveis.
- VII-** Aprovar a proposta de orçamento do Instituto e o programa de investimentos;
- VIII-** Eleger e dispensar membros da Diretoria Executiva.
- IX-** Fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, de forma que o seu valor mensal conjunto não ultrapasse 4% (quatro por cento) dos repasses mensais realizados pelo Poder Público, além dos limites individuais de tetos salariais estabelecidos nos contratos de gestão ou nas legislações pertinentes;
- X-** Acolher e divulgar a alteração dos estatutos e a extinção da entidade, por maioria, no mínimo, de 2/3 de seus membros;
- XI-** Aprovar, por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o Regimento Interno do Instituto, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;
- XII-** Aprovar por maioria, no mínimo, de 2/3 (dois terços) de seus membros, o Regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade, que não poderá ultrapassar o limite de 90% (noventa por cento) da maior remuneração paga aos membros da diretoria;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-968

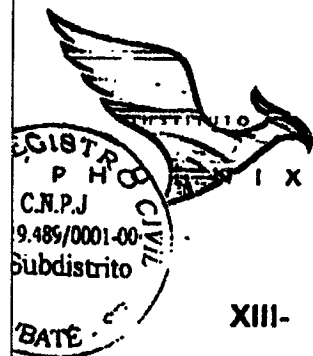
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto-phoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 25/45



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 15.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

XIII- Aprovar e encaminhar, ao órgão superior da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela Diretoria Executiva;

XIV- Fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais, com auxílio de auditoria externa;

XV- Remeter ao Ministério Público processo em que se apure a responsabilidade de membro da Diretoria por crime contra o patrimônio público sob a administração do Instituto.

XVI- Pronunciar-se sobre assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria Executiva do Instituto.

XVII- Pronunciar-se sobre denúncia que lhe for encaminhada pela sociedade civil em relação a gestão e aos serviços sob a responsabilidade do Instituto, adotando todas as providências cabíveis.

Art. 44º - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I- Convocar e presidir as reuniões do Conselho;
- II- Indicar, para aprovação pelo Conselho, seu substituto eventual.

Parágrafo único: Poderá o Presidente decidir, *ad referendum* do Conselho, matéria que, dado o caráter de urgência ou ameaça de danos ao Instituto, não possa aguardar a próxima reunião.

Art. 45º - Compete aos membros do Conselho:

- I- Discutir e votar matérias em pauta;
- II- Assistir o Presidente do Conselho em suas funções.

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 26/45

Em: 13/06/2024

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

G. CAPÍTULO VII - DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.46º - Diretoria Executiva é o órgão colegiado que fará administração, gerência, coordenação e supervisão do Instituto, com mandato de 4 (quatro) anos do Diretor Executivo Presidente, podendo uma recondução, eleito pelo Conselho de Administração, sendo que os demais membros da Diretoria Executiva serão nomeados pelo Diretor Executivo Presidente.

- I- Diretor Executivo Presidente (eleito pela assembleia);
- II- Diretor Executivo Financeiro (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);
- III- Diretor Executivo Administrativo (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);
- IV- Diretor Executivo Jurídico (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);
- V- Diretor Executivo de Projetos (nomeado pelo Diretor Executivo Presidente);

Parágrafo primeiro: O Diretor Executivo Presidente nomeará os demais Diretores Executivos através da expedição de Termo de Nomeação e Posse que conste a qualificação completa, tipo de vínculo contratual, formação acadêmica e o cargo a ser ocupado com a descrição de suas atribuições.

Parágrafo segundo: O Diretor Executivo Presidente e Financeiro assinaram sempre em conjunto, documentos referentes às finanças, contabilidade, além de: abertura de contas, cheques, endossos, ordens de pagamentos, títulos de crédito e quaisquer documentos que envolvam responsabilidade financeira.

Parágrafo terceiro: Os Diretores Executivos, além das atribuições que lhe são conferidas neste Estatuto, poderão, a critério do Diretor Executivo Presidente, obedecidas as disposições aplicáveis, cumulativamente, preencher a vaga de outro Diretor, por impedimento, licença ou abandono de seu titular, até a convocação de novo titular.

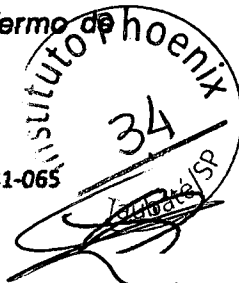
Parágrafo quarto: A gestão do Instituto poderá ser realizada pelo exercício da função executiva por gerentes, gestores, secretários executivos, assessores e outros que se fizerem necessários, bastando para tanto a contratação, definição de tarefas e atribuições pelo Diretor Executivo Presidente através da expedição de Termo de Nomeação e Posse conforme o parágrafo primeiro deste artigo.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto phoenix.org



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2005
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

Art. 47º - A Diretoria Executiva será remunerada dentro dos limites legais das despesas e custos indiretos conforme prevê o Marco Regulatório do Terceiro Setor nos seguintes termos:

- I- A remuneração será por Plano de Trabalho que compreende nas fases ou projetos para execução de Contratos de Gestão ou de Parcerias podendo participar, proporcionalmente, de qualquer contrato de gestão entabulado com o Instituto;
- II- A contratação será feita por um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a Pessoa Jurídica dos dirigentes ou Pessoa jurídica que o dirigente seja sócio ou associado, desde que seja especializada e coerente com a execução do plano de trabalho/projeto e atue de maneira efetiva com a operacionalização e comprove por relatórios a execução dos serviços;
- III- Os valores deverão ser de acordo com o estatuto e legislação pertinente regulamentadora do assunto.

SUBSEÇÃO I – DO PROCESSO ELEITORAL DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 48º - O único cargo eletivo é do Diretor Executivo Presidente que será eleito ou aclamado em Assembleia Ordinária ou Extraordinária.

Parágrafo primeiro: O Diretor Executivo Presidente eleito nomeará os demais cargos da Diretoria Executiva, através da expedição de Termo de Nomeação e Posse conforme disposto no art. 46º, Parágrafo primeiro.

Parágrafo segundo: A Diretoria Executiva nomeada pelo Diretor Executivo Presidente poderá ser contestada pela Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 49º - É vedado assumir a Diretoria Executiva a pessoa que tiver qualquer tipo de condenação com trânsito em julgado em processos de improbidade administrativa e corrupção, além de outras situações que contrariem a moral e os bons costumes que venham a prejudicar o Instituto.

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP 12.041-065
12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 28/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

SERVI
2º Sub
TAUBATÉ - SP

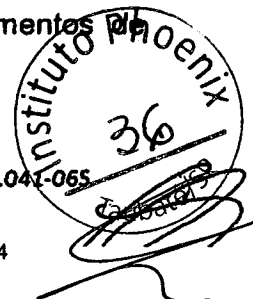
SUBSEÇÃO II - DO DIRETOR EXECUTIVO PRESIDENTE

Art. 50º - O Diretor Executivo Presidente, além de outras que lhe forem conferidas, tem as seguintes competências:

- I- Representar, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente o Instituto;**
- II- Assinar contratos, obrigações, ajustes, documentos de valor em que Instituto for uma das partes;**
- III- Abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Executivo Financeiro;**
- IV- Assinar Diretor Executivo Financeiro títulos de crédito, cheques e demais responsabilidades financeiras;**
- V- Rubricar os livros referentes à administração financeira e confeccionar relatório período mensal;**
- VI- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva podendo delegar para o Diretor Executivo Jurídico;**
- VII- Admitir e demitir empregados regidos pelo Regime Jurídico Trabalhista podendo delegar para o Diretor Executivo Jurídico;**
- VIII- Contratar pessoas jurídicas, conforme capacidade financeira do Instituto, por meio do Diretor Executivo Administrativo;**
- IX- No âmbito de suas atribuições fazer cumprir a finalidade do Instituto e garantir os valores e assegurar a legalidade dos atos administrativos inerentes aos processos de trabalho da gestão e governança interna e externa;**
- X- Planejar, dirigir, controlar e supervisionar as atividades do Instituto, através de contatos assíduos com os auxiliares diretos;**
- XI- Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, bem como, convocar as Assembleias Gerais dos associados;**
- XII- Assinar contratos, convênios ou quaisquer outros atos e recebimentos de domínio, posse, direitos, prestações e ações de natureza legal;**

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401 12 - 99733-8104



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 19.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

- XIII-** Apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual, balanço, bem como os planos de trabalho formulados pela Diretoria de Projetos;
- XIV-** Gerir o patrimônio do Instituto, assinar os cheques bancários, bem como toda a movimentação financeira;
- XV-** Contratar, designar gerentes, coordenadores, chefias e demais recursos humanos, administrar e demitir funcionários;
- XVI-** Formar vínculos com o Poder Público e com a iniciativa privada mediante Contrato de Gestão, para o fomento e a execução das atividades de interesse público previstas na legislação em vigor;
- XVII-** Mandar publicar, anualmente ou quadrimestral no órgão oficial do ente federado e na rede mundial de computadores em arquivos eletrônicos, em formato de texto ou formato separado por vírgulas, dos relatórios quadrimestrais e do relatório de execução do contrato de gestão os demonstrativos financeiros e os relativos à execução de eventuais contratos de gestão com o poder público;
- XVIII-** Constituir procuradores, mandatários ou prepostos com fins específicos, em nome do Instituto;
- XIX-** Propor ao Conselho de Administração a oneração ou a alienação de bens do Ativo Permanente do Instituto;
- XX-** Contratar auditoria externa para acompanhar e avaliar as contas e procedimentos gerenciais e contábeis do Instituto;
- XXI-** Autorizar despesas, promover o pagamento de obrigações, assinar acordos, convênios, contratos e demais instrumentos de ajustes;
- XXII-** Comunicar ao Conselho de Administração, para as providências cabíveis, o afastamento irregular, a vacância do cargo, o pedido de licença ou afastamento, a infringência de normas legais e regulamentares ou a ocorrência de ato que possa causar prejuízo à imagem do Instituto, relativamente aos Diretores;

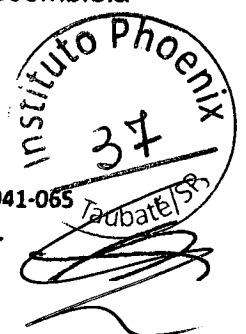
Art.51º - O Diretor Executivo Presidente será eleito e aprovado pela Assembleia Ordinária ou Extraordinária.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 30/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

Parágrafo primeiro: A nomeação do cargo de Diretor Executivo Presidente deverá recair em profissional de reconhecida capacidade técnica e administrativa sobre as atividades do Instituto.

Parágrafo segundo: O Diretor Executivo Presidente, em seus impedimentos legais será substituído provisoriamente pelo Diretor Executivo Jurídico ou pelo Diretor Executivo Administrativo.

SUBSEÇÃO III – DO DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO

Art. 52º - É de competência do Diretor Executivo Financeiro:

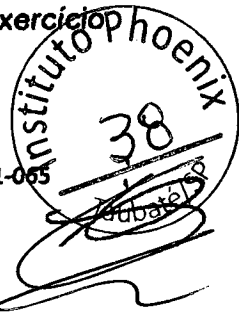
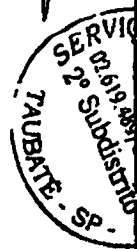
- I- Autorizar despesas, dentro dos limites impostos pelas dotações; II – Administrar, gerenciar e coordenar o orçamento e as finanças;
- II- Abrir e movimentar contas bancárias, em conjunto com o Diretor Executivo Presidente;
- III- Assinar em conjunto com o Diretor Executivo Presidente títulos de crédito, cheques e demais responsabilidades financeiras;
- IV- Efetuar pagamento com autorização do Diretor Executivo Presidente;
- V- Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração do Instituto
- VI- Apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados.
- VII- Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração do Instituto, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas.
- VIII- Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria.
- IX- Manter todo o numerário em estabelecimento de crédito e organizar a proposta orçamentária anual.
- X- Analisar as prestações de contas relativas às atividades do Instituto;
- XI- Elaborar os balanços, balancetes e relatórios financeiros dentro do exercício fiscal respectivamente;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.instituto phoenix.org



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01/2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

- XII- Coordenar e supervisionar as atividades de contabilidade;
- XIII- Prestar, de modo geral, sua colaboração à Diretoria Executiva e aos Conselhos de Administração e Fiscal;
- XIV- Elaborar também a contabilidade, relatórios de receitas e despesas; balanços, balancetes e demais procedimentos do fundo patrimonial dentro do exercício fiscal e encaminhá-los a instância superior;
- XV- Assinar os Balanços Contábeis, Balancetes e Relatórios Financeiros.

SUBSEÇÃO IV – DO DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO

Art. 53º - Compete ao Diretor Executivo Administrativo:

- I- Substituir o Diretor Executivo Presidente em suas faltas, impedimentos e licenças, e ainda auxiliá-lo no desempenho de suas funções e encargo;
- II- Organizar, dirigir, coordenar e gerenciar toda administração e operacionalização;
- III- Efetuar pagamento com autorização do Diretor Executivo Presidente e do Diretor Executivo Financeiro;
- IV- Elaborar e submeter o relatório anual de atividades e providenciar sua publicação após aprovação da Assembleia;
- V- Analisar os projetos de pesquisa e desenvolvimento, de aquisições e prestação de serviços entre outros, requerendo a necessária assessoria técnica especializada;
- VI- Acompanhar, monitorar e avaliar a execução de projetos, planos de ações e de trabalhos desenvolvidos pelo Instituto;
- VII- Verificar junto aos responsáveis técnicos de cada projeto a observância dos cronogramas de execução, responsabilizando-os pela eventual falta de cumprimento das cláusulas contratuais estabelecidas;
- VIII- Analisar em conjunto com o Diretor Executivo Financeiro a proposta orçamentária anual, submetendo-a a instância superior.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.101-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

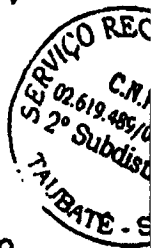
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 32/45



- IX- Movimentar as contas bancárias em conjunto com o Diretor Executivo Presidente e com o Diretor Executivo Financeiro;**
- X- Analisar as prestações de contas relativas às atividades do Instituto.**

SUBSEÇÃO V - DO DIRETOR EXECUTIVO JURÍDICO

Art. 54º - É de competência do Diretor Executivo Jurídico a responsabilidade de assessoria, consultoria e representação advocatícia do Instituto e assessorar a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal nos limites do objeto social, da finalidade e das funções, execuções, atividades e obrigações do Estatuto.

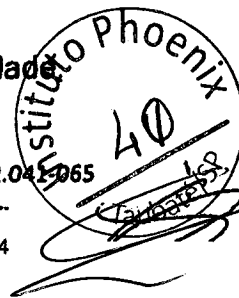
Art. 55º - Compete ao Diretor Executivo Jurídico:

- I- Realizar advocacia preventiva, antecipando e propondo soluções jurídicas para as finalidades do Instituto;**
- II- Assessorar os órgãos de administração do Instituto;**
- III- Avaliar a legalidade e regularidade de atos, trabalhos e procedimentos;**
- IV- Exercer a consultoria jurídica;**
- V- Formular e supervisionar as teses jurídicas;**
- VI- Representar dentro e nos limites da atividade de advocacia, extrajudicialmente e administrativamente;**
- VII- Instaurar inquéritos administrativos e Sindicância Interna; - Analisar o cabimento das hipóteses de alterações quantitativas e qualitativas da execução de atividades do Instituto em consonância com o ordenamento jurídico e resultados esperados junto a Diretoria Executiva;**
- VIII- Fiscalizar e supervisionar empregados e prestadores de serviços em consonância com o ordenamento jurídico;**
- IX- Aplicar sanções trabalhistas aos empregados;**
- X- Contratar e demitir empregados com a delegação do Diretor Executivo Presidente;**
- XI- Instaurar, aplicar e coordenar uma Política de Compliance e Integridade;**

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104



Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2003

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

SUBSEÇÃO VI - DO DIRETOR EXECUTIVO DE PROJETOS

Art. 56º - São atribuições do Diretor Executivo de Projetos:

- I- Laborar em equipe, o planejamento das atividades do Instituto e os projetos a serem executados por ele;
- II- Organizar e divulgar projetos, programas e planos de ações;
- III- Acompanhar a execução dos projetos e programas;
- IV- Estabelecer critérios para monitoramento e avaliação dos resultados dos projetos em execução;
- V- Estabelecer critérios para formação e treinamento do pessoal;
- VI- Elaborar relatórios gerenciais sobre o andamento dos projetos;
- VII- Elaborar planejamento anual dos projetos a serem executados;
- VIII- Supervisionar as atividades em andamento para execução dos projetos;
- IX- Elaborar relatório anual dos projetos desenvolvidos.
- X- Delegar quais ações serão de responsabilidade do Diretor Executivo Administrativo.

H. CAPÍTULO VIII - DO CONSELHO FISCAL

Art. 57º - O conselho fiscal será constituído por 3 (três) membros efetivos eleitos pela Assembleia Geral, dentre associados eleitos na forma estabelecida pelo estatuto, para mandato de 1 (um) a 3 (três) anos, permitida a reeleição, por uma única vez, sempre que necessária sua utilização.

Parágrafo primeiro: Em caso de vacância, a Assembleia Geral se reunirá extraordinariamente e elegerá o substituto, que cumprirá o restante do mandato em vigor;

Parágrafo segundo: O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 34/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

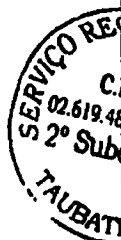
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006



Art. 58º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I- Examinar os livros e a escrituração da entidade;
- II- Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres à diretoria e à Assembleia Geral;
- III- Requisitar ao tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela entidade;
- IV- Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes.

I. CAPÍTULO IX – DA RECEITA E PATRIMÔNIO

Art. 59º - As receitas e o patrimônio do Instituto serão assim constituídos:

- I- Das rendas advindas dos bens e valores adquiridos;
- II- Dos direitos patrimoniais decorrentes da celebração de contratos;
- III- Das doações e dos legados;
- IV- Da contribuição dos associados;
- V- Dos Contratos de Gestão, Convênios, Termo de Fomento, Termo de Parcerias ou qualquer outra modalidade de contrato administrativo com o poder público;
- VI- Quaisquer bens e valores resultantes de recursos captados dos setores públicos ou privados, nacionais ou internacionais;
- VII- Da prestação de serviços, comercialização de produtos e serviços e outras rendas eventuais.

Art. 60º - Os bens do ativo permanente, que constituem o patrimônio do Instituto deverão ser identificados para possibilitar o controle de uso e conservação dos mesmos e registrados em documento próprio;

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 13/06/2024
Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.iti.gov.br



Batista

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2007

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

Art. 61º - Para alienação ou aquisição ou venda de bens imóveis a Diretoria Executiva do Instituto realizará avaliação prévia, sendo imprescindível o parecer e aprovação do Conselho de Administração.

Art. 62º - O Instituto poderá filiar-se a Centrais Sindicais e Confederações ou associar-se a outra entidade congênere, visando sempre à defesa econômica, social e o desenvolvimento harmônico e a consecução plena dos seus objetivos sociais.

Art. 63º - No caso de extinção ou desqualificação do Instituto Phoenix Saúde e Assistência, ocorrerá a incorporação integral do seu patrimônio, dos legados ou das doações que lhe tiverem sido destinados, bem como os excedentes financeiros, decorrente de suas atividades, ao patrimônio do Município, Estado e União, ao qual está qualificado, na proporção dos recursos e bens alocados no mesmo contrato de gestão, podendo ainda ser destinados a outra organização social qualificada, junto ao ente, na mesma área de atuação.

Art. 64º - A transformação do Instituto em outra entidade ou sua transformação, incorporação ou fusão será decidida por Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

J. CAPÍTULO X - DOS REGISTROS

Art. 65º - O Instituto deverá possuir os seguintes registros:

- I- De Associados e de Voluntários;
- II- De Atas das Assembleias Gerais, Diretoria Administrativa, Conselho de Administração e de Conselho Fiscal;
- III- De presença dos associados nas Assembleias Gerais e nas reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- IV- Registro de patrimônio.

Parágrafo único: É facultada a adoção de livros, folhas soltas ou fichas, inclusive as emitidas por processamento eletrônico de dados.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 36/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

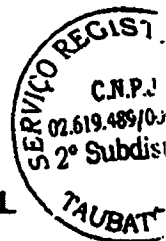
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006



K. CAPÍTULO XI - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO GERAL

Art. 66º - Nas normas de prestação de contas a serem observadas pelo Instituto serão considerados:

I- Os princípios fundamentais da contabilidade e das Normas Brasileiras da Contabilidade;

II- A publicação, em Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, dos balanços e demonstrativos, no encerramento do exercício fiscal, referentes ao relatório financeiro do exercício pertinente, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

III- A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, para verificação da aplicação dos recursos, e de todas as atividades previstas no presente estatuto, inclusive da aplicação de eventuais recursos financeiros objeto de termo de parceria, contrato de gestão ou convênio celebrado com a iniciativa privada ou com o poder público;

IV- A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita de acordo com o que determina o parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

Art. 67º - O Balanço Geral, incluindo o confronto de receitas e despesas, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único: Os resultados serão apurados separadamente segundo a natureza das operações, serviços e programas, dando-se publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras do Instituto, mediante publicação em qualquer meio eficaz, colocando-os à disposição de qualquer cidadão, incluindo-se certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.instituto phoenix.org

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2003

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

L. CAPÍTULO XII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68º - A Assembleia Geral de Constituição que aprovar o presente Estatuto Social fará a eleição e dará posse a Diretoria Executiva que serão responsáveis pela gestão do Instituto e promoverão a eleição do Conselho de Administração que referendará a Diretoria Executiva eleita nos atos pertinentes.

Parágrafo primeiro: Após registro do Estatuto a Diretoria Executiva tomará as providências necessárias para a instalação do Conselho de Administração;

Parágrafo segundo: Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos ou ratificadas as nomeações pelo Conselho de Administração nas demais eleições em que houver vacância de apenas um dos cargos.

Art. 69º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva *ad referendum* do Conselho de Administração.

Art. 70º - O Instituto poderá requerer a qualificação de Organização Social aos poderes executivos municipais, estaduais ou federal.

Art. 71º - Fica exigida a obrigatoriedade de publicação anual de síntese dos relatórios de gestão, financeiros, execução do contrato de gestão e do balanço geral no Diário Oficial da União, do Estado, Município e, de forma completa, no sítio eletrônico da Entidade, e da publicação quadrimestral no órgão oficial do município e na rede mundial de computadores em arquivos eletrônicos, em formato de texto ou formato separado por vírgulas, dos relatórios quadrimestrais e do relatório de execução do contrato de gestão;

Art. 72º - No órgão colegiado de deliberação superior, que é o Conselho de Administração, haverá a obrigatoriedade de participação de representantes do poder

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-305

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org



I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

-RCPJ-RJ 13/06/2024-32

EERE38907EXS

fl.: 38/45

Em: 18/02/2024

público e de membros da sociedade civil, de notória capacidade profissional e idoneidade moral.

Art. 73º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva não poderão ser parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau do Governador, Vice-Governador, Secretários de Estado, Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e de Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e das Agências Reguladoras.

Parágrafo único: Fica determinada a proibição no Instituto de que seus Conselheiros, Administradores e dirigentes fiquem vedados de exercer cargo de chefia ou função de confiança no Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 74º - Todos os membros diretores integrantes da Diretoria Executiva do Instituto, caso participem de outras Entidades regidas pela Lei Estadual do Estado do Rio de Janeiro nº 6.043 de 19 de setembro de 2011, somente poderão receber remuneração por uma delas.

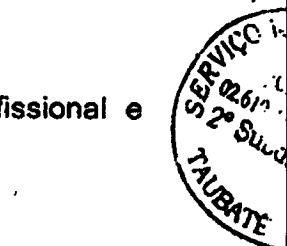
Art. 75º - Terá preferência todas as normas aqui estabelecidas nesta Assembleia sobre qualquer outra que porventura venha a colidir ou conflitar no Estatuto do Instituto.

A presente consolidação da 16ª - Décima quinta atualização do Estatuto Social foi objeto de apresentação, de aprovação em votação unânime, pela Assembleia Geral Extraordinária do Instituto.

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104



48

I.P.S.A. - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 39/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

Taubaté, 15 de janeiro de 2024.

Benedito Batista da Silva
BENEDITO BATISTA DA SILVA
Presidente do Conselho de Administração

Fabricio Grassele Galvão Velasco
FABRICIO GRASNELE GALVAO VELASCO
Diretor Executivo Presidente

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE TAUBATÉ - SP
(Prac. Dr. Monteiro, 103 - Centro - Taubaté - SP)

Reconheço por semelhança doc seu valor econômico as firmas indicadas de:
2 FABRICIO GRASNELE GALVAO VELASCO; BENEDITO BATISTA DA SILVA
2 que conferem com o padrão registrado nesta serventia. Dou fé
2 Taubaté, 19/02/2024 Em testis: *[assinatura]* *[assinatura]*
Total: R\$ 16,44 (Martha Victoria da Silva Pimentel (Escrivente)
Velado sob o nº 00230911 - 00230912

Taubaté Oficial de Registro Civil da Pessoa Jurídica
Protocolado sob nº 00083912 em 18/02/2024
Averbado e Microfilmado sob nº 00083912 em 08/03/2024
/ AVERBADO À MARGEM DA INSCRIÇÃO Nº 88788
Cantório R\$ 48,07 T.J. CR\$ 22,08 Imp. Registro Imóveis
Estado R\$ 118,84 M.P. R\$ 20,10 2027847 J. 0000083912/20240
Ipsp R\$ 81,50 ISSQN R\$ 22,45
Ipsp 2 R\$ 0,00 Cópia R\$ 0,00 Bando Legal: Pereira Filho
Shores R\$ 28,78 Total R\$ 712,58
Jurídico de Taubaté de Taubaté

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35, 302 Bosque Flamboyant - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065
12 - 3624-6401/12 - 99733-8104
www.institutophoenix.org

Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 13/06/2024
Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.tfi.gov.br



INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ TAUBATÉ-SP
RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 40/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

**QUALIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
CONSELHO FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA**

ENTIDADE

Nome: I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Endereço: Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302,
Edifício Global Office, Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065

Telefone: (12) 3624-6401, (12) 99733-8104

E-mail: contato@institutophoenix.org, institutophoneixsaude@gmail.com

CNPJ: 04.845.163/0001-26

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Composição conforme art. 36 e incisos do Estatuto Social

Representantes do Poder Público - Art. 36, letra A:

Presidente do Conselho de Administração e Representando o Poder Público:

1 - Benedito Batista da Silva

Endereço: Rua. Caxambu, nº 129 - Parque das Fontes - Tremembé/SP - CEP:
12120-156

Telefone: (12) 99178-7081

e-mail: beneditobatista2009@hotmail.com

Profissão: Militar Reformado do Exército Brasileiro

Estado Civil: Divorciado

CPF: 025.393.146-00

2 - Denise Cristina de Oliveira

Endereço: Rua dos Passos, nº 240, apto 1505, BL Dona Tello, Taubaté/SP - CEP:
12050-030

Telefone: (12) 981313-3565 **e-mail:** contato@institutophoenix.org

Profissão: Servidora Pública Prefeitura Municipal de Taubaté/SP - Médica

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.041-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org



INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 41/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05/11/2002

Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003

Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003

Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011

Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003

Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005

CCEAS Nº 0244/2006

Estado Civil: Casada

CPF: 281.711.938/03

Representantes da Entidade Civil Organizada - Art. 36:

1 - Cynira Datrino Andrade Bonito

Endereço: Alto R do Ouro, nº 55, Residencial El Dourado, Tremembé/SP – CEP: 12120-000

Telefone: 12 99242-1075 e-mail: cynirabonito@hotmail.com

Profissão: Advogada

Estado Civil: Casada

CPF: 043.457.608/52

2 - Andreia Fabiana Miranda Lemes Marcondes

Endereço: Avenida Sete de Janeiro, nº 66, Jardim Santana - Tremembé/SP – CEP: 12122-018

Telefone: (12) 99115 0644 e-mail: mirandafabiana40@gmail.com

Profissão: Pedagoga

Estado Civil: Casada

CPF: 249.363.428/40

Representante dos membros eleitos dentre os membros ou associados - Art. 36:

1 - Jose Otavio Lobato

Endereço: Rua Caminho das Laranjeiras, nº 690, Bairro Sítio Tangara, Taubaté/SP - 12100-000

Telefone: (12) 99161-8899

e-mail: otaviolobato67@gmail.com

Profissão: Empresário

Estado Civil: Divorciado

CPF/MF: 000.054.028-59

Representantes membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral - Art. 36:

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12104-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

e-mail: contato@institutophoenix.org





INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 42/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.4.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

1 – Karen Roberta dos Santos

Endereço: Avenida Gabriel Ortiz Monteiro, 149, BLOCO B Apart. 144, Bairro Monção – Taubaté/SP CEP.: 12.060-300

Telefone: (12) 99764-0817 **e-mail:** karen-r-santos@hotmail.com

Profissão: Pedagoga

Estado Civil: Casada

CPF: 349.557.318-64

2 – Gisele Souza do Carmo.

Endereço: Av. Marcílio Siqueira, nº 324, Jardim Sandra Maria, Taubaté/SP – CEP: 12081-120

Telefone: (12) 99108-0064 **e-mail:** gi.gscarmo@gmail.com

Profissão: Enfermeira

Estado Civil: Solteira

CPF: 274.624.968-52

Representante dos membros indicados ou eleitos – Art. 36:

1 – Thomas Jose Severino da Costa

Endereço: Rua Jose Benedito da Silva, nº 238, Jardim Sandra Maria, Taubaté/SP – CEP: 12081-230

Telefone: (12) 98101-9884 **e-mail:** thomas21costa@gmail.com

Profissão: Estudante

Estado Civil: Divorciado

CPF: 314.697.998-55

CONSELHO FISCAL

Composição conforme art. 57 do Estatuto Social

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12.041-065
12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org

Este documento foi registrado e assinado digitalmente pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro em 13/06/2024
Para verificar a assinatura digital, use programa visualizador como Adobe Acrobat Reader ou acesse verificador.iti.gov.br





INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 43/45

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

FABRICIO GRASNELE GALVÃOVELASCO

Endereço: Rua Santa Luzia de Marillac, nº 122, BL B, apto. 21B, Vila São José - Taubaté/SP - CEP: 12070-350

Telefone: (12) 99166-8104

E-mail: galvaovelasco@gmail.com

Profissão: Enfermeiro

Estado Civil: Solteiro

RG: 32.629.949-X SSP/SP

CPF: 260.100.908/06

2 - DIRETOR EXECUTIVO FINANCEIRO - NOMEADO E EMPOSSADO EM 14/03/2023 - TEMPO INDETERMINADO

JAILSON TEODORO, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade nº 33.996.188-1 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 302.842.168/28, residente e domiciliado à Rua Santo Amaro, nº 295, Bairro Bonfim, Município de Taubaté, estado de São Paulo, CEP: 12040-540, e-mail: jteodoro1981@gmail.com

3 - DIRETOR EXECUTIVO ADMINISTRATIVO - NOMEADO E EMPOSSADO EM 14/03/2023 - TEMPO INDETERMINADO

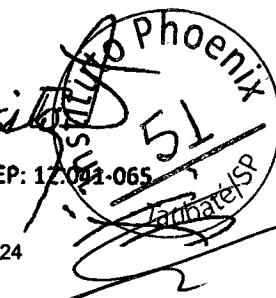
NILZA APARECIDA DIAS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, bióloga, portadora da cédula de identidade nº 17.856.163-0 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 098.621.588/08, residente e domiciliado à Rua Clara Nunes, 85 - Bairro Do Caminho Novo, Campos do Conde, Município de Tremembé, estado de São Paulo, CEP: 12125-376, e-mail: nilza_remi@yahoo.com.br

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 - Global Office - Taubaté/SP - CEP: 12.092-065

12 - 3624-6401 12 - 99733-8104

www.institutophoenix.org





INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998

Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de Outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de Abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2004
Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

RCPJ-RJ 13/06/2024-32
EERE38907EXS
fl.: 44/45

1 – Francis Bandeira da Silva Salgado

Endereço: Rua Caraguatatuba, nº 601, apto. 046, Parque das Nações,
Pindamonhangaba/SP – CEP: 12420-331

Telefone: (12) 98135-7552 **e-mail:** francis.theo81@gmail.com

Profissão: Estudante

Estado Civil: Divorciado

CPF: 330.159.168/07

2 – Paulo Roberto Cabral

Endereço: Rua dos Passos, nº 240, apto 1504, Bloco Dona Tello, Taubaté/SP –
CEP: 12050-030

Telefone: (12) 98177-2222 **e-mail:** contato@institutophoenix.org

Profissão: Médico

Estado Civil: Solteiro

CPF: 019.224.038-22

3 - Yradier José Rudner Schmidt

Endereço: Rua Jose Benedito da Silva, nº 238, Jardim Sandra Maria, Taubaté/SP –
CEP: 12081-230

Telefone: (12) 98101-9884 **e-mail:** contato@institutophoenix.org

Profissão: Aposentado

Estado Civil: Casado

CPF: 169.085.628-91

DIRETORIA EXECUTIVA:

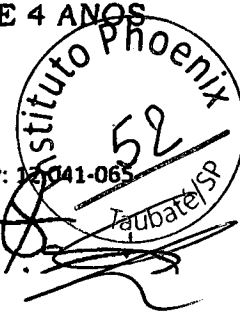
1 - DIRETOR EXECUTIVO INSTITUCIONAL ELEITO – MANDATO DE 4 ANOS
– 14/03/2023 a 13/03/2027

SEDE Administrativa

Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 Bosque Flamboyant Sala 302 – Global Office – Taubaté/SP – CEP: 12041-065

12 – 3624-6401 12 – 99733-8104

www.institutophoenix.org



Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Rua México, 148, 3º andar, Centro

CERTIFICO QUE O PRESENTE DOCUMENTO FOI REGISTRADO SOB Nº,
NOME, PROTOCOLO E DATA DA FILIAL ABAIXO, ESTE REGISTRO FOI
PRODUZIDO COM 1 VIA ADICIONAL
CNS-Matr. 093245-291815 - I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E
ASSISTÊNCIA - RUA MEXICO - Nº 31 - SALA 703 - 7º ANDAR - CENTRO - RJ
1202403121052476 13/06/2024

Emol: 310,50 Tributo: 128,39 Reemb: 8,80 Reemb.: 7.31

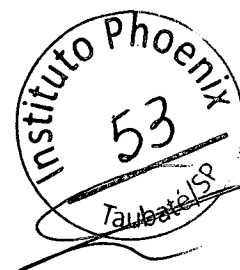
Selo: EERE38907 EXS

Consulte em www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo
Verifique autenticidade em rcpj.rj.com.br ou pelo QRCode ao lado




Rodolfo R. de Moraes
Oficial

48



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Rua México, nº 148, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro
www.rcpi-rj.com.br email: atendimento@rcpi-rj.com.br

C E R T I D ã O

O Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro, conforme o art. 19, § 1º, da lei 6015/73 e do art.217 da Lei Civil, CERTIFICA que esta é a cópia fiel da ata datada de 09/10/2001 e arquivada em 18/12/2001, da ASSOCIAÇÃO PHOENIX / AUTO ESTIMA APA, constituída neste ofício na matrícula nº 193.586, num total de 19 páginas, numeradas e canceladas digitalmente. CERTIFICA mais que há registros posteriores. Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2024. O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ. Eu, Oficial subscrevo e assino.

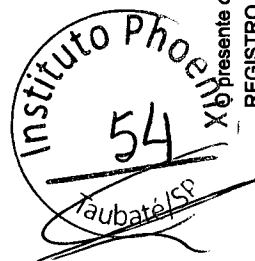
Porta Judiciária - TJERJ Corregedoria Geral de Justiça Selo de F. Coligação Eletrônica

1202401241332091
CNS/Matrícula: 093245/193.586
EEMN 57915 REU
 Rio de Janeiro, 30/01/2024
 Emol.: 243,30 Trib.: 107,41

Consulte a validade do selo em: <http://www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/>

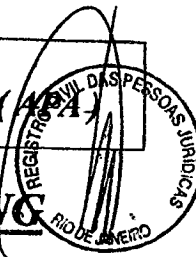
Rodolfo Pinheiro de Moraes
 Mat. 90-00.00.00.00.02

AAA 026952404





ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (AAA)



Relação de Sócios Fundadores da ONG

Nome:	Claudioiro de Mattos-Furtado
Identidade:	LP. 73236 Mec/RJ
CPF:	276.360.036-91
Endereço:	Estr. São Pedro de Alcântara, Nr 1618
Bairro:	Vila Militar
Cidade:	Rio de Janeiro - RJ
Cep.	21615-310

Nome	Jesaias dos Anjos
Identidade	LP. 9802119 / DEMEC / RJ
CPF	499.004.207
Endereço	Rua das Crisântemas, Nr 85
Bairro:	Vila Valqueire
Cidade:	Rio de Janeiro-RJ
Cep.	21.330-710

Nome	Reginaldo Daltro Filho
Identidade	52.15512.2 CRM / RJ
CPF	244.328.497-20
Endereço	Rua Siqueira Campos, Nr 242 Apt 402
Bairro:	Copacabana
Cidade:	Rio de Janeiro - RJ
Cep.	22031-070

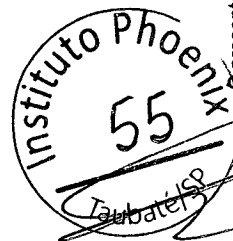
Nome	Luiz Carlos Ferreira Tinta
Identidade	3140 CRO / RJ
CPF	004.217.742-15
Endereço	Rua Botacatu, Nr 515 Apt 104
Bairro:	Grajaú
Cidade:	Rio de Janeiro-RJ
Cep.	20541-340

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 026952405

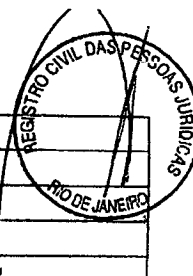
CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU

1



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Nome	Marco Aurélio de Souza Barreto
Identidade	018784793-4
CPF	745.990.207-10
Endereço	Rua Julio Cesar Braga Lima
Bairro:	Leandro
Cidade:	Itaguaí -Rio de Janeiro
Cep.	23826-210



Nome	Osvaldo Ribeiro
Identidade	028819651-2
CPF	415.837.107-44
Endereço	Av. Duque de Caxias, Nr 2897
Bairro:	Vila Militar
Cidade:	Rio de Janeiro-RJ
Cep.	21615-220

Nome	Antonio Rufino de Carvalho
Identidade	020935212-9
CPF	498.988.257-15
Endereço	Rua Rosa e Silva, Nr 60 Bl 05 Apt 206
Bairro:	Grajaú
Cidade:	Rio de Janeiro - RJ
Cep.	20410-330

Nome	Odilon dos Santos Lopes
Identidade	2416821
CPF	254.143.641-53
Endereço	Rua do Cruzeiro, Nr 95
Bairro:	Santa Cruz
Cidade:	Rio de Janeiro-RJ
Cep.	23515-070

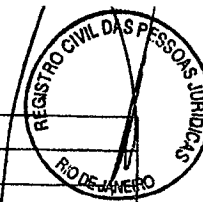
Nome:	Antônio Arraes de Oliveira
Idt.:	52.27703-0 CRM / RJ
CPF:	070.617.577-87
End.:	Rua das Rosa, Nr 340 / Apt 302
Bairro:	Vila Valqueire
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21330-680

AAA 026952406

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU



Nome:	Anderson Machado Dantas
Idt.:	08605056-4 IFP
CPF:	018.669.447-46
End.:	Rua Tordo, Nr 125 Conj. João Saldanha – Jardim Bangu
Bairro:	Bangu
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21810-000



Nome:	Iolanda Chelucci
Idt.:	7071 – CRAS / 7ª Região
CPF:	245.972.877-87
End.:	Rua José Verissimo, 13B Apt 305
Bairro:	Meier
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	20720-180

Nome:	Ewertton Carneiro Pontes
Idt.:	M-5884015 (IFP)
CPF:	808820807-68
End.:	Rua José Maria de Abreu, Nr 540
Bairro:	Realengo
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21755-260

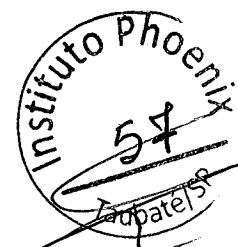
Nome:	Josiany Bezerra Dantas
Idt.:	70095 – COREN RJ
CPF:	812.384.284-87
End.:	Rua Edgard Lima, Nr 234 - Parque Leopoldina
Bairro:	Bangu
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21815-340

Nome:	Melissa Detoni Lomba
Idt.:	80623 / COREN RJ
CPF:	041914037-96
End.:	Rua Eduardo Mendes Gonçalves, Nr 193 Bl. A Apt 203
Bairro:	Sulacap
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21471-020

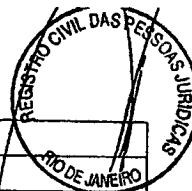
AAA 026952407

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 3

48



Nome:	Luciana da Silva Mancinho
Idt.:	10866 - CRESS / 7ª Região
CPF:	740.780.117-72
End.:	Rua Carinhonha, Nr 1000 Bl. 1 Apt 107
Bairro:	Magalhães Bastos
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21650-170



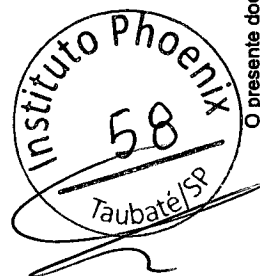
Nome:	Glaucio Narciso dos Santos
Idt.:	52.50578-I CRM RJ
CPF:	417.885.407-00
End.:	Rua Ten Nepomuceno, Nr 75
Bairro:	Vila Militar
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21216-050

Nome:	Maria Rita Neves da Silva Santos
Idt.:	6390-3 COREN-RJ
CPF:	030.375.887-21
End.:	Av. Carioca, Nr 534 casa 06
Bairro:	Vila Rosali
Cidade:	São João de Meriti
Cep.:	25510-160

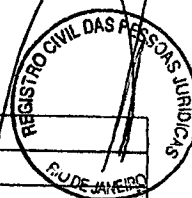
Nome:	Izabel Fátima Soares Nunes
Idt.:	08843285-1 IFP
CPF:	005.586.707-33
End.:	Av. Duque de Caxias, nº 2331
Bairro:	Vila Militar
Cidade:	Rio de Janeiro - RJ
Cep.:	21615-220

Nome:	Anderson dos Santos Silva
Idt.:	08836714-9 IFP
CPF:	033.687.747-19
End.:	Rua Alvaro Proença, Nr 697 casa 04
Bairro:	São Matheus
Cidade:	São João de Meriti
Cep.:	252530-100

AAA 026952408

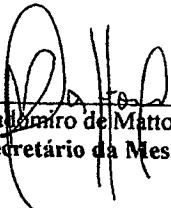
CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 4


Nome:	Amilton Machado Filho
Idt.:	043802433-3 Mex
CPF:	750.283.607-15
End.:	Rua Durval Nunes, 31
Bairro:	Campo Grande
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	23.073-510



Nome:	Luciane Teixeira de Oliveira
Idt.:	11595805-0 IFP
CPF:	087.983.257-60
End.:	Rua general savaget, 150 / 102
Bairro:	Marechal Hermes
Cidade:	Rio de Janeiro
Cep.:	21.610-390

Rio de Janeiro, RJ, 09 de outubro de 2001.


Prof. Claudomiro de Mattos Furtado
Secretário da Mesa


Revmo Pr Jesaias dos Anjos
Presidente da Mesa

AAA 026952409

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 5





ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (AAA)



Relação Qualificada da Diretoria da ONG

Nome	Reginaldo Daltro-Filho
Cargo	Presidente do Conselho Diretor
Estado Civil	Divorciado
Data Nasc.	09 de Novembro de 1947
Endereço	Rua Siqueira Campos, Nr 242 Apt 402- Copacabana (RJ)
Profissão	Médico
Identidade	52.15512.2 CRM / RJ
CPF	244.328.497-20

Nome	Luiz Carlos Ferreira Tinta
Cargo	1º Vice-Presidente
Estado Civil	Casado
Data Nasc.	18 de Fevereiro de 1938
Endereço	Rua Botacatu, Nr 515 Apt 104-Grajaú(RJ)
Profissão	Dentista
Identidade	3140 CRO / RJ
CPF	004.217.742-15

Nome	Marco Aurélio de Souza Barreto
Cargo	2º Vice-Presidente
Estado Civil	Solteiro
Data Nasc.	28 de Janeiro de 1963
Endereço	Rua Julio Cesar Braga Lima, s/ nº - Itaguaí (RJ)
Profissão	Médico
Identidade	018784793-4
CPF	745.990.207-10

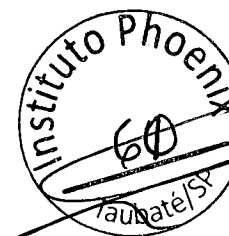
Nome	Jesaias dos Anjos
Cargo	Presidente do Conselho Consultivo
Estado Civil	Casado
Data Nasc.	14 de Março de 1955
Endereço	Rua das Crisântemas, nº 85 - Vila valqueire (RJ)
Profissão	Professor
Identidade	LP. 9802119 / DEMEC / RJ
CPF	276.360.036-91

AAA 026952410

CERTIDÃO

30/01/2024 - EEMN 57915 REU

6



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - art. 2º

Nome	Osvaldo Ribeiro
Cargo	Presindete do Conselho Fiscal
Estado Civil	Casado
Data Nasc.	15 de Julho de 1956
Endereço	Av. Duque de Caxias, Nr 2897-Vila Militar(RJ)
Profissão	Professor
Identidade	028819651-2
CPF	415.837.107-44



Nome	Claudioiro de Mattos Furtado
Cargo	Secretário Executivo
Estado Civil	Solteiro
Data Nasc.	15 de Junho de 1951
Endereço	Estr. São Pedro de Alcântara, Nr 1618-Vila Militar (RJ)
Profissão	Biólogo
Identidade	LP. 73236 Mec/RJ
CPF	276.360.036-91

Nome	Antonio Rufino de Carvalho
Cargo	Secretario Institucional
Estado Civil	Casado
Data Nasc.	20 de Maio de 1954
Endereço	Rua Rosa e Silva, Nr 60 Bl 05 Apt 206-Grajaú(RJ)
Profissão	Administrador de Empresa
Identidade	020935212-9
CPF	498.988.257-15

Nome	Odilon dos Santos Lopes
Cargo	Secretario Administrativo
Estado Civil	Casado
Data Nasc.	07 de Julho de 1949
Endereço	Rua do Cruzeiro, Nr 95-Santa Cruz(RJ)
Profissão	Administrador de Empresa
Identidade	2416821
CPF	254.143.641-53

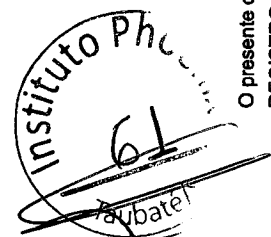
Rio de Janeiro, RJ, 09 de outubro de 2001.

Prof. Claudioiro de Mattos Furtado
Secretário da Mesa

Revmo Pr Jesaias dos Anjos
Presidente da Mesa

AAA 026952411

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 7





ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA



Às onze horas do dia nove de outubro de dois mil e um, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no auditório do Hospital da Guarnição da Vila Militar, a Av Duque de Caxias, nº 1551, Vila Militar, conforme assinaturas constantes do Livro de Atas, foi oficialmente aberta a Assembléia Geral de Fundação da Associação Phoenix/Auto-Estima, com sede, domicílio e foro na cidade do Rio de Janeiro - RJ, com duração ilimitada. Os presentes elegeram para presidir os trabalhos o Sr Jesaias dos Anjos e para secretariar o Prof. Claudomiro de Mattos Furtado. O presidente dos trabalhos apresentou a pauta, passando à ordem do dia. Iniciando-se os trabalhos foi apresentado pelo Dr Marco Aurélio de Souza Barreto o histórico da entidade, que iniciou suas atividades em 13 Nov 1998 com o nome de Projeto Phoenix/Auto-Estima, funcionando nas instalações do Hospital da Guarnição da Vila Militar. Justificou a escolha da figura mitológica "Phoenix" como nome da entidade, pelo sentido de renascer da pessoa que se livra do flagelo das drogas. Foi apresentado pelo Prof. Claudomiro de Mattos Furtado o símbolo de um pássaro nascendo em forma estilizada, o qual foi aprovado por unanimidade, juntamente com a escolha do nome da entidade. A seguir foi convocado o Prof. Osvaldo Ribeiro para apresentar o Estatuto da Associação, o qual foi discutido artigo por artigo, analisado, modificado e aprovado ao término por unanimidade do voto dos presentes. De acordo com o Estatuto aprovado, todos os presentes a esta Assembléia são considerados sócios fundadores e, portanto, membros natos da Assembléia Geral. Passou-se, a seguir, ao próximo item da pauta, eleição do Conselho Diretor e Conselho Fiscal, além da escolha dos membros do Conselho Consultivo. Ficou deliberado pela Assembléia que os mandatos, excepcionalmente, seriam de 09 de outubro de 2001 a 31 de dezembro de 2005, para completar o ano civil. Após o tempo necessário para a inscrição de chapas e candidatos, apresentou-se uma chapa única, a qual recebeu a totalidade dos votos dos presentes, sendo eleitos para o Conselho Diretor, como Presidente - o Dr Reginaldo Daltro Filho, 1º Vice-Presidente - o Dr Luiz Carlos Ferreira Tinta, e 2º Vice-Presidente - o Dr Marcos Aurélio de Souza Barreto. Para o Conselho Fiscal foram eleitos como membros o Sr Osvaldo Ribeiro, o Dr Antônio Arraes de Oliveira, o Sr. Ewerton Carneiro Pontes; e como suplentes o Dr. Glaucio Narcisio dos Santos e o Sr Anderson Machado Dantas, os quais, de imediato, elegeram como Presidente o Sr Osvaldo Ribeiro. Foram escolhidas, depois de indicados pelos sócios presentes, na forma do Estatuto, para integrarem o Conselho Consultivo, as pessoas listadas a seguir:- Revmo Pr Jesaias dos Anjos, Srª. Josiany Bezerra Dantas, Srª. Melissa Detoni Lomba, Prof. Anderson dos Santos Silva, Profª. Isabel Fátima Soares Nunes, Srª. Iolanda Chelucci, Srª. Luciana da Silva Mancinho, Sr. Amilton Machado Filho, Luciane Teixeira de Oliveira, os quais decidiram eleger como Presidente - o Revmo Pr Jesaias dos Anjos. Empossados em seus cargos os membros dos Conselhos Diretor e Fiscal, o Presidente, Dr Reginaldo Daltro Filho, apresentou a composição da Secretaria Executiva, como Secretário Executivo, o Sr Claudomiro de Mattos Furtado; como Secretário Institucional, o Sr Antônio Rufino de Carvalho; e como Secretário Administrativo, o Sr Odilon Santos Lopes; os quais, também, tomaram posse de seus cargos. Em seguida, foi deliberado pela Assembléia um valor simbólico de R\$ 10,00 (dez reais), para a 1ª anuidade, válida até 31 de dezembro de 2001, a ser pago em 05 de novembro de 2001, pelos sócios fundadores. Nada mais havendo para ser tratado, o Presidente deu por encerrada a Assembléia, e eu, Claudomiro de Mattos Furtado, lavrei e assinei a presente

FEDERATIVA DO BRASIL

Assinaturas dos membros da Assembléia Geral de Fundação da Associação Phoenix/Auto-Estima.

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 8

026952412

Instituto Phoenix
62
Taubaté/SP

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Ata, seguida das assinaturas do Presidente dos trabalhos, Revmo Pr Jesaias dos Anjos, membros dos Conselhos eleitos e demais presentes.

Rio de Janeiro, RJ, 09 de outubro de 2001.

Prof. Claudomiro de Mattos Furtado - Secretário da Mesa

Revmo Pr Jesaias dos Anjos - Presidente dos trabalhos

Dr. Reginaldo Daltro Filho - Presidente do Conselho Diretor.

Dr Luiz Carlos Ferreira Tinta - 1º Vice-Presidente

Dr Marcos Aurélio de Souza Barreto - 2º Vice-Presidente

Sr Osvaldo Ribeiro - Presidente do Conselho Fiscal

Prof. Claudomiro de Mattos Furtado - Secretário Executivo

Sr. Antonio Rufino de Carvalho - Secretario Institucional

Sr. Odilon dos Santos Lopes - Secretario Administrativo

Dr. Antonio Arraes de Oliveira - Sócio Fundador

Sr. Anderson Machado Dantas - Sócio Fundador

Srª. Iolanda Chelucci - Sócio Fundador

Sr. Ewertton Carneiro Pontes - Sócio Fundador

Srª. Josiany Bezerra Dantas - Sócio Fundador

Srª. Melissa Detoni Lomba - Sócio Fundador

Srª. Luciana da Silva Mancinho - Sócio Fundador

47278

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 9

AAA 026952413



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dr. Gláucio Narcisio dos Santos – Sócio Fundador

Profª. Izabel Fátima Soares Nunes - Sócio Fundador

Prof. Anderson dos Santos Silva – Sócio Fundador

Srª. Maria Rita Neves da Silva Santos – Sócio Fundador

Sr. Amilton Machado Filho – Sócio Fundador

Srª. Luciane Teixeira de Oliveira – Sócio Fundador

Rio de Janeiro, RJ, 09 de outubro de 2001.

Prof. Claudomiro de Mattos-Furtado
Secretário da Mesa

Revmo Pr. Jesaiias dos Anjos
Presidente da Mesa

CERTIDÃO
30/01/2024 – EEMN 57915 REU 10

AAA 026952414

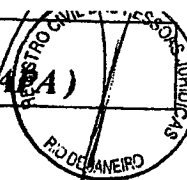


O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)

EXTRATO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Criada no dia nove de outubro do ano de dois mil e um sob a denominação de ASSOCIAÇÃO PHOENIX / AUTO-ESTIMA e reconhecida pela abreviatura de "APA", é uma associação civil, sem fins lucrativos e que usa os nomes fantasia na execução de projetos especiais: "Phoenix Renascer" e "Phoenix Reviver". Tem como sede foro a cidade do Rio de Janeiro no Estado do Rio de Janeiro, podendo abrir filiais ou agências em outras cidades ou Unidades da Federação, bem como no exterior com prazo e duração indeterminado. Tem como objetivo o caráter preventivo, fiscalizador e terapêutico da área de Dependência Química e de seus efeitos correlatos e de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, com o intuito de planejar, organizar e executar ações criativas e operativas, promotoras do bem-estar biopsicossocial dos indivíduos portadores de compulsão ao uso indevido de substâncias psicoativas (dependência química), dos que apresentam outras formas de compulsão e dos portadores de sintomas e doenças originárias ou conseqüentes desses distúrbios comportamentais, assim como DST/AIDS. É uma entidade constituída por número ilimitado de sócios, constituídos nas seguintes categorias: fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos. A Assembléia Geral, constituída pelos sócios fundadores e efetivos da entidade, é seu principal órgão deliberativo que reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, e ordinariamente, ao fim do exercício fiscal, para deliberar sobre assuntos pertinentes a Associação. A convocação da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á por meio de carta registrada, endereçada a todos os sócios, ou por edital afixado na sede social, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis. Somente terão direito a voto nas assembleias os sócios fundadores e efetivos, desde que em dia com suas contribuições e em pleno gozo de seus direitos. A entidade será dirigida pelo Conselho Diretor, colegiado, constituído por 01 (um) Presidente e 02 (dois) Vice-presidentes, voluntários, eleitos em Assembléia Geral, para um período de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos por igual período. O Primeiro Vice-Presidente responde pela Presidência na ausência do titular, seguindo-lhe o Segundo Vice-Presidente. Fazem parte ainda da administração direta 01 (uma) Secretaria Executiva, 01 (uma) Secretaria Institucional e 01 (uma) Secretaria Administrativa, além dos Conselhos Consultivo e Fiscal. A qualificação da entidade como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público está de acordo com a Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999.

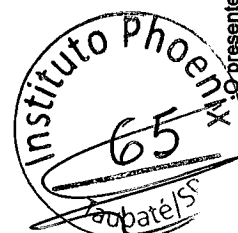
Rio de Janeiro, RJ, 09 de outubro de 2001.

Claudio Miro de Mattos Furtado
Secretário Executivo

Reginaldo Daltro Filho
Presidente

AAA 026952415

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 11



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provisório nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)



Organização Não Governamental (ONG)
ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA

CAPÍTULO PRIMEIRO
Nome e Natureza Jurídica

Art. 1 - Sob a denominação de **ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA**, ou pela forma abreviada "APA", fica instituída esta associação civil, sem fins lucrativos, que regerá por este ESTATUTO e pelas normas legais pertinentes.

Parágrafo Único - A associação poderá adotar os seguintes nomes-fantasia na execução de projetos especiais : "PHOENIX-RENASCER" e "PHOENIX-REVIVER"

CAPÍTULO SEGUNDO
Da Sede e Prazo

Art. 2 - A **ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA** tem sua sede situada a rua Pinto da Fonseca, nº 08 - Bairro Magalhães Bastos, na cidade do Rio de Janeiro - RJ e foro na cidade do Rio de Janeiro e demais cidades da federação, bem como no exterior.

Art. 3 - O prazo de duração da entidade é indeterminado.

CAPÍTULO TERCEIRO
Dos Objetivos

Art. 4 - A **ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA** é uma entidade civil, de direito privado, sem fim lucrativo, regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais, que lhe forem aplicadas, de caráter preventivo, fiscalizador e terapêutico da área da dependência química e de seus efeitos correlatos e de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, com intuito de planejar, organizar e executar ações criativas e operativas, promotoras do bem-estar bio-psicossocial dos indivíduos portadores de compulsão ao uso indevido de substâncias psicoativas (dependência química), dos que apresentam outras formas de compulsão e dos portadores de sintomas e doenças originárias ou conseqüentes desses distúrbios comportamentais, assim como DST/AIDS.

Art. 5 - Para a consecução de seus objetivos, a entidade poderá sugerir, promover, colaborar, coordenar ou executar ações e projetos visando a:

I - planejar, organizar e executar atividades de prevenção ao uso indevido de drogas, por meio de palestras informativas, vídeo-palestras, encontros psicoeducacionais, etc.;

II - estimular a reflexão sobre os efeitos maléficos das substâncias psicoativas nos indivíduos, comunidades e sociedade em geral, por meio de atividades sócio-recreativas e sócio-pedagógicas;

III - criar Centros Terapêuticos, onde poderão ser aplicadas metodologias variadas como o "Programa doze passos" e "Comunidade terapêutica";

IV - estudar, pesquisar e divulgar os motivadores bio-psicossociais da dependência química e DST/AIDS e as possíveis soluções, visando ao desenvolvimento de ações preventivas nas comunidades e áreas adjacentes aos Centros Terapêuticos;

V - promover a assistência integral aos dependentes químicos e DST/AIDS e aos seus familiares co-dependentes;

VI - contemplar a infância e a adolescência com abordagens específicas, num espaço revitalizado e adequado às peculiaridades destas faixas etárias;

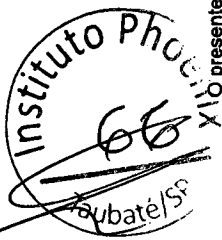
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 026952416

CERTIDÃO

30/01/2024 - EEMN 57915 REU

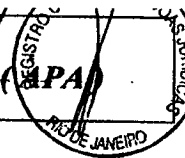
12



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VII - desenvolver um trabalho multiprofissional que atenda à demanda de pacientes idosos e aqueles com co-morbidade;

VIII - estimular a parceria, o diálogo e a solidariedade entre os diferentes segmentos sociais, participando junto com outras entidades na criação de outras associações em outras regiões do país e do exterior, inclusive por meio da mobilização de entidades governamentais e organizações não-governamentais nacionais e internacionais;

IX - executar programas de qualificação profissional, para difusão do conhecimento e formação de mão-de-obra qualificada nas áreas de interesse, por meio da promoção do voluntariado, de criação de cursos, estágios e colocação dos formandos no mercado de trabalho;

X - promover intercâmbios com entidades científicas, de ensino e de desenvolvimento social, nacionais e internacionais, bem como o desenvolvimento de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, para a prevenção e tratamento dos portadores de sintomas e doenças originárias ou conseqüentes dos distúrbios comportamentais compulsivos, incluindo as doenças sexuais transmissíveis (DST) e AIDS;

XI - promover a fiscalização da aplicação das verbas públicas, bem como a destinação e aplicação dos recursos arrecadados mediante impostos, taxas, contribuições e quaisquer mecanismos de tributação, Federal, Estadual, Municipal, de acordo com as diretrizes e regimento interno dos Tribunais de Contas, podendo apresentar, as irregularidades e desvios de verbas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Corregedorias e Órgãos Fiscalizadores, particularmente as geradas e/ou destinadas à prevenção e tratamento dos portadores de compulsão ao uso indevido de substâncias psicoativas (dependência química) e DST/AIDS;

XII - implantar hospitais, creches, asilos, escolas, podendo firmar convênios com entidades públicas e ou privadas;

XIII - Realizar obras de caráter filantrópico.

Parágrafo Único - A dedicação às atividades acima, configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatos, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou, ainda, pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público, que atuem em áreas afins.

CAPÍTULO QUATRO

Dos Sócios, seus Direitos e Deveres

Art. 6 - A entidade é constituída por número ilimitado de sócios, constituídos nas seguintes categorias: fundadores, efetivos, colaboradores e beneméritos.

Art. 7 - São sócios fundadores as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que assinaram os atos constitutivos da entidade; e efetivos, os outros que venham a ser admitidos, nos termos do Artigo 10, Parágrafo Único, do presente Estatuto.

Art. 8 - São sócios colaboradores as pessoas físicas ou jurídicas, sem impedimento legal, que venham a contribuir na execução de projetos e na realização dos objetivos da entidade.

Art. 9 - São consideradas sócios beneméritos as pessoas ou instituições que se destacarem por trabalhos que se coadunem com os objetivos dessa Associação.

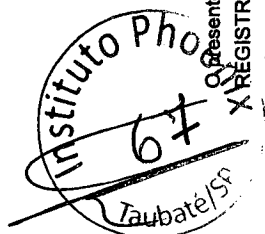
Art. 10 - Os associados, quaisquer que sejam suas categorias, não respondem, individualmente, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações da entidade, nem pelos atos praticados pelo Conselho Diretor ou pela Secretaria Executiva.

AAA 026952417

CERTIDÃO

30/01/2024 - EEMN 57915 REU

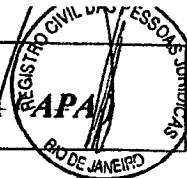
13



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Parágrafo Único - A admissão de novos sócios, de qualquer categoria, será estudada pelo Conselho Diretor, mediante proposta de sócios fundadores e efetivos, após verificação de idoneidade, e submetida à aprovação da Assembléia Geral.

Art. 11 - São direitos dos associados:

- I - ter acesso a todas as atividades e dependências da associação;
- II - propor a criação e tomar parte de comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
- III - apresentar moções, reivindicações, propostas, programas e projetos de ação para a entidade;
- IV - ter acesso a todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente.
- V - se fundador ou efetivo, votar e ser votado para qualquer cargo eletivo, após um ano de filiação, facultado participar de apenas uma chapa, e convocar a Assembléia Geral, mediante requerimento de metade mais um dos sócios efetivos.

Parágrafo Único - os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Art. 12 - São deveres dos associados:

- I - observar o Estatuto, regulamentos, regimentos, deliberações e resoluções dos órgãos da sociedade;
- II - cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da entidade, difundindo seus objetivos e ações;
- III - defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos, o respeito a todas as formas de vida, o respeito a liberdade de opinião e a diversidade sócio-cultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos;
- IV - pagar pontualmente as anuidades e demais contribuições sociais; e
- V - participar de todas as atividades sociais e culturais, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre as pessoas e nações.

Art. 13 - Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a entidade; e deixar de pagar sua anuidade e suas contribuições, por 6 (seis) meses consecutivos, deliberado pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO QUINTO Das Assembléias Gerais

Art. 14 - A Assembléia Geral, constituída pelos sócios fundadores e efetivos da entidade, é seu principal órgão deliberativo.

Art. 15 - A Assembléia Geral reunir-se-á extraordinariamente, sempre que necessário, e ordinariamente, ao fim do exercício fiscal, para deliberar sobre os seguintes temas:

- I - apreciação e aprovação do Balanço Anual e demais relatórios financeiros do exercício anterior; do Orçamento e do Plano Anual de Trabalho para o novo exercício;
- II - nomeação ou destituição da Secretaria Executiva;
- III - eleição simultânea, pelo voto direto, dos membros dos Conselhos Diretor, Consultivo e Fiscal, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida reeleições sucessivas e constituição de chapas eleitorais;
- IV - deliberar sobre a admissão de novos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos;
- V - deliberar sobre a reforma e alterações do Estatuto;
- VI - deliberar sobre a extinção da Associação e a destinação do patrimônio social;

CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU

14

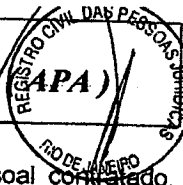
AAA 026952418

Instituto Phoenix
68
Faubaté/SP

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)



VII - estabelecer o valor da anuidade social e a remuneração do pessoal contratado, dentro da disponibilidade financeira;

VIII - deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.

Art. 16 - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho Diretor, pelo Conselho Fiscal ou por carta assinada por pelo menos a metade mais um dos sócios efetivos, e será presidida pelo Presidente ou por quem o mesmo indicar.

Parágrafo Único - A convocação da Assembleia Geral, ordinária ou extraordinariamente, dar-se-á por meio de carta registrada, endereçada a todos os sócios, ou por edital afixado na sede social, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis.

Art. 17 - O quorum mínimo exigido para a instalação da Assembleia Geral, a qualquer tempo, é de pelo menos a metade mais um dos sócios efetivos, em primeira chamada, e com qualquer número em segunda chamada, 01 (uma) hora após a primeira.

Parágrafo Primeiro - somente terão direito a voto nas assembleias os sócios fundadores e efetivos, desde que em dia com suas contribuições e em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO SEXTO

Da Administração

Art. 18 - São órgãos de Administração da entidade a Assembleia Geral, o Conselho Diretor, a Secretaria Executiva e o Conselho Fiscal.

Parágrafo Primeiro - A entidade será dirigida pelo Conselho Diretor, colegiado, constituído por 01 (um) Presidente e 02 (dois) Vice-presidentes, voluntários, eleitos em Assembleia Geral, para um período de 04 (quatro) anos, podendo ser reeleitos por igual período. O Primeiro Vice-Presidente responde pela Presidência na ausência do titular, seguindo-lhe o Segundo Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo - Compete ao Conselho Diretor:- dirigir, representar, administrar, gerenciar a entidade; coordenar o Plano de Trabalho Anual; definir o programa orçamentário; nomear ou destituir a Secretaria Executiva; definir seus cargos, funções, remuneração, atribuições e responsabilidades, mediante a confecção de um Regimento Interno; admitir novos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos, ad referendum da Assembleia Geral; propor aos sócios efetivos a fusão, incorporação e extinção da entidade, observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio; adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembleia Geral; convocar o Conselho Fiscal ou auditores externos, sempre que julgar necessário; definir outras atribuições, inerentes aos cargos da Secretaria Executiva, não previstas expressamente neste Estatuto.

Art. 19 - O Conselho Diretor da entidade, visando imprimir maior funcionalidade às ações da Associação, poderá contratar e nomear uma Secretaria Executiva, para responder pela gerência Executiva, Institucional e Administrativa, competindo:

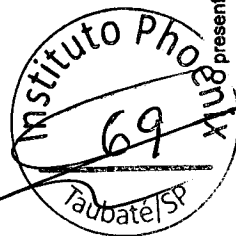
I - ao Secretário Executivo, exercer o controle efetivo do quadro social, mantendo-o atualizado sobre todas as atividades da entidade; protocolar, processar e arquivar a documentação recebida e enviada pela entidade; representar a entidade passiva e ativamente, em Juízo ou fora dele, no impedimento do Conselho Diretor ou por delegação, podendo nomear procuradores em nome da Associação, com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração; organizar o quadro administrativo, podendo, para tal, contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos; instituir ou cancelar programas, projetos ou serviços; autorizar contratações de terceiros e ordenar pagamentos, prestando contas dos

AAA 026952419

CERTIDÃO

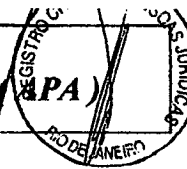
30/01/2024 - EEMN 57915 REU

15





ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)



trabalhos efetuados e da gestão financeira; propor aos sócios efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto; organizar a Comissão Eleitoral, para os trabalhos da eleição dos Conselhos;

II - ao Secretário Institucional, coordenar e dirigir as atividades gerais específicas da entidade; celebrar convênios e realizar a filiação da entidade a instituições ou organizações congêneres; representar a entidade em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Associação;

III - ao Secretário Administrativo, exercer o controle dos recursos financeiros, do material permanente e de consumo, e das instalações; encaminhar anualmente aos sócios efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou do Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre os balancetes e balanço anual; elaborar e submeter aos sócios efetivos o Orçamento e o Plano de Trabalho Anuais;

Parágrafo Primeiro - É vedado à qualquer membro da Diretoria ou à qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da entidade.

Parágrafo Segundo - Compete aos Secretários Executivo e Administrativo, solidariamente, o poder para abrir e movimentar contas bancárias, emitir cheques, solicitar talões de cheques, autorizar transferência de valores por carta, autorizar aplicações financeiras de recursos disponíveis, endossar e emitir ordens de pagamento no país e no exterior, para depósito em contas bancárias, emitir ou aceitar títulos de crédito e documentos que envolvam obrigação ou responsabilidade para a entidade, podendo transferir a terceiros, provisoriamente, os poderes expressos neste Artigo, de forma plena, mediante procuração assinada pelos mesmos, constando, obrigatoriamente, os prazos de duração, nunca superiores ao mandato do Conselho Diretor, a quem compete aprovar tais atos.

Parágrafo Terceiro - Na ausência dos Secretários Executivo ou Administrativo, responde o Secretário Institucional. Na ausência deste, responde qualquer um dos outros secretários, indistintamente.

CAPÍTULO SÉTIMO

Do Conselho Consultivo

Art. 20 - Com o objetivo de assessorar os sócios e funcionários da entidade na consecução de seus objetivos estatutários, e principalmente na elaboração, condução e implementação de suas ações, campanhas e projetos, os sócios efetivos indicarão à Assembléia Geral, nos termos do artigo 15, alínea III deste Estatuto, pessoas de reconhecido saber e idoneidade, nos campos de conhecimento afins com suas atividades, para comporem o Conselho Consultivo, em caráter voluntário, não remunerado.

Art. 21 - O Conselho Consultivo, com mandato de 04 (quatro) anos, reunir-se-á sempre que convocado pelo Presidente, ou por sugestão do Secretário Institucional, na ausência do primeiro.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Consultivo elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos requeridos.

Parágrafo Segundo - As deliberações e pareceres do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

CAPÍTULO OITAVO

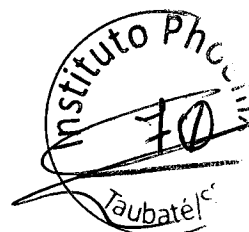
Do Conselho Fiscal

AAA 026952420

CERTIDÃO

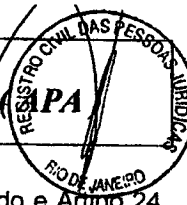
30/01/2024 - EEMN 57915 REU

16





ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA



Art. 22 - Quando convocados, nos termos do Artigo 18, Parágrafo Segundo e Artigo 24, Parágrafo Terceiro, deste Estatuto, o Conselho Fiscal será fiscalizador da administração contábil financeira da entidade, e se comporá de 03 (três) titulares e 02 (dois) suplentes, membros efetivos da entidade, de idoneidade reconhecida, voluntários, não remunerados.

Art. 23 - Os membros do Conselho Fiscal serão convidados pelos sócios efetivos e nomeados pela Assembléia Geral, mediante votação majoritária, nos termos do Artigo 15, alínea III, deste Estatuto.

Art. 24 - Compete ao Conselho Fiscal, ou, se for o caso, aos Auditores Externos:

I - analisar e fiscalizar as ações do Conselho Diretor, a prestação de contas da Secretaria Executiva e demais atos administrativos e financeiros, auxiliando o Conselho Diretor a administrar a entidade.

II - Dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da entidade, oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;

III - Opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da entidade, sempre que necessário;

IV - Comparecer, quando convocados, às Assembléias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;

V - Opinar sobre a dissolução e liquidação da entidade;

VI - Convocar a Assembléia Geral, na forma do Art. 16, do presente Estatuto.

Parágrafo Primeiro - O membros do Conselho Fiscal elegerão, por maioria simples, o seu Presidente, que coordenará os trabalhos desse Conselho.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

Parágrafo Terceiro - O Conselho Fiscal só será instalado e seus membros convocados, se a entidade não contratar auditores externos, ou se assim exigir, por meio de maioria simples, a Assembléia Geral.

CAPÍTULO NONO

Do Patrimônio

Art. 25 - O patrimônio da entidade será constituído por doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, constituindo todo o material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos em convênios, projetos ou similares, ou quaisquer outros produtos, bens permanentes e inalienáveis da sociedade, salvo mediante autorização em contrário expressa pela Assembléia Geral. Constituem, também, patrimônio da entidade o resultado da comercialização de bens e serviços, e os rendimentos auferidos de aplicações financeiras, aplicando-se o resultado obtido na execução dos objetivos da sociedade.

Parágrafo Único - Os bens patrimoniais da entidade não poderão ser onerados, permutados ou alienados sem a autorização da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim.

Art. 26 - A entidade não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores ou que a vincule a compromissos e interesses conflitantes com seus objetivos.

CAPÍTULO DÉCIMO

Do Regime Financeiro

AAA

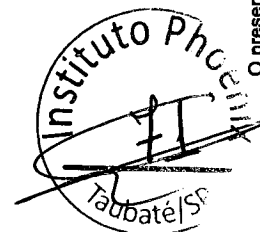
AAA 026952421

CERTIDÃO

30/01/2024 - EEMN 57915 REU

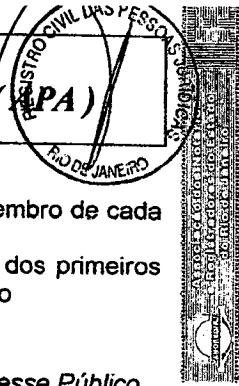
17

48





ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (APA)



Art. 27 - O exercício financeiro da entidade encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.

Art. 28 - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros sessenta dias do ano seguinte à Assembléia Geral, para análise e aprovação

CAPÍTULO DÉCIMO PRIMEIRO

Da qualificação da entidade como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, de acordo com a Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999

Art. 29 - A entidade não distribuirá, entre seus sócios, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio; nem remunerará os membros dos Conselhos Diretor, Consultivo e Fiscal.

Art. 30 - A entidade aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Art. 31 - No caso de dissolução, aprovada a extinção pela Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, nos termos do Artigo 15, proceder-se-á ao levantamento do seu patrimônio, que obrigatoriamente será destinado a outras instituições legalmente constituídas, qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público e sem fins lucrativos, que tenham objetivos sociais semelhantes, cabendo ao Secretário Executivo ou seu substituto ser o liquidante nato da sociedade.

Art. 32 - A entidade, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, adotará práticas de gestão administrativa, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no processo decisório.

Art. 33 - O Conselho Fiscal ou auditores externos, terão competência para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade.

Art. 34 - Na hipótese da entidade perder a qualificação instituída pela LEI No 9.790, de 23 de março de 1999, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos desta Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

Art. 35 - Haverá a possibilidade de se instituir remuneração para os dirigentes da entidade que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços técnico-administrativos específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

Art. 36 - A entidade observará as normas de prestação de contas, que determinarão, no mínimo:

I - a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;

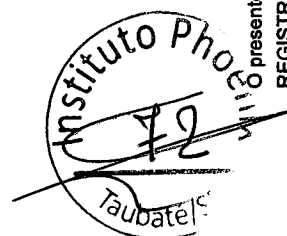
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 026952422

CERTIDÃO

30/01/2024 - EEMN 57915 REU

18



presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:39:40 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA (AAE)



III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV- a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, conforme determina o parágrafo único do Art 70 da Constituição Federal.

Art. 37 - É vedada à entidade, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público participar de campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas; bem como permitir em suas atividades, dependências ou em seu quadro social, quaisquer preconceitos ou discriminações, não se admitindo controvérsias de raça, credo religioso, cor, gênero ou de classe social.

CAPÍTULO DÉCIMO SEGUNDO

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 38 - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a entidade em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Art. 39 - O Secretário Executivo está autorizado a proceder ao registro legal do presente Estatuto e os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Diretor.

Art. 40 - O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação, somente podendo ser alterado por uma Assembléia Geral de sócios fundadores e efetivos, convocada especialmente para esse fim, com a presença da maioria simples dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários em primeira convocação e por qualquer número 01 (uma) hora após a primeira chamada.

Rio de Janeiro, RJ, 09 de outubro de 2001.

Reginaldo Daltro Filho
Presidente

Prof. Claudomiro de Mattos Furtado
Secretário da Mesa

Revmo Pr Jesaias dos Anjos
Presidente da Mesa

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Comarca da Capital do Rio de Janeiro
Av. Presidente Wilson, n.º 164 sobreloja 103

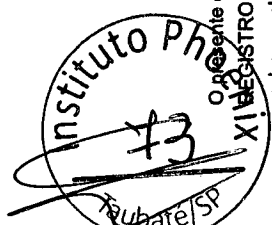
CERTIFICO que este estatuto, junto com sua ata de fundação, relação de fundadores e diretoria qualificada, protocolo nº 20011116 - 1306412 foi registrado e arquivado neste Ofício sob o nº 193586, do livro A-44, nesta data. Rio de Janeiro, 19/01/2024.

ATA REGISTRAL
nº 11896

O Oficial
CERTIDÃO
30/01/2024 - EEMN 57915 REU 19

AAA 026952423

48



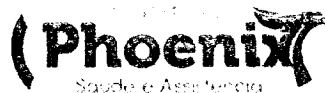
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E ACOES JURIDICAS
JACAREI - SP

ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
CNPJ 04.845.163/0001-26

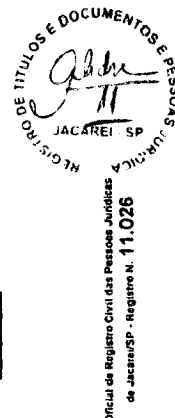
[illegible]

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sábado, 6 de abril de 2024 11:11:34 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÁ DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

28



RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot N° 00063150
Em 19/05/2023



INSTITUTO PHONEIX - SAÚDE E ASSISTÊNCIA

CNPJ 04.845.163/0001-26

Utilidade Pública Federal – Decreto Lei 3.415 de 19/04/2000

Public. D.O.U. 20/04/2000

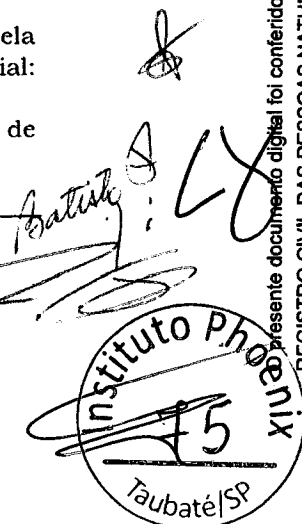
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

14 DE MARÇO DE 2023

Aos quatorze dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte e três (14/03/2023), 18:00 horas, na sede da instituição, reuniram-se a Diretoria e Associados Efetivos da Associação em Assembleia Geral Extraordinária, convocada conforme publicação do edital no quadro de avisos do hall da Associação no dia 16/02-2023, sob a presidência da Sra. Janaina de Faria Domingos Caserta, RG n. 34.552.826-8 e inscrita sob o CPF 339.837.518-90, inicia a reunião em primeira convocação, porém não tendo número qualificado, informa aos presentes a segunda chamada se dará dentro de 01(uma) hora. As 19:00 horas, com quórum qualificado, os associados presentes, assinam a lista de presença, parte integrante desta ata. A seguir solicita aos presentes a necessidade de indicar entre os presentes, o presidente e o Secretário *a.doc* desta reunião. O que foi prontamente atendido pelos presentes, na indicação da Presidente a própria Sra. Janaina de Faria Domingos Caserta, CPF/MF n° 339.837.518-90 e, para secretariar *a.doc*, o Sr. Fabricio Grasnele Galvão Velasco, CPF 260.100.908-061. A seguir o secretário faz a leitura do Edital de convocação desta assembleia, devidamente publicado no hall da sede, enfatizando a pauta do dia:

- 1) Leitura e deliberação das cartas de renúncia de seus atuais dirigentes;
- 2) Proposta de alteração integral do Estatuto Social da Associação Phoneix para a sua adequação e transformação nos termos da Lei n° 9.637/1998;
- 3) Alteração da Razão Social que substitui o termo “Associação” pela denominação “Instituto”, passando a ter a seguinte Razão Social: Instituto Phoneix Saúde e Assistência;
- 4) Alteração do endereço da sede que passa a ser no município de Taubaté e extinção da filial instalada no município do Rio de Janeiro;

Instituto Phoneix – Saúde e Assistência
Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), n° 35, sala 302, Edifício Global Office,
Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065



- 5) Eleição e posse do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal nos termos do novo Estatuto Social;
- 6) Apresentação para deliberação do Regulamento de Contratações e Compras de bens e serviços da Associação;
- 7) Apresentação para deliberação do Regulamento de Recrutamento e seleção da Associação;
- 8) Apresentação para deliberação do Regulamento de Recursos
- 9) Outros assuntos de interesse da Associação de competência desta Assembleia Geral Extraordinária.

Aberta a Assembleia. O Presidente passa a leitura dos itens da pauta iniciando pelo:

Item 01: Leitura e deliberação das **CARTAS DE RENÚNCIA** de seus atuais dirigentes. Aberta a palavra para a deliberação de todos os associados, após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, foi acolhida e aprovada a carta de renúncia de todos os membros da diretoria;

Item 2: Proposta de **ALTERAÇÃO INTEGRAL DO ESTATUTO SOCIAL** da Associação Phoneix para a sua adequação e transformação nos termos da Lei nº 9.637/1998. Aberta a palavra para deliberação de todos os associados, após intenso debates por todos os presentes e verificada a necessidade de alteração e reforma integral do Estatuto Social para se adequar a Lei 9.637/1998 e a necessidades dos órgãos públicos na contratação de Organizações Sociais para a entabulação de Contrato de Gestão e assim atender ao objetivo social desta Associação, O Presidente encerrou o debate e abriu para a votação do novo Estatuto Social que, por unanimidade de votos de todos os presentes, foi aprovado a proposta deste Item com a aprovação do novo Estatuto Social;

Item 3: ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL que substitui o termo "Associação" pela denominação "Instituto", passando a ter a seguinte Razão Social: Instituto Phoneix Saúde e Assistência. Pelo Presidente foi aberto para deliberação e após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, fica aprovado a proposta deste Item com a alteração da Razão Social;

Item 04: Alteração do endereço da sede que passa a ser no município de Taubaté e extinção da filial instalada no município do Rio de Janeiro. Pelo Presidente foi colocado para deliberação a **ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO** da sede/matriz do atual endereço neste Município de Jacarei para o Município de Taubaté à Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office, Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065 e, **EXTINÇÃO DA FILIAL** localizada no Município do Rio de Janeiro, à Rua João Vicente, nº 1645, Bairro Marechal Hermes, CEP 21.331-260, após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, fica aprovado a alteração

Batista

Instituto Phoneix - Saúde e Assistência
Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office,
Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065

Cartório
Gr
He
San
Esc
3686.2

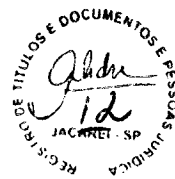
Instituto Phoneix
76
Taubaté/SP

QUIRIRIM
stavo
rique
os Dias
revente
572/3696

ESTO
SP



RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 0003150
En 19/05/2021



REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
de Taubaté-SP - Registro N. 11.026

de endereço da sede/matriz e a extinção da filial do município do Rio de Janeiro conforme aqui exposto;

Item 5: Eleição e posse do Conselho de Administração, membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal nos termos do novo Estatuto Social. Pelo Presidente foi justificado a necessidade de recomposição dos Conselhos e Diretoria do Instituto diante da renúncia aqui aprovada de toda a antiga diretoria e com a aprovação do novo estatuto com modelagem jurídica que atende a Lei 9.637/1998 e a necessidades dos órgãos públicos na contratação de Organizações Sociais para a entabulação de Contrato de Gestão e assim atender ao objetivo social deste Instituto, motivo pelo qual o Presidente da início a eleição para composição do Conselho de Administra, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, suspendendo a assembleia por 30 minutos para que todos os associados presentes manifestem o interesse de participar das eleições para os órgãos do Instituto. Após a suspensão o Presidente da início a eleição dos órgãos: **ELEIÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** conforme composição prevista no art. 36 caput e §3º do Estatuto Social, para um mandato de 04 (quatro) anos, após os debates, por aclamação de todos os associados presentes ficam eleitos: como Representantes do Poder Público, art. 36, letra A - Benedito Batista da Silva, CPF/MF nº 025.393.146-00 e Denise Cristina de Oliveira, CPF/MF nº 281.711.938/03, como Representantes da Sociedade Civil, art. 36, letra B - Cynira Datrino Andrade Bonito, CPF/MF nº 043.457.608-52 e Andreia Fabiana Miranda Lemes Marcondes, CPF/MF nº 249.363.428-40, como representante dos Membros ou Associados, art. 36, letra C - Jose Otavio Lobato, CPF/MF nº 000.054.028-59, representantes de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, art. 36, letra D - Fabiana Faria Cabral Migotto, CPF/MF nº 122.062.808-50 e Gisele Souza do Carmo, CPF/MF nº 274.624.968-52, como representantes dos membros indicados ou eleitos, art. 36, letra D - Thomas Jose Severino da Costa, CPF/MF nº 314.697.998-55. Ato contínuo, os agora integrantes do Conselho de Administração eleitos, em atendimento ao disposto o art. 40 do Estatuto Social, passa a eleição do Presidente do Conselho de Administração que, após os debates, por aclamação, fica eleito o Sr. Benedito Batista da Silva, CPF/MF nº 025.393.146-00. **ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL** conforme composição prevista no art. 57º do Estatuto Social para um mandato de 03 (três) anos, após os debates, por aclamação de todos os associados presentes ficam eleitos: Francis Bandeira da Silva Salgado, CPF/MF nº 330.159.168/07, Paulo Roberto Cabral, CPF/MF nº 019.224.038/22 e Yradier José Rudner Schmidt, CPF/MF nº 169.085.628-91 e, finalizando o processo eleitoral o Presidente da Assembleia passa para **ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA** conforme a nova estrutura prevista no art. 46º, I, do Estatuto Social, após os debates, fica eleito por aclamação para um mandato de 04 (quatro) anos, como Diretor Executivo Presidente o Sr. Fabricio

Instituto Phoenix - Saúde e Assistência
Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office,
Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065



presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sábado, 6 de abril de 2024 11:11:34 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot. Nº 00063160
Em 19/05/2023

2º TABELÃO DE LEI Nº 1.200-2 DE 24/08/2001
Ass. Paul. de 19/05/2023
Escrivão

Grasnele Galvão Velasco, CPF/MF nº 260.100.908/06, neste ato, também por aclamação, a Assembleia Ratificam a seguinte nomeação realizada pelo Diretor Executivo Presidente: para Diretor Executivo Financeiro, art. 46, II do Estatuto Social, o Sr. Jailson Teodoro, CPF/MF nº 302.842.168/28, mandato por tempo indeterminado, para Diretor Executivo Administrativo, Sra. Nilza Aparecida Dias do Nascimento, CPF/MF nº 098.621.588-08. Quanto aos cargos de Diretor Executivo Jurídico e de Projetos, os mesmos ficam na vacância. Finalizado o processo eleitoral e todos eleitos e empossados para o mandato de 04 (quatro) anos, iniciando em 14 de março de 2023 e finalizando em 13 de março de 2027, conforme Termos de Posse e Qualificação de todos em anexo.

Item 6: Apresentação do **REGULAMENTO DE CONTRATAÇÕES E COMPRAS DE BENS E SERVIÇOS** do Instituto. Pelo Presidente foi aberto para deliberação e após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, fica aprovado o Regulamento de Contratações e Compras de bens e serviços nº 001/2023 do Instituto;

Item 7: Apresentação do **REGULAMENTO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO** do Instituto. Pelo Presidente foi aberto para deliberação e após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, fica aprovado o Regulamento de Recrutamento e Seleção nº 001/2023 do Instituto;

Item 8: Apresentação do **REGULAMENTO DE RECURSOS** Pelo Presidente foi aberto para deliberação e após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, fica aprovado o Regulamento de Recursos Humanos nº 001/2023 do Instituto;

Item 9: Outros Assuntos: Pelo Presidente foi proposto a todos os presentes a aprovação, como **ASSOCIADOS TÉCNICOS** nos termos do art. 11º, Parágrafo quarto para celebrar Termo de Cooperação e Parceria Técnica com o Instituto, com o fim de transferir sua capacidade técnica operacional, profissional ou seu know-how visando a busca dos objetivos do Instituto, dos seguintes profissionais: Dra. Denise Cristina de Oliveira, Médica inscrita no CRM sob o nº 125507, Dr. Paulo Roberto Cabral, Médico inscrito no CRM sob o nº 88490 e Dra. Luciane Menck Vieira, Psicóloga inscrita no CRP sob o nº 76741. Pelo Presidente foi aberto para deliberação e após os debates, por unanimidade de votos de todos os presentes, fica aprovado os profissionais acima como Associados Técnicos.

Nada mais para se tratar pelo Presidente foi **ENCERRADA** a presente Assembleia agradecendo a participação de todos nesta nova fase do Instituto que, diante das mudanças aprovadas, esperam a entabulação de novos contratos com o Poder Público, em especial no Vale do Paraíba, para o pleno desenvolvimento e atendimento aos objetivos estabelecidos no Estatuto Social. Encerrada a Assembleia Geral extraordinária as 21:30 hrs. (vinte e uma horas e trinta minutos) eu,

Grasnele Galvão Velasco
Presidente

Instituto Phoenix - Saúde e Assistência
Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office,
Lavadouro de Arara, Taubaté-SP, CEP 12041-065

CARTÓRIO
Gustavo
Henri
Santos
Escrivão



Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sábado, 6 de abril de 2024 11:11:34 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

RCPJ TAUBATÉ-SP
Prot N° 00073150
Em 19/05/2023

Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Jacaré/SP
Rua XV de Novembro, n.º 269 - Centro - CEP 12327-060 - Jacaré/SP

Empo:	R\$ 802,92
Estado	R\$ 229,09
Selaz:	R\$ 156,42
R. Civil	R\$ 42,42
T. Justiça	R\$ 54,66
Min. Público	R\$ 38,77
Imp. Municipal	R\$ 40,04

Total R\$ 1.364,32

Selos e taxas

Recolhidos p/verba

Esses registros contém 03 folhas

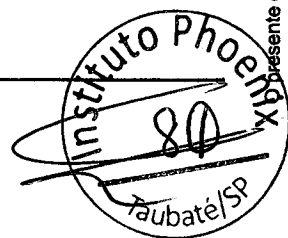
Prenotado sob o n.º 11.389 em
17/03/2023. Registrado e digitalizado hoje,
sob o n.º 11.026 do Registro Civil de Pessoa
Jurídica. Anotado a margem do lançamento
n.º 10290/15/09/2021 do livro protocolo.-

Jacaré/SP, 27 de Março de 2023.

Alexandro de Oliveira
Escrivente Autorizado



48



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped	Versão: 10.1.8
--	----------------

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	04.845.163/0001-26	
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO DIÁRIO GERAL	NÚMERO DO LIVRO 53
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) 42.ED.8A.49.05.B0.0B.9C.B0.EB.36.E4.ED.64.98.3D.6C.B7.B4.12	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Conselheiro de Administração	02539314600	BENEDITO BATISTA DA SILVA:02539314600	6426956652722655620	30/06/2023 a 29/06/2024	Sim
CONTADOR	05790704840	DONIZETI RAMBALDI:05790704840	120372163509107186598060111156178103175	28/11/2023 a 27/11/2024	Não

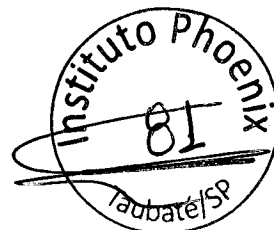
NÚMERO DO RECIBO:

42.ED.8A.49.05.B0.0B.9C.B0.EB.36.E4.
ED.64.98.3D.6C.B7.B4.12-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 20/03/2024 às 16:38:00

8A.1E.B3.70.88.33.DA.E2
98.56.BF.99.73.A7.A6.29

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Sped
2023

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 04.845.163/0001-26
Número de Ordem do Livro: 53

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
NIRE
CNPJ 04.845.163/0001-26
Número de Ordem 53
Natureza do Livro DIÁRIO GERAL
Município TAUBATE
Data do arquivamento dos atos constitutivos 18/12/2001
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social 31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital 2557

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
Natureza do Livro DIÁRIO GERAL
Número de ordem 53
Quantidade total de linhas do arquivo digital 2557
Data de inicio 01/01/2023
Data de término 31/12/2023

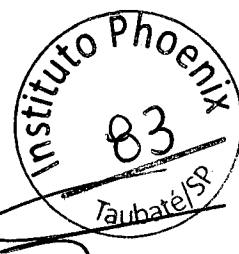


BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
 Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 CNPJ: 04.845.163/0001-26
 Número de Ordem do Livro: 53
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 2.028.022,82	R\$ 1.998.665,70
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 928.190,56	R\$ 919.939,12
DISPONIVEL		R\$ 926.056,32	R\$ 918.088,47
CAIXA		R\$ 0,00	R\$ 170,00
CAIXA GERAL		R\$ 0,00	R\$ 170,00
BANCO CONTA MOVIMENTO		R\$ 11.959,26	R\$ 10,00
BANCOS		R\$ 11.959,26	R\$ 10,00
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 914.097,06	R\$ 917.908,47
APLICACAO RENDA FIXA		R\$ 224.034,07	R\$ 227.845,48
APLICACAO RENDA FIXA		R\$ 690.062,99	R\$ 690.062,99
CREDITOS		R\$ 2.134,24	R\$ 1.850,65
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 283,59	R\$ 0,00
SEGUROS		R\$ 283,59	R\$ 0,00
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 1.850,65	R\$ 1.850,65
ADIANTAMENTO FERIAS		R\$ 1.850,65	R\$ 1.850,65
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 1.099.832,26	R\$ 1.078.726,58
IMOBILIZADO		R\$ 1.096.191,26	R\$ 1.075.813,78
BENS IMOVEIS		R\$ 1.004.076,62	R\$ 1.004.076,62
REFORM A IMOVEIS DE TERCEIROS		R\$ 1.004.076,62	R\$ 1.004.076,62
BENS MOVEIS		R\$ 147.842,69	R\$ 147.842,69
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 53.730,92	R\$ 53.730,92
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 38.178,80	R\$ 38.178,80
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R\$ 21.931,73	R\$ 55.932,97
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 26.735,24	R\$ 0,00
EQUIPAMENTOS DE PROC. DADOS		R\$ 7.268,00	R\$ 0,00
(-) (-) DEPRECIACOES		R\$ (56.728,05)	R\$ (76.105,53)
(-) (-) DEPRECIACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ (23.811,25)	R\$ (29.184,34)
(-) (-) DEPRECIACAO MAQ E EQUIPAMENTOS		R\$ (16.241,60)	R\$ (20.069,40)
(-) (-) DEPRECIACAO COMPUTADORES		R\$ (15.675,20)	R\$ (26.861,79)
INTANGIVEL		R\$ 3.841,00	R\$ 2.912,80
SOFTWARE		R\$ 3.841,00	R\$ 3.641,00
SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARE		R\$ 3.841,00	R\$ 3.641,00
(-) AMORTIZACOES		R\$ 0,00	R\$ (728,20)
(-) AMORTIZACAO SOFTWARE		R\$ 0,00	R\$ (728,20)
PASSIVO		R\$ 2.028.022,82	R\$ 1.998.665,70
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 64.917,43	R\$ 62.431,43
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R\$ 655,72	R\$ 0,00
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER		R\$ 655,72	R\$ 0,00
PIS A RECOLHER		R\$ 142,82	R\$ 0,00
COFINS A RECOLHER		R\$ 349,79	R\$ 0,00
IRRF S/ SALARIOS A RECOLHER		R\$ 75,90	R\$ 0,00
IRRF S/ SERVICOS A RECOLHER		R\$ 21,27	R\$ 0,00
4,65% SERV TOMADOS A RECOLHER		R\$ 65,94	R\$ 0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R\$ 1.830,28	R\$ 0,00
FGTS		R\$ 534,96	R\$ 0,00
FGTS A RECOLHER		R\$ 534,96	R\$ 0,00
PREVIDENCIA SOCIAL		R\$ 1.295,32	R\$ 0,00
INSS A RECOLHER		R\$ 1.295,32	R\$ 0,00
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 4.043,58	R\$ 4.043,58
CONTAS TRANSITORIAS		R\$ 4.043,58	R\$ 4.043,58
ADIANTAMENTO		R\$ 3.502,99	R\$ 3.502,99
VALORES A COMPENSAR		R\$ 540,59	R\$ 540,59
EMPRESTIMOS BANCARIOS		R\$ 58.387,85	R\$ 58.387,85
EMPRESTIMOS		R\$ 58.387,85	R\$ 58.387,85
EMPRESTIMOS		R\$ 58.387,85	R\$ 58.387,85
PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 1.963.105,39	R\$ 1.936.234,27
PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 564.165,14	R\$ 564.165,14
PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 564.165,14	R\$ 564.165,14
PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 564.165,14	R\$ 564.165,14
SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADOS		R\$ 1.398.940,25	R\$ 1.372.069,13
SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO		R\$ 1.398.940,25	R\$ 1.372.069,13
(-) SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO		R\$ (104.067,58)	R\$ 0,00
SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO		R\$ 0,00	R\$ (26.871,12)
SUPERAVIT EXERCICIOS ANTERIORES		R\$ 1.882.067,63	R\$ 1.778.000,05
(-) AJUSTE DO EXERCICIO ANTERIORES		R\$ (379.059,80)	R\$ (379.059,80)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 42.ED.8A.49.05.B0.0B.9C.B0.EB.36.E4.ED.64.98.3D.6C.B7.B4.12-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Saud
e

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023

CNPJ: 04.845.163/0001-26

Número de Ordem do Livro: 53

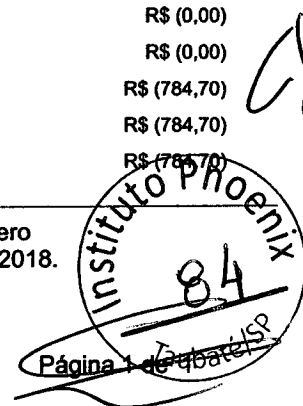
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		R\$ (104.067,58)	R\$ (26.871,12)
RECEITA LÍQUIDA		R\$ 135.816,20	R\$ 56.320,00
RECEITAS		R\$ 143.309,11	R\$ 56.320,00
RECEITAS		R\$ 143.309,11	R\$ 56.320,00
DOAÇÕES PF		R\$ 38.636,53	R\$ 56.320,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS		R\$ (7.492,91)	R\$ 0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (7.492,91)	R\$ 0,00
OUTRAS RECEITAS		R\$ 16.675,56	R\$ 0,00
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 16.675,56	R\$ 0,00
RECEITAS FINANCEIRAS GERAIS		R\$ 16.675,56	R\$ 0,00
(-) CUSTOS		R\$ (41.703,27)	R\$ (0,00)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (41.703,27)	R\$ (0,00)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS		R\$ (214.856,07)	R\$ (83.191,12)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (63.060,36)	R\$ (78.406,42)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS		R\$ (63.060,36)	R\$ (78.406,42)
(-) LUZ		R\$ (3.390,36)	R\$ (133,60)
(-) TELEFONE/CELULAR/INTERNET		R\$ (1.947,35)	R\$ (1.668,57)
(-) ALUGUEL		R\$ (0,00)	R\$ (11.000,00)
(-) ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		R\$ (10.084,68)	R\$ (2.840,00)
(-) CONDOMÍNIO		R\$ (0,00)	R\$ (4.626,43)
(-) DESPESAS COM VIAGENS		R\$ (0,00)	R\$ (1.792,25)
(-) DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO		R\$ (9.007,84)	R\$ (21.105,68)
(-) CORREIOS E TELEGRAFOS		R\$ (84,95)	R\$ (81,41)
(-) COMBUSTÍVEIS/PEDAGIOS		R\$ (0,00)	R\$ (4.825,14)
(-) MANUT/CONSERVAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS		R\$ (0,00)	R\$ (249,40)
(-) MATERIAIS DE ESCRITÓRIO		R\$ (1.121,03)	R\$ (11.098,70)
(-) ASSOCIAÇÕES E CLASSES		R\$ (36.611,22)	R\$ (915,24)
(-) PRÊMIOS E SEGUROS		R\$ (6.824,90)	R\$ (283,59)
(-) TAXAS E EMOLUMENTOS		R\$ (484,71)	R\$ (17.455,21)
(-) BENS DE PEQUENO VALOR		R\$ (1.072,57)	R\$ (331,20)
(-) DESPESA DIRETA COM PESSOAL		R\$ (122.780,12)	R\$ (4.000,00)
(-) DESPESA COM PESSOAL		R\$ (64.382,89)	R\$ (0,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS		R\$ (58.397,23)	R\$ (4.000,00)
(-) SERVIÇOS TOMADOS - LIMPEZA/DEDETIZAÇÃO/HIGIENIZAÇÃO		R\$ (0,00)	R\$ (4.000,00)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (21.017,73)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS GERAIS		R\$ (21.017,73)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R\$ (7.997,86)	R\$ (784,70)
(-) IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (7.997,86)	R\$ (784,70)
(-) IMPOSTO PREDIAL		R\$ (7.611,03)	R\$ (784,70)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 42.ED.8A.49.05.B0.0B.9C.B0.EB.36.E4.ED.64.98.3D.6C.B7.B4.12-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
Período da Escrituração: 01/01/2023 a 31/12/2023 **CNP** 04.845.163/0001-26 **Número de Ordem do Livro:** 53
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido

Histórico	Patrimonio Social (R\$)	Superavit Deficit (R\$)	Total (R\$)
Saldo Inicial em 01.01.2023	564.185,14	1.398.940,25	1.963.105,39
Aumento de Capital	0,00	(-)26.871,12	(-)26.871,12
Constituição de Reserva de Capital	0,00	0,00	0,00
Constituição de Reserva Legal	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Resultados Anteriores	0,00	0,00	0,00
Saldo Final em 31.12.2023	564.185,14	1.372.069,13	1.936.234,27

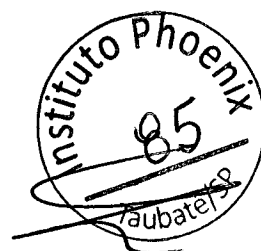
Notas

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 42.ED.8A.49.05.B0.0B.9C.B0.EB.36.E4.ED.64.98.3D.6C.B7.B4.12-0, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1



NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

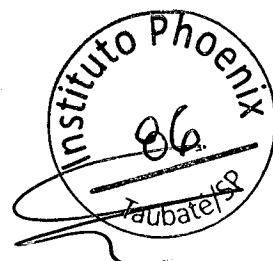
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Phoenix Saúde e Assistência, constituído em 18 de dezembro de 2021. O Instituto pessoa jurídica de direito privado, sendo uma entidade sem fins lucrativos, aplicará os recursos recebidos integralmente na consecução do seu objeto social e no desenvolvimento de suas atividades, não distribuindo entre os seus empregados, usuários, conselheiros, diretores, associados ou doadores, os eventuais excedentes, parcelas do seu patrimônio ou lucros de qualquer natureza, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado, com duração por tempo indeterminado, possui sede administrativa na Rua Jurandir Martins Filho, nº 35, Sala 302, no Município de Taubaté, Estado de São Paulo. A Associação tem por objetivo principal o Art. 6º - do da XVII alteração estatutária O I.P.S.A - Instituto Phoenix Saúde e Assistência terá por objetivos:

Saúde; Educação e Serviço Social:

Finalidades do Instituto Phoenix Saúde e Assistência:

- 1- Prestar e promover a assistência à saúde, serviços médico-hospitalares, prontos-socorros, pronto-atendimentos, serviços de emergência, serviços auxiliares em saúde, tanto em regime de internação quanto ambulatorial, a quanto procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso ou opinião política.
- 2- Realizar serviços de UTI móvel,
- 3- Proceder com os serviços de remoção de pacientes, promover atendimentos em saúde mental observando as diretrizes do trabalho multiprofissional e interdisciplinar,
- 4- Prestar atividades de apoio ao fornecimento de infraestrutura e assistência domiciliar.
- 5- O INSTITUTO terá por objetivo o desenvolvimento de ações e projetos nas áreas de educação e de pesquisa científica, inclusive pesquisas de ponta em múltiplas áreas do conhecimento, envolvendo projetos de âmbito educacional, de saúde, da assistência social e de desenvolvimento econômico, promovendo e contribuindo para o desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde e da tecnologia no Brasil, por meio de suas unidades próprias e das unidades a ele associadas.
- 6- Promover programas, projetos de Proteção Social Básica como o Programa de Atendimento Integral à Família, Agentes Jovens, Apoio à Pessoa Idosa, Apoio à Pessoa com Deficiência, Benefício de Prestação Continuada, Programas de Geração de Trabalho e Renda, Benefícios Eventuais (auxílio natalidade e mortalidade)



- 7- Treinamento, capacitação e aperfeiçoamento no desenvolvimento profissional e gerencial nas áreas de educação, saúde, assistência social e equipe multidisciplinar
- 8- Prestar serviços no desenvolvimento e ou da gestão de equipamentos públicos da área de assistência social.

As receitas e despesas do Instituto Phoenix Saúde e Assistência estão segregadas como:

- 1- O I.P.S.A – Instituto Phoenix Saúde e Assistência, são despesas da administração do Serviço Prestados descritos no Artigo 6º, § 1, 2 e 3.
- 2- O Instituto, pessoa jurídica de direito privado, sendo uma entidade sem fins lucrativos, aplicará os recursos recebidos integralmente na consecução do seu objeto social e no desenvolvimento de suas atividades, não distribuindo entre os seus empregados, usuários, conselheiros, diretores, associados ou doadores, os eventuais excedentes, parcelas do seu patrimônio ou lucros de qualquer natureza, em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002 – Entidade sem Fins Lucrativos, Resolução 1.418-2012 que aprova a NBC TG 1000 – Pequenas e médias Empresas, a escrituração das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Ativos e Passivos

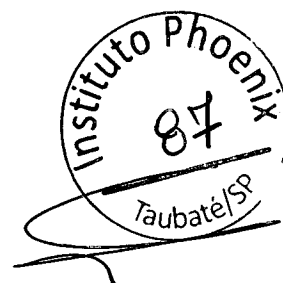
Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses, subsequentes à data do balanço patrimonial são considerados como longo prazo. As contas Patrimoniais são todas sem Restrição.

ATIVO CIRCULANTE

b) Disponível

As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor de aplicações acrescida dos Rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência.

Descrição	2023	2022
Caixa	170,00	0,00
Banco	10,00	11.959,26
Aplicação Banco do Brasil 963-6	917.908,47	914.097,06
TOTAL	918.088,47	926.056,32



c) Despesas Antecipadas

Registra os seguros a apropriar.

Descrição	2023	2022
Seguros	0,00	283,59
TOTAL	0,00	283,59

d) Adiantamentos a Empregados

Registra nessa conta adiantamento a empregados.

Descrição	2023	2022
Adiantamento Férias	1.850,65	1.850,65
TOTAL	0,00	1.850,65

ATIVO NÃO CIRCULANTE

e) Imobilizado

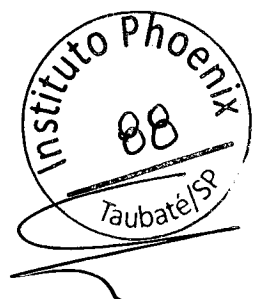
O Imobilizado refere-se a Bens Imóveis e Bens Móveis, são bens corpóreos demonstrados pelo valor do custo de aquisição ou valor original.

A depreciação correspondente é calculada pelo método linear e leva em consideração ao tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.

Descrição	Taxa	2023	2022
Reforma Imóveis de Terceiro	0%	1.044.076,62	1.044.076,62
Móveis e Utensílios	10%	53.730,92	53.730,92
Maquinas e Equipamentos	10%	38.178,80	38.178,80
Computadores e Periféricos	20%	55.932,97	55.932,97
TOTAL		1.151.919,31	1.151.919,31
(-) Depreciação Acumulada		(76.105,53)	(55.728,05)
TOTAL IMOBILIZADO LIQUIDO		1.078.726,58	1.099.832,26

f) Intangível

O Intangível refere-se aos bens não corpóreos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Intangível, depreciação correspondente é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.



Descrição	Taxa	2023	2022
Software	20%	3.641,00	3.641,00
TOTAL		3.641,00	3.641,00
(-) Amortização Acumulada		(728,20)	(0,00)
TOTAL INTANGÍVEL LÍQUIDO		2.912,80	3.641,00

g) Obrigações Tributárias

Descrições	2023	2022
IRRF s/ Salários a Recolher	0,00	75,90
IRRF Serv Tomados a Recolher	0,00	21,27
Pis/Cofins a Recolher	0,00	492,61
4,65% a Recolher	0,00	65,94
TOTAL	0,00	655,72

h) Obrigações Trabalhistas

Descrições	2023	2022
FGTS a Recolher	0,00	534,96
INSS a Recolher	0,00	1.295,32
TOTAL	0,00	1.830,28

i) Outras Obrigações

Descrições	2023	2022
Adiantamento	3.502,99	3.502,99
Valores a Compensar	540,59	540,59
Empréstimos	58.387,85	58.387,85
TOTAL	62.431,43	62.431,43

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

PATRIMÔNIO SOCIAL

j) Patrimônio Social

Toda a movimentação desta conta está na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. A Apuração do Resultado é apresentada em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social acrescido e reduzido pelos superávits e déficits dos exercícios.



Parimonio Social	2023	2022
27003 – Patrimonio Social	564.165,14	564.165,14
27202 – Superavit dos Exercícios Anteriores	1.778.000,05	1.882.067,53
27203 – Superavit/Déficit do Exercício	(26.871,12)	(104.067,58)
27206 – Ajustes Exercícios anteriores	(379.059,80)	(379.059,80)

RECEITAS E DESPESAS

k) Receitas

As Receitas Operacionais são Doações exclusivamente de pessoas físicas.

RECEITA OPERACIONAL 2023		
Conta Reduzida	Descrição da Conta	Valor
30007	Doações PF	56.320,00
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL		56.320,00

l) Despesas

As Despesas incorridas correspondem às despesas administrativas.

BENEDITO BATISTA
DA
SILVA:02539314600
Assinado de forma digital
por BENEDITO BATISTA
DA SILVA:02539314600
Dados: 2024.04.01
17:54:53 -03'00'

Instituto Phoenix Saúde e Assistência

CNPJ 04.845.163/0001-26

Benedito Batista da Silva

CPF 025.393.146/00

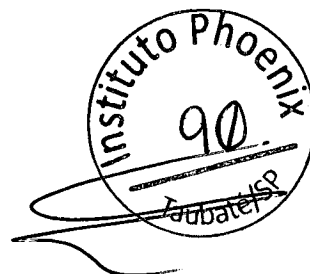
Presidente

DONIZETI
RAMBALDI:0
5790704840
Assinado de forma
digital por DONIZETI
RAMBALDI:05790704840
Dados: 2024.03.20
17:21:34 -03'00'

Donizeti Rambaldi

CRC 1SP168116/O-0

Contador



⚠️ **Atenção:** O conteúdo do documento é de inteira responsabilidade do(s) signatário(s).

Informações gerais do arquivo:

Nome do arquivo: #NOTA EXPLICATIVA 2023 ass.pdf

Hash: 3fed45632140a8fef1fd17deafa3e25a5bc4d9faab4922ce5e0c17010e64ed5a

Data da validação: 01/04/2024 17:54:51 BRT

✓ Informações da Assinatura:

Assinado por: DONIZETI RAMBALDI

CPF: ***907.048-**

Nº de série de certificado emitente: 12037216350910718659806011156178103175

Data da assinatura: 20/03/2024 17:21:34 BRT

Assinatura aprovada.



✓ Informações da Assinatura:

Assinado por: BENEDITO BATISTA DA SILVA

CPF: ***393.146-**

Nº de série de certificado emitente: 6426956652722655000

Data da assinatura: 01/04/2024 17:54:53 BRT

Assinatura aprovada.



Avaliar

Avaliar

ACESSO RÁPIDO

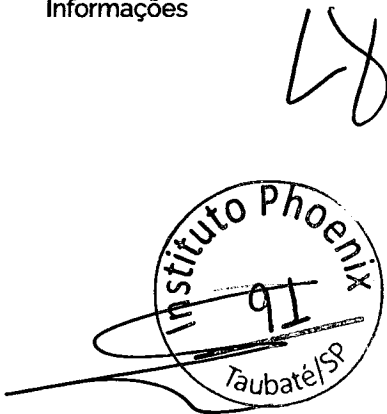
Validar

Sobre

Dúvidas

Informações

Fale Conosco



ASSUNTOS

Auditoria ICP-Brasil

Cadastro de Agente de Registro - CAR

Certificado Digital

Comitê Gestor

Consulta Pública

Credenciamento

Fiscalização

Homologação

ICP-Brasil

Legislação

Notícias

Protocolo Digital ITI

Publicações Técnicas

Repositório

Navegadores

ACESSO À INFORMAÇÃO

Institucional

Ações e Programas

Participação Social

Auditorias

Convênios e Transferências

Receitas e Despesas

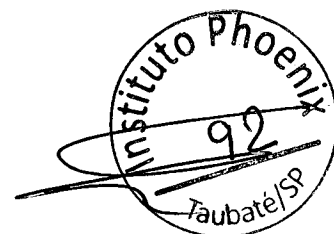
Licitações e Contratos

Servidores ITI

Informações Classificadas

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

48



Perguntas Frequentes

Dados Abertos

Sensações Administrativas

Ferramentas e aspectos tecnológicos

Agendas do ITI

Privacidade e Proteção de Dados

CENTRAIS DE CONTEÚDO

Aplicativos

Glossário

Opinião do Diretor Presidente

Artigos

CANAIS DE ATENDIMENTO

Imprensa

Ouvidoria

Serviço de Informação ao Cidadão - SIC

REDES SOCIAIS/CANAIS

Facebook

Twitter

Linkedin

Instagram

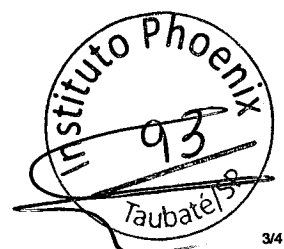
Youtube

Flickr

Telegram

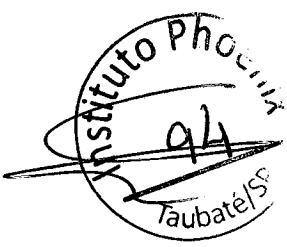
CERTFORUM

WIKI E PUBLICAÇÕES



Relatório de validação de documentos eletrônicos

48



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
	04.845.163/0001-26	
NOME EMPRESARIAL		
INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
DIÁRIO GERAL	52
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
07.19.97.4B.05.4C.4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTADOR	05790704840	DONIZETI RAMBALDI: 05790704840	595513239885847785 821965699058129259 29	02/02/2023 a 02/02/2024	Não
Conselheiro de Administração	02539314600	BENEDITO BATISTA DA SILVA:02539314600	642695665272265562 0	30/06/2023 a 29/06/2024	Sim

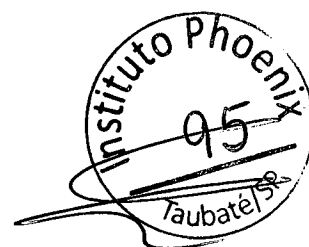
NÚMERO DO RECIBO:

07.19.97.4B.05.4C.4D.D4.E2.85.08.0F.
19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 30/06/2023 às 18:05:38

9A.FA.E5.A5.45.39.8D.3F
73.97.29.C6.51.B0.D3.2F

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo nos termos do Decreto nº 9.555/2018, dispensando-se qualquer outra forma de autenticação. Este recibo comprova a autenticação.



RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - ECF

Original

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

CNPJ
04.845.163/0001-26
SCP
NOME EMPRESARIAL
INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

PERÍODO DA APURAÇÃO	SITUAÇÃO
01/01/2022 a 31/12/2022	Normal
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
CF.08.3F.FC.D0.1A.C6.16.2D.7D.1A.C6.CA.76.91.B6.69.44.3D.0C	
RETIFICADAS (HASH)	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

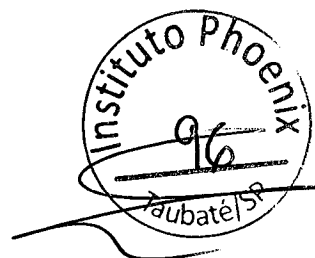
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Outros	02539314600	BENEDITO BATISTA DA SILVA:02539314600	6426956652722655620	30/06/2023 a 29/06/2024
Contador/Contabilista	05790704840	DONIZETI RAMBALDI: 05790704840	595513239885847785821 96569905812925929	02/02/2023 a 02/02/2024

NÚMERO DO RECIBO:

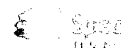
CF.08.3F.FC.D0.1A.C6.16.2D.7D.1A.
C6.CA.76.91.B6.69.44.3D.0C-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 03/07/2023 às 11:00:40

8A.37.A5.E1.CE.46.1C.41
68.96.94.C8.05.9E.F1.21



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO



Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 04.845.163/0001-26
Número de Ordem do Livro: 52

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
NIRE
CNPJ 04.845.163/0001-26
Número de Ordem 52
Natureza do Livro DIÁRIO GERAL
Município TAUBATE
Data do arquivamento dos atos constitutivos 19/05/2023
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária
Data de encerramento do exercício social 31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital 7199

TERMO DE ENCERRAMENTO

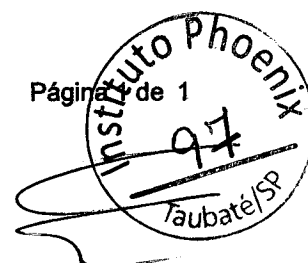
Nome Empresarial INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
Natureza do Livro DIÁRIO GERAL
Número de ordem 52
Quantidade total de linhas do arquivo digital 7199
Data de inicio 01/01/2022
Data de término 31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C.4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 1



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 04.845.163/0001-26

Número de Ordem do Livro: 52

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

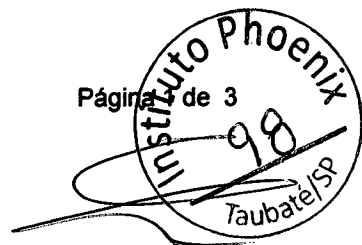
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 2.277.797,85	R\$ 2.028.022,82
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 1.146.341,08	R\$ 928.190,56
DISPONIVEL		R\$ 1.084.229,24	R\$ 926.056,32
CAIXA		R\$ 150,00	R\$ 0,00
CHEQUE PRE DATADO		R\$ 150,00	R\$ 0,00
BANCO CONTA MOVIMENTO		R\$ 19.149,78	R\$ 11.959,26
BANCOS		R\$ 19.149,78	R\$ 11.959,26
APLICACOES FINANCEIRAS		R\$ 1.064.929,46	R\$ 914.097,06
APLICACAO AUTOMATICA		R\$ 217.149,96	R\$ 224.034,07
APLICACAO RENDA FIXA		R\$ 847.779,50	R\$ 690.062,99
ASSOCIADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CLIENTES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
CREDITOS		R\$ 62.111,84	R\$ 2.134,24
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECUPERAR		R\$ 24,18	R\$ 0,00
IMPOSTO PAGO INDEVIDO		R\$ 24,18	R\$ 0,00
DESPESAS ANTECIPADAS		R\$ 51.710,27	R\$ 283,59
JUROS S/ EMPRESTIMO		R\$ 51.500,20	R\$ 0,00
SEGUROS		R\$ 210,07	R\$ 283,59
ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS		R\$ 260,52	R\$ 1.850,65
ADIANTAMENTO FERIAS		R\$ 260,52	R\$ 1.850,65
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		R\$ 10.116,87	R\$ 0,00
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES DIVERSOS		R\$ 9.797,75	R\$ 0,00
ADIANTAMENTO DE DESPESAS		R\$ 319,12	R\$ 0,00
ATIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 1.131.456,77	R\$ 1.099.832,26
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		R\$ 27.250,00	R\$ 0,00
JUROS S/ EMPRESTIMO		R\$ 27.250,00	R\$ 0,00
JUROS S/ EMPRESTIMO		R\$ 27.250,00	R\$ 0,00
IMOBILIZADO		R\$ 1.100.565,77	R\$ 1.096.191,26
BENS IMOVEIS		R\$ 1.004.076,62	R\$ 1.004.076,62
REFORMA IMOVEIS DE TERCEIROS		R\$ 1.004.076,62	R\$ 1.004.076,62
BENS MOVEIS		R\$ 143.209,36	R\$ 147.842,69

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C. 4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 3 de 3



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 04.845.163/0001-26

Número de Ordem do Livro: 52

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

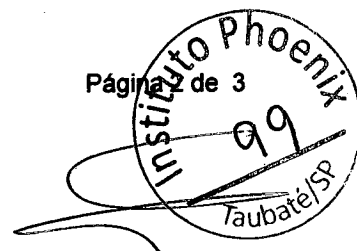
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ 53.730,92	R\$ 53.730,92
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ 33.545,47	R\$ 38.178,80
COMPUTADORES E PERIFERICOS		R\$ 21.931,73	R\$ 21.931,73
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO		R\$ 26.735,24	R\$ 26.735,24
EQUIPAMENTOS DE PROC. DADOS		R\$ 7.266,00	R\$ 7.266,00
(-) (-) DEPRECIACOES		R\$ (46.720,21)	R\$ (55.728,05)
(-) (-) DEPRECIACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS		R\$ (20.786,14)	R\$ (23.811,25)
(-) (-) DEPRECIACAO MAQ E EQUIPAMENTOS		R\$ (12.097,03)	R\$ (16.241,60)
(-) (-) DEPRECIACAO COMPUTADORES		R\$ (13.837,04)	R\$ (15.675,20)
INTANGIVEL		R\$ 3.641,00	R\$ 3.641,00
SOFTWARE		R\$ 3.641,00	R\$ 3.641,00
SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARE		R\$ 3.641,00	R\$ 3.641,00
PASSIVO		R\$ 2.277.797,85	R\$ 2.028.022,82
PASSIVO CIRCULANTE		R\$ 268.646,36	R\$ 64.917,43
FORNECEDORES		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FORNECEDORES NACIONAIS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		R\$ 872,57	R\$ 655,72
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A RECOLHER		R\$ 872,57	R\$ 655,72
PIS A RECOLHER		R\$ 169,67	R\$ 142,82
COFINS A RECOLHER		R\$ 559,38	R\$ 349,79
IRRF S/ SALARIOS A RECOLHER		R\$ 26,48	R\$ 75,90
IRRF S/ SERVICOS A RECOLHER		R\$ 0,00	R\$ 21,27
4,65% SERV TOMADOS A RECOLHER		R\$ 51,90	R\$ 65,94
INSS SERV TOMADOS AS RECOLHER		R\$ 48,40	R\$ 0,00
IRRF SERV TOMADOS A RECOLHER		R\$ 16,74	R\$ 0,00
OBRIGACOES TRABALHISTAS		R\$ 5.239,70	R\$ 1.830,28
SALARIOS E ORDENADOS		R\$ 0,00	R\$ 0,00
FGTS		R\$ 288,03	R\$ 534,96
FGTS A RECOLHER		R\$ 288,03	R\$ 534,96
PREVIDENCIA SOCIAL		R\$ 841,10	R\$ 1.295,32
INSS A RECOLHER		R\$ 841,10	R\$ 1.295,32

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C. 4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página de 3



BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 04.845.163/0001-26

Número de Ordem do Livro: 52

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

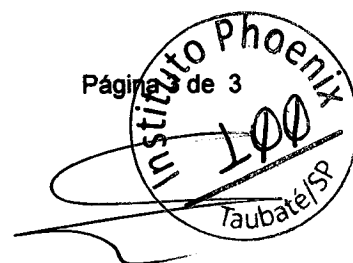
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
PROVISAO P/ 13o SALARIO		R\$ 0,01	R\$ 0,00
PROVISAO FGTS 13º SALARIO		R\$ 0,01	R\$ 0,00
PROVISAO PARA FERIAS E ENCARGOS		R\$ 4.036,80	R\$ 0,00
PROVISAO PARA FERIAS		R\$ 2.968,26	R\$ 0,00
PROVISAO INSS P/ FERIAS		R\$ 831,11	R\$ 0,00
PROVISAO FGTS P/ FERIAS		R\$ 237,43	R\$ 0,00
CONTRIBUICOES SINDICAIS A RECOLHER		R\$ 73,76	R\$ 0,00
CONTRIBUICAO SINDICAL A RECOLHER		R\$ 73,76	R\$ 0,00
OUTRAS OBRIGACOES		R\$ 422,34	R\$ 4.043,58
CONTAS TRANSITORIAS		R\$ 422,34	R\$ 4.043,58
ADIANTAMENTO		R\$ 0,00	R\$ 3.502,99
VALORES EM TRANSITO		R\$ 73,55	R\$ 0,00
VALORES A COMPENSAR		R\$ 348,79	R\$ 540,59
EMPRESTIMOS BANCARIOS		R\$ 262.111,75	R\$ 58.387,85
EMPRESTIMOS BANCARIOS		R\$ 262.111,75	R\$ 58.387,85
EMPRESTIMOS		R\$ 262.111,75	R\$ 58.387,85
PASSIVO NAO CIRCULANTE		R\$ 96.000,00	R\$ 0,00
EXIGIVEL A LONGO PRAZO		R\$ 96.000,00	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS BANCARIOS		R\$ 96.000,00	R\$ 0,00
EMPRESTIMOS		R\$ 96.000,00	R\$ 0,00
PATRIMONIO LIQUIDO		R\$ 1.913.151,49	R\$ 1.963.105,39
PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 564.165,14	R\$ 564.165,14
PATRIMONIO SOCIAL SUBSCRITO		R\$ 564.165,14	R\$ 564.165,14
PATRIMONIO SOCIAL		R\$ 564.165,14	R\$ 564.165,14
SUPERAVIT / DEFICIT		R\$ 1.348.986,35	R\$ 1.398.940,25
SUPERAVIT / DEFICIT ACUMULADO		R\$ 1.348.986,35	R\$ 1.398.940,25
(-) SUPERAVIT/DEFICIT DO EXERCICIO		R\$ (127.391,62)	R\$ (104.067,58)
SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO		R\$ 2.009.459,25	R\$ 1.882.067,63
(-) AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES		R\$ (533.081,28)	R\$ (379.059,80)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C. 4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página de 3

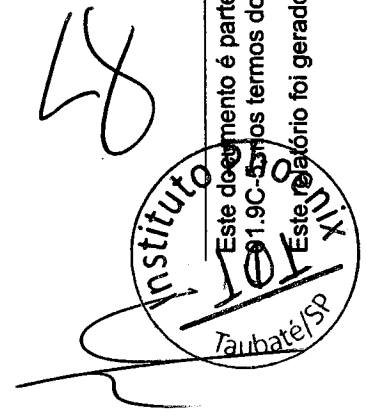


DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022
 CNP 04.845.163/0001-26
 Número de Ordem do Livro: 52

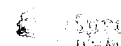
Histórico	Código de Aglutinação das Contas de Patrimônio Líquido				Total (R\$)
	Ajustes Avaliacao Patrimonial (R\$)	Patrimonio Social (R\$)	Superavit Deficit (R\$)		
Saldo Inicial em 01.01.2022	(-)533.081,28	564.165,14	1.882.067,63	1.913.151,49	
Aumento de Capital	0,00	0,00	(-)104.067,58	(-)104.067,58	
Constituição de Reserva de Capital	154.021,48	0,00	0,00	154.021,48	
Constituição de Reserva Legal	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ajustes de Resultados Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saldo Final em 31.12.2022	(-)379.059,80	564.165,14	1.778.000,05	1.963.105,39	

Notas



Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C.4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0. 01.9C-5 em termos do Decreto nº 9.555/2018.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO



Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 04.845.163/0001-26

Número de Ordem do Livro: 52

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		R\$ (127.391,62)	R\$ (104.067,58)
RECEITA DE ARRECADACAO		R\$ 179.582,18	R\$ 135.816,20
RECEITA DE ARRECADACAO		R\$ 198.046,97	R\$ 143.309,11
RECEITA DE ARRECADACAO		R\$ 147.107,00	R\$ 143.309,11
MENSALIDADE ASSOCIADOS		R\$ 40.950,66	R\$ 38.636,53
ALUGUEIS		R\$ 20.275,31	R\$ 23.667,49
MENSALIDADE CURSO - NAO ASSOCIADOS		R\$ 84.681,03	R\$ 81.005,09
RECEITA BRUTA DAS VENDAS		R\$ 50.939,97	R\$ 0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS		R\$ (18.464,79)	R\$ (7.492,91)
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (18.464,79)	R\$ (7.492,91)
(-) (-) COFINS		R\$ (6.435,75)	R\$ (6.156,33)
(-) (-) PIS		R\$ (1.397,24)	R\$ (1.336,58)
OUTRAS RECEITAS		R\$ 61.198,02	R\$ 16.675,56
RECEITAS FINANCEIRAS		R\$ 58.205,57	R\$ 16.675,56
RECEITAS FINANCEIRAS GERAIS		R\$ 58.205,57	R\$ 16.675,56
MULTAS ATIVAS		R\$ 0,00	R\$ 540,00
OUTRAS RECEITAS		R\$ 50,00	R\$ 16.135,56
RECEITAS DIVERSAS		R\$ 2.992,45	R\$ 0,00
RECUPERAÇÃO DE DESPESA		R\$ 2.992,45	R\$ 0,00
(-) CUSTOS		R\$ (87.266,30)	R\$ (41.703,27)
(-) CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS		R\$ (87.266,30)	R\$ (41.703,27)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS - DENTAL		R\$ (43.824,27)	R\$ (0,00)
(-) CUSTO COM CURSOS - APCD		R\$ (43.442,03)	R\$ (41.703,27)
(-) SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA		R\$ (36.853,14)	R\$ (41.703,27)
(-) DESPESAS		R\$ (280.789,81)	R\$ (214.856,07)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (80.787,88)	R\$ (63.060,36)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS		R\$ (80.787,88)	R\$ (63.060,36)
(-) ÁGUA		R\$ (1.587,84)	R\$ (1.492,40)
(-) LUZ		R\$ (3.271,04)	R\$ (3.390,36)
(-) TELEFONE E FAX		R\$ (2.572,45)	R\$ (1.947,35)
(-) ASSISTÊNCIA CONTÁBIL		R\$ (10.459,00)	R\$ (10.084,68)
(-) DESPESAS DE DEPRECIACAO		R\$ (10.132,97)	R\$ (9.007,84)
(-) DESPESAS POSTAIS		R\$ (0,00)	R\$ (84,95)
(-) LANCHES E REFEIÇÕES		R\$ (2.152,23)	R\$ (4.870,90)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C. 4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 04.845.163/0001-26

Número de Ordem do Livro: 52

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) MATERIAIS DE ESCRITORIO		R\$ (3.236,50)	R\$ (1.121,03)
(-) MATERIAIS DE LIMPEZA		R\$ (3.779,64)	R\$ (2.433,92)
(-) PREMIO E SEGUROS		R\$ (4.368,97)	R\$ (6.824,90)
(-) IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (0,00)	R\$ (484,71)
(-) REPARACAO E CONSERVACAO		R\$ (0,00)	R\$ (1.437,56)
(-) BENS DE PEQUENO VALOR		R\$ (600,00)	R\$ (1.072,57)
(-) DESPESAS COM CARTORIO		R\$ (526,88)	R\$ (76,39)
(-) IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (9.674,46)	R\$ (9.332,19)
(-) DESPESAS USO E CONSUMO		R\$ (9.929,23)	R\$ (6.863,50)
(-) CONFRATERNIZACAO		R\$ (0,00)	R\$ (2.535,11)
(-) DESPESA DIRETA COM PESSOAL		R\$ (132.167,83)	R\$ (122.780,12)
(-) DESPESA COM PESSOAL		R\$ (79.199,62)	R\$ (64.382,89)
(-) SALARIOS E ORDENADOS		R\$ (36.718,80)	R\$ (36.611,22)
(-) 13o. SALARIO		R\$ (3.220,32)	R\$ (3.159,42)
(-) FERIAS		R\$ (3.897,54)	R\$ (3.842,34)
(-) AJUDA DE CUSTO		R\$ (5.046,67)	R\$ (6.000,00)
(-) FGTS		R\$ (3.388,74)	R\$ (3.565,85)
(-) INSS EMPRESA		R\$ (12.968,24)	R\$ (10.453,77)
(-) PIS FOLHA DE PAGAMENTO		R\$ (399,21)	R\$ (750,29)
(-) SERVICOS DE TERCEIROS		R\$ (52.968,21)	R\$ (58.397,23)
(-) SERVICOS PREST. PESSOA JURIDICA		R\$ (51.180,80)	R\$ (58.397,23)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (56.747,82)	R\$ (21.017,73)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS GERAIS		R\$ (56.747,82)	R\$ (21.017,73)
(-) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (1.036,92)	R\$ (1.367,76)
(-) ENCARGOS, MULTAS E JUROS DE MORA		R\$ (6,60)	R\$ (19.649,97)
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R\$ (11.086,28)	R\$ (7.997,86)
(-) IMPOSTOS E TAXAS		R\$ (11.086,28)	R\$ (7.997,86)
(-) IMPOSTO PREDIAL		R\$ (7.273,55)	R\$ (7.611,03)
(-) TAXA DE LICENCA		R\$ (0,00)	R\$ (386,83)
(-) OUTRAS DESPESAS		R\$ (115,71)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (115,71)	R\$ (0,00)
(-) PERDAS DE CAPITAL		R\$ (115,71)	R\$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 07.19.97.4B.05.4C. 4D.D4.E2.85.08.0F.19.AD.B0.92.01.C0.01.9C-5, nos termos do Decreto nº 9.555/2018.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 2 de 2



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CONTEXTO OPERACIONAL

A empresa INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA foi constituída em 18/12/2001 e está registrada no Cartório sob o nº 63150, com o objeto social sua principal Atividade de Centros de Assistência Psicossocial.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ANUAIS

As informações contábeis anuais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as normas expedidas pelo Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e médias empresas– CPC PME aprovado em 04 de dezembro de 2009 produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2010.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear.

São apresentadas as seguintes demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2022 como segue:

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstração Mutação Patrimônio Líquido (DMPL)

Notas Explicativas

O grupo Ativo Permanente foi reclassificado como Ativo não circulante

Conforme a Resolução CFC n  1157/09 art. 115 as sociedades limitadas podem continuar mantendo o saldo positivo de sua acumulação de lucros no Patrimônio Líquido.

A empresa não é obrigada a elaborar a Demonstr  o do Valor Adicionado, sendo somente obrigadas as companhias abertas.

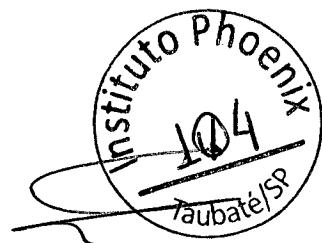
DONIZETI
RAMBALDI:05790704840
Assinado de forma digital por
DONIZETI RAMBALDI:05790704840
Data: 2023.10.23 09:52:51 -03'00'

PLANECON CONTABILIDADE PLANEJADA LTDA ME
DONIZETI RAMBALDI
CRC: 1SP168116/O-0

INSTITUTO PHOENIX SAUDE
E
ASSISTENCIA:0484516300012
Assinado de forma digital por
INSTITUTO PHOENIX SAUDE E
ASSISTENCIA:04845163000128
Data: 2023.10.23 09:53:13 -03'00'

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
BENEDITO BATISTA DA SILVA
CPF: 025.393.146/00

48



**ITI**Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação

Relatório de conformidade

Nome: Validador de assinaturas eletrônicas**Data de Validação:** 19/12/2023 20:52:21 BRT**Versão do software(Verificador de Conformidade):** 2.14rc2**Versão do software(Validador de Documentos):** 2.4.2**Fonte de verificação:** Offline**Nome do arquivo:** #Nota Explicativa.pdf**Resumo da SHA256 do arquivo:**

9e0a07b98f61eacda7dc20ffd6c3d8eca8aacfd99233cf7b06a249046500cea

Tipo do arquivo: PDF**Quantidade de assinaturas:** 2**Quantidade de assinaturas ancoradas:** 2

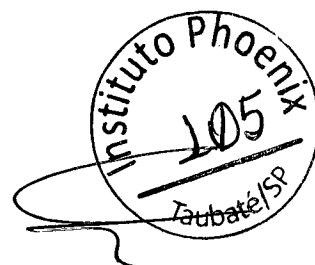
CN=DONIZETI RAMBALDI:***907048**, OU=(em branco),
OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=32136422000185, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=DONIZETI RAMBALDI:***907048**, OU=(em branco), OU=RFB
e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=32136422000185, OU=VideoConferencia, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.907.048-**

L8



Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 23/10/2023 09:52:51 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados

CN=DONIZETI RAMBALDI.***907048**, OU=(em branco),
OU=RFB e-CPF A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=32136422000185, OU=VideoConferencia,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

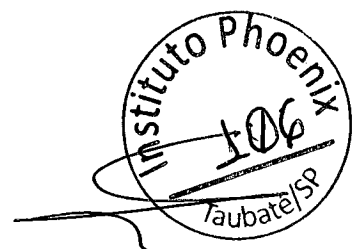
Emissor: CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/02/2023 10:19:24 BRT

Aprovado até: 02/02/2024 10:19:24 BRT

Expirado (LCR): false

28



CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 08/12/2016 15:44:03 BRST

Aprovado até: 20/02/2029 14:44:03 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4,
OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 20/07/2016 10:32:04 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:04 BRT



Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

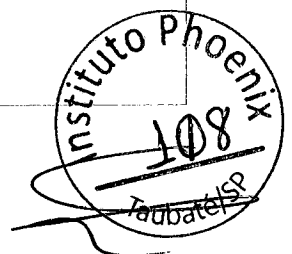
Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

28



Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

CN=INSTITUTO PHOENIX SAUDE E
ASSISTENCIA:04845163000126, OU=Certificado PJ A1,
OU=Videoconferencia, OU=20781710000103, OU=AC CCM
COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, L=Taubate,
ST=SP, O=ICP-Brasil, C=BR

Informações da assinatura

Assinante: CN=INSTITUTO PHOENIX SAUDE E
ASSISTENCIA:04845163000126, OU=Certificado PJ A1,
OU=Videoconferencia, OU=20781710000103, OU=AC CCM
COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, L=Taubate, ST=SP,
O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.393.146-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

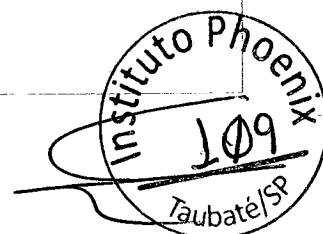
Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 23/10/2023 09:53:13 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

Certificados utilizados



CN=INSTITUTO PHOENIX SAUDE E
ASSISTENCIA:04845163000126, OU=Certificado PJ A1,
OU=Videoconferencia, OU=20781710000103, OU=AC CCN
COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, L=Taubate,
ST=SP, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5, OU=AC SOLUTI
v5 G2, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/06/2023 11:09:00 BRT

Aprovado até: 04/06/2024 11:09:00 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL
v5, OU=AC SOLUTI v5 G2, O=ICP-Brasil, C=BR

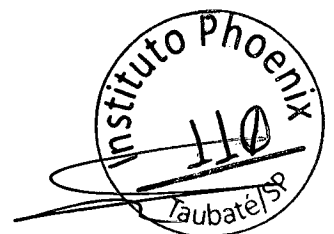
Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SOLUTI v5 G2, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 24/06/2022 11:11:06 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 08:58:59 BRT



Expirado (LCR): false

CN=AC SOLUTI v5 G2, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/05/2022 10:28:06 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:06 BRT

Expirado (LCR): false

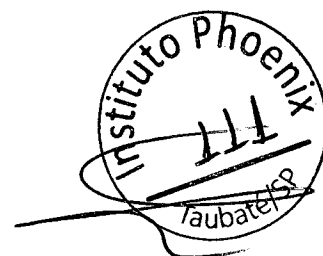
CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT



Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

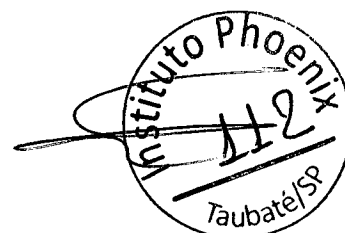
Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid

28





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.845.163/0001-26 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/12/2001
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.11-5-00 - Edição de livros 58.13-1-00 - Edição de revistas 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente 86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências 86.21-6-01 - UTI móvel 86.21-6-02 - Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel 86.22-4-00 - Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências 86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos 86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares 86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas 86.30-5-04 - Atividade odontológica 86.30-5-06 - Serviços de vacinação e imunização humana 86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente 86.50-0-01 - Atividades de enfermagem 86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição 86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise 86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia 86.50-0-06 - Atividades de fonoaudiologia 86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente 87.12-3-00 - Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 330-1 - Organização Social (OS)
--

LOGRADOURO R JURANDIR MARTINS FILHO	NÚMERO 35	COMPLEMENTO SALA 302
--	--------------	-------------------------

CEP 12.041-065	BAIRRO/DISTRITO LOTEAMENTO RESIDENCIAL E COMERCIAL BOSQUE FLAMBOY	MUNICÍPIO TAUBATE	UF SP
-------------------	---	----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO INSTITUTOPHOENIXSAUDE@GMAIL.COM	TELEFONE (12) 3624-6401/ (12) 9733-8104
--	--

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/12/2001
-----------------------------	--

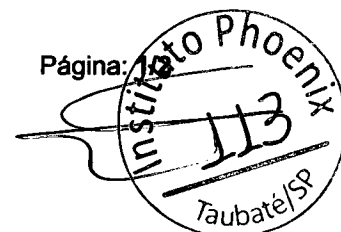
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/07/2024 às 15:51:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
04.845.163/0001-26
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
18/12/2001

NOME EMPRESARIAL
I.P.S.A - INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
87.20-4-01 - Atividades de centros de assistência psicossocial
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
330-1 - Organização Social (OS)

LOGRADOURO
R JURANDIR MARTINS FILHO

NÚMERO
35

COMPLEMENTO
SALA 302

CEP
12.041-065

BAIRRO/DISTRITO
LOTEAMENTO RESIDENCIAL E
COMERCIAL BOSQUE FLAMBOY

MUNICÍPIO
TAUBATE

UF
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO
INSTITUTOPHOENIXSAUDE@GMAIL.COM

TELEFONE
(12) 3624-6401/ (12) 9733-8104

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
18/12/2001

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

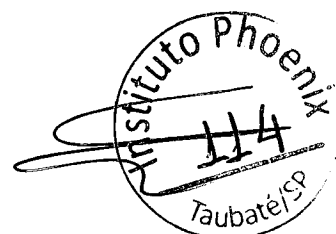
SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/07/2024 às 15:51:37 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2





Santa Casa de Misericórdia de Joanópolis
Rua: Francisco Wolhers nº57 Centro
Joanópolis-SP CEP 12.980.000 Fone/fax : (011) 4539-9333
CNPJ 50.850.353.0001-59

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Santa Casa de Joanópolis com sede a Rua Francisco Wolhers, 57 Centro – Joanópolis, inscrita no CNPJ nº 50.850.353/0001-59, neste representado pela Provedoria/ Diretoria Sr.(a) Raquel Alves do Nascimento, CPF.: 287.911.498-51, que contém 13 leitos nas áreas de Clínica Médica, e possui 69 funcionários das áreas medicas, entre enfermagem e administrativas, atesta para os devidos fins, que o Instituto Phoenix Saúde e Assistência sediada atualmente a Rua Jurandir Martins Filho, 35 Sala 302 Edifício Global Office Loteamento Residencial Flamboyant CEP: 12-041-065 - Taubaté, inscrita no CNPJ nº 04.845.163/0001-26, prestou serviços nesse nosocômio na área saúde com gestão médica com 900 mil atendimentos/ano nos setores de Pronto Socorro (urgência e emergência), Clínica Médica, nas ações técnica e administrativa necessárias à execução total do serviços contratados, que vigorou do períodos de fevereiro de 2009 a junho de 2015, demais informações importantes desse processo em questão, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados, não havendo até a presente data qualquer registro ou fato que desabone sua conduta.

Atenciosamente

Joanópolis, 09 de agosto de 2023.

Raquel Alves de Oliveira

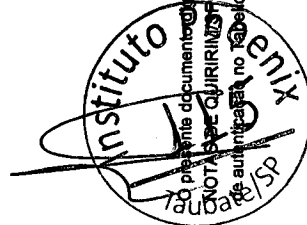




Raquel Alves de Oliveira

Raquel Alves de Oliveira
Interventora
Santa Casa de Misericórdia
de Joanópolis

Interventora Santa Casa de Misericórdia de Joanópolis



48

Instituto Phoenix
 apresenta documento digitalizado
 NOTAS DE QUINZIMSE
 autenticado pelo notário
 Taboão da Serra - SP

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por LIVIA DE ATRÉU CONCEIÇÃO, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:23:44 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE QUOTAS DA QUIRIRINGA, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenac.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Departamento de Notas, Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Hospital
São Francisco de Assis
Tudo por uma Vida.

Rua Ernesto Duarte, 70
Parque Califórnia
Jacareí-SP
Cep 12311-200

Associação Casa Fonte da Vida - CNPJ 50.460.351/0001-53

Jacareí, 21 de agosto de 2023 ,

Declaração

O Hospital São Francisco de Assis – Jacareí/SP com sede a Rua Ernesto Duarte, 70 Parque Califórnia - Jacareí, inscrita no CNPJ nº 50.460351/0001-53, CNES Nº 2.085.194 neste representado pelo Senhor Dr.: André Luiz Vaitsman Chiga, CRM/SP nº 83.933, Diretor Técnico, DECLARA para os devidos fins que o Instituto Phoenix Saúde e Assistência, inscrita no CNPJ nº 04.845.163/0001-26, prestou serviços nesse nosocômio na área de serviços médicos no Departamento do Pronto Socorro Adulto, de abril de 2010 a julho de 2013, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados, não havendo no período de prestação de serviço qualquer registro ou fato que desabone sua conduta.

Atenciosamente,


Dr. André Luiz Vaitsman Chiga – CRM/SP 83933
Diretor Técnico
Associação Casa Fonte da Vida
CNES 2085194



11674
FIRMA
S10478AA0268086

www.hospitalsaofrancisco.org.br

FR0567 - PAPEL TIMBRADO - OFÍCIO - REVISÃO: 07-2016



Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:23:44 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNI - art. 2º



CENTRO DO AUTISMO

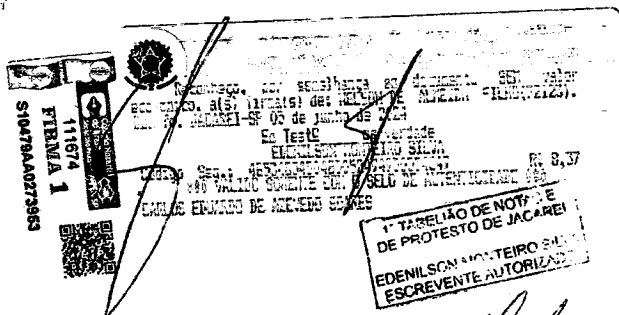


INTERCLÍNICAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A INTERCLINICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ, CNPJ/MF nº 44.640.804-0001-20, situado Parque Dr. Barbosa de Oliveira, 46, Centro - Taubaté/SP CEP: 12.020-190, representada neste ato pelo Sr. Dr. Nelson de Almeida Filho Responsável Técnico, inscrito no RG nº 46.041.052-0 SSP/SP- e CPF/MF nº 391.561.078-03, **atesta** para os devidos fins que o **INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA**, situada Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office - Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065 inscrita no CNPJ/MF 04.845.163/0001-26 prestou serviços nesse estabelecimento na área de gestão administrativas, gerenciais, executando atividades, ações e serviços na gestão da unidade com cursos, atendimentos clínicos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social com 26.000 mil atendimentos nas áreas multiprofissionais clinica médica, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia clinica e ABA, serviços de enfermagem e gerenciais referente ao T.C.M nº 0017/2021 desde 22 de janeiro de 2021 e demais informações importantes desse processo em questão, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados, não havendo até a presente data qualquer registro ou fato que desabone sua conduta.

Atenciosamente



Taubaté, 03 de junho de 2024.

Dr. Nelson de Almeida Filho

INTERCLINICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ

CNPJ 44.640.804/0001-20

RUA CAMPOS SALES, 133 - CENTRO - JACAREÍ - S.P. CEP: 12.308-040
TELEFONE: (12) 3951-8577
credenciamento@dainterclnicas.com.br





CENTRO DO AUTISMO



INTERCLÍNICAS

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N° 001/2019

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA E CLÍNICA MÉDICA E FONOAUDIOLÓGICA ALMEIDA & CREPALDI S/S LTDA, A SABER.

A ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA situada rua Olímpio Catão nº 346, Centro Jacareí/SP CEP: 12.308-050 inscrita no CNPJ/MF 04.845.163/0001-26 representada pela Presidente do Conselho de Administração Senhora Janaina de Faria Domingos Caserta, inscrito no RG nº 34.552826-8 SSP/SP e CPF/MF nº 339.837.518-90 e outro lado **CLÍNICA MÉDICA E FONOAUDIOLÓGICA ALMEIDA & CREPALDI S/S LTDA**, rua Campos Sales, 133, Centro de Jacareí/SP CEP: 12.308-040, representada neste ato pelo Sr. Dr. Nelson de Almeida Filho, inscrito no RG nº 46.041.052-0 SSP/SP e CPF/MF nº 391.561.078-03, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos do Estatuto da Instituição nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

RESOLVEM firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, mediante as Cláusulas que seguem:

CONDIÇÕES

Cláusula primeira – O Objeto

1.1 – O presente termo de cooperação mútua que celebram a ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA e a CLÍNICA MÉDICA E FONOAUDIOLÓGICA ALMEIDA & CREPALDI S/S LTDA tem por objetivo administrativo de gestão, apoio técnico, científico e didático promovendo por intermédio das áreas de assistência social, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento, ações administrativas, gestão e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações previstas no Plano de Trabalho.

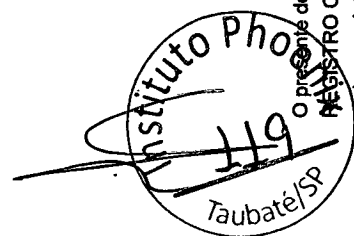
Parágrafo primeiro – Da Execução

2.1 - O termo de cooperação mútua fomentará ações administrativas, gerenciais, executando atividades, ações e serviços na gestão da unidade com cursos, atendimentos clínicos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre a ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA e a CLÍNICA MÉDICA E FONOAUDIOLÓGICA ALMEIDA & CREPALDI S/S LTDA para a formação, capacitação, estudos e aperfeiçoamento serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriunda deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta técnico/pedagógica e proposta financeira.

RUA CAMPOS SALES, 133 - CENTRO - JACAREÍ - S.P. CEP: 12.308-040
TELEFONE: (12) 3951-8577
credenciamento.cd.interclinicas.com.br

48



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em quarta-feira, 5 de junho de 2024 14:59:22 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CENTRO DO AUTISMO



INTERCLÍNICAS

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, aperfeiçoamento, estudos e atividades científico, técnico e culturais, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos cooperados através deste termo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência por tempo indeterminado de interesse de ambas as partes, podendo ter termos aditivos específicos nas áreas de atuação.


DA RESCISÃO

Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutável.

DO FORO

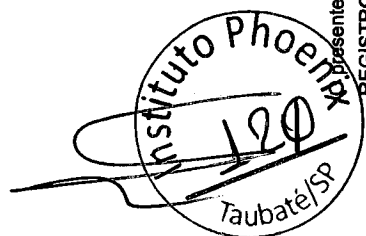
Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Jacareí Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

Taubaté, 05º de janeiro de 2019.

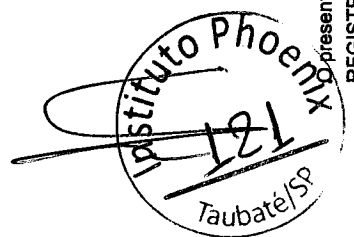

Janaina de Faria Domingos Caserta
ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
CNPJ 04.845.163/0001-26


Dr. Nelson de Almeida Filho
CLINICA MEDICA E FONOAUDIOLOGICA ALMEIDA&CREPALDI S/S LTDA
CNPJ 06.985.887/0001-09

RUA CAMPOS SALES, 133 - CENTRO - JACAREÍ - S.P. CEP: 12.308-040
TELEFONE: (12) 3951-8577
credenciamento@cdinterclinicas.com.br



48



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em quarta-feira, 5 de junho de 2024 14:59:22 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CENTRO DO AUTISMO



INTERCLÍNICAS

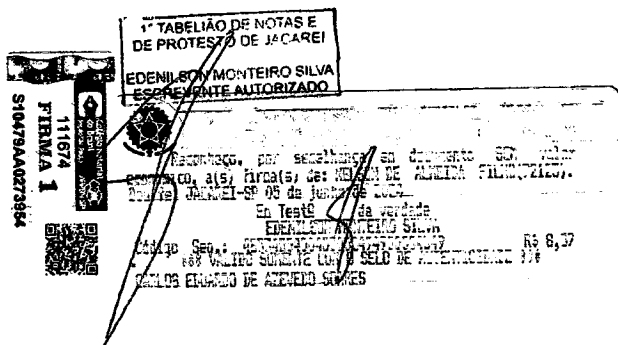
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CLINICA MEDICA E FONOAUDIOLOGICA ALMEIDA&CREPALDI S/S LTDA situada a Rua Campos Sales, 133, Centro de Jacareí/SP CEP: 12.308-040, representada neste ato pelo Sr. Dr. Nelson de Almeida Filho – Responsável Técnico, inscrito no RG nº 46.041.052-0 SSP/SP- e CPF/MF nº 391.561.078-03, **atesta** para os devidos fins que a **INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA**, situada Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office - Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065 inscrita no CNPJ/MF 04.845.163/0001-26 prestou serviços nesse estabelecimento na área de gestão administrativas, gerenciais, executando atividades, ações e serviços na gestão da unidade com cursos, atendimentos clínicos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social com 28.000 mil atendimentos nas áreas multiprofissionais clínica médica, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia clínica e ABA, serviços de enfermagem e gerenciais referente ao T.C.M nº 001/2019 desde 05 de janeiro de 2019 e demais informações importantes desse processo em questão, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados, não havendo até a presente data qualquer registro ou fato que desabone sua conduta.

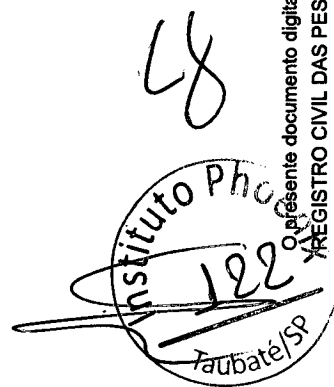
Atenciosamente

Taubaté, 28 de maio de 2024.


Dr. Nelson de Almeida Filho
INTERCLINICAS CENTRO DE AUTISMO JACAREI
CNPJ 06.985.887/0001-09



RUA CAMPOS SALES, 133 - CENTRO - JACAREÍ - S.P. CEP: 12.308-040
TELEFONE: (12) 3951-8577
credenciamento@cdaiinterclnicas.com.br



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em quarta-feira, 5 de junho de 2024 14:59:22 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimto nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



CENTRO DO AUTISMO



INTERCLÍNICAS

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 0017/2021

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA E INTERCLÍNICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ LTDA, A SABER.

A ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA situada rua Olímpio Catão nº 346, Centro Jacareí/SP CEP: 12.308-050 inscrita no CNPJ/MF 04.845.163/0001-26 representada pela Presidente do Conselho de Administração Senhora Janaina de Faria Domingos Caserta, inscrito no RG nº 34.552826-8 SSP/SP e CPF/MF nº 339.837.518-90e outro lado **INTERCLÍNICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ**, CNPJ/MF nº 44.640.804-0001-20 Parque Dr. Barbosa de Oliveira, 46, Centro - Taubaté/SP CEP: 12.020-190, representada neste ato pelo Sr. Dr. Nelson de Almeida Filho, inscrito no RG nº 46.041.052-0 SSP/SP- e CPF/MF nº 391.561.078-03, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos do Estatuto da Instituição nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

RESOLVEM firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, mediante as Cláusulas que seguem:

CONDIÇÕES

Cláusula primeira – O Objeto

1.1 – O presente termo de cooperação mútua que celebram a ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA e a INTERCLÍNICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ tem por objetivo administrativo de gestão, apoio técnico, científico e didático promovendo por intermédio das áreas de assistência social, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento, ações administrativas, gestão e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo primeiro – Da Execução

2.1 - O termo de cooperação mútua fomentará ações administrativas, gerenciais, executando atividades, ações e serviços na gestão da unidade com cursos, atendimentos clínicos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre a ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA e a INTERCLÍNICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ para a formação, capacitação, estudos e aperfeiçoamento serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriunda deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta técnico/pedagógica e proposta financeira.

PRQ DOUTOR BARBOSA DE OLIVEIRA, 46- CENTRO - TAUBATÉ – S.P. CEP: 12.020-190
TELEFONE: (12) 3424-8352
credenciamento@cdi-interclnicas.com.br

123
Instituto Phoenix
Taubaté/SP



CENTRO DO AUTISMO



INTERCLÍNICAS

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, aperfeiçoamento, estudos e atividades científico, técnico e culturais, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos cooperados através deste termo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência por tempo indeterminado de interesse de ambas as partes, podendo ter termos aditivos específicos nas áreas de atuação.

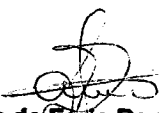
DA RESCISÃO

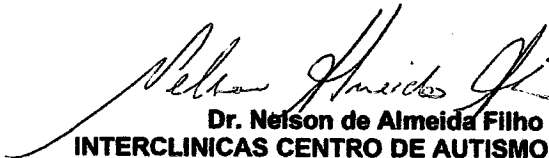
Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutável.

DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Jacareí Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

Taubaté, 22 de dezembro de 2021.

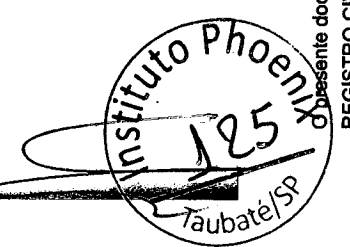

Janaina de Faria Domingos Caserta
ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
CNPJ 04.845.163/0001-26


Dr. Nelson de Almeida Filho
INTERCLINICAS CENTRO DE AUTISMO TAUBATÉ
CNPJ 44.640.804/0001-20

PRQ DOUTOR BARBOSA DE OLIVEIRA, 48- CENTRO - TAUBATÉ - S.P. CEP: 12.020-190
TELEFONE: (12) 3424-8352
credenciamento@clinterclnicas.com.br



48



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL EDUCACIONAL, GERENCIAL E SISTEMAS LTDA, CNPJ/MF nº 31.602.315/0001-32, situado Rua Monsenhor Amador Bueno de Barros, 644, Vila José Pedro da Cunha – Taubaté/SP, representada neste ato pelo Sr. Ricardo Nunes Saad, proprietário, inscrito RG nº 321.629.956-7 SSP/SP e CPF/MF 277.846.178-79, atesta para os devidos fins que o INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA, situada Rua Jurandir Martins Filho (Bosque Flamboyant), nº 35, sala 302, Edifício Global Office - Lavadouro de Areia, Taubaté-SP, CEP 12041-065 inscrita no CNPJ/MF 04.845.163/0001-26 prestou serviços nesse estabelecimento na área de gestão administrativas, gerenciais, executando atividades, ações e serviços na gestão da unidade com cursos, atendimentos clínicos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social com 16.000 mil atendimentos nas áreas multiprofissionais clínica médica, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia clínica e ABA, serviços de enfermagem e gerenciais com uso da Telemedicina nas ações de saúde, educação e assistência social referente ao T.C.M nº 0017/2023 desde 22 de março de 2023 e demais informações importantes desse processo em questão, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados, não havendo até a presente data qualquer registro ou fato que desabone sua conduta.

Atenciosamente

Taubaté, 03 de junho de 2024.



Ricardo Nunes Saad
Ricardo Nunes Saad

SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL EDUCACIONAL, GERENCIAL E SISTEMAS LTDA

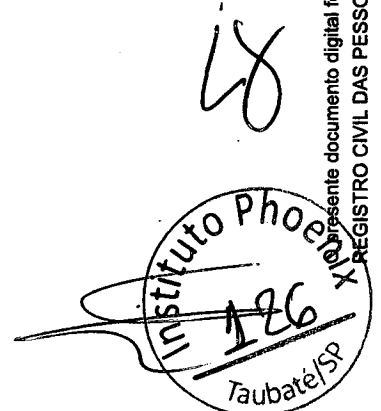
CNPJ 31.602.315/0001-32

2ª TABELA DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS (Cópia)

Reconheço por semelhança a firma de:
RICARDO NUNES SAAD
de que dou fé. Taubaté, 06/06/2024.

ANA PAULA DE SOUZA MACIEL - ESCRIVENTE
Válido somente com o selo de AUTENTICIDADE
Selo(s) nº 1184AA0352126 - Emolumentos R\$ 8,37

Qualquer rasura ou alteração invalida este documento





ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MANANCIAL UNIDA

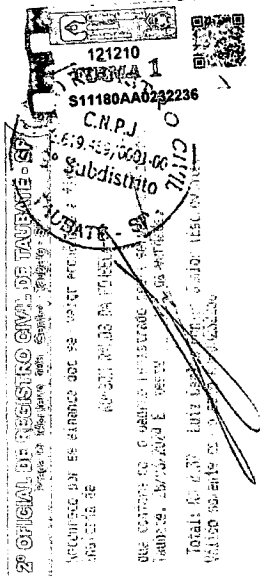
26.496.467/0001-68

Fundação 25 de Outubro de 2016

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

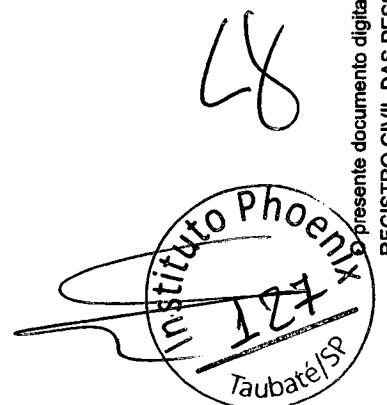
A Comunidade Terapêutica Manancial Unida é uma associação civil, de caráter privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 26.496.467/0001-68, sito a Estrada Particular do Mangalo, nº 398 – Mangaló – Taubaté/SP – CEP: 12119-89, telefone 12 – 99110-5031, declara que através do Termo de Cooperação Mútua 001/2022 desde 10 de fevereiro de 2022 com o Instituto Phoenix Saúde e Assistência inscrita no CNPJ nº 04.845.163/0001-26 sito a Rua Jurandir Martins Filho, nº 35, Bosque Flamboyant, Taubaté/SP CEP 12.041-065, realiza gerenciamento, execução e avaliação das ações administrativas, médicas, de enfermagem, de assistência social e educacional prestadas aos acolhidos durante processo de desintoxicação e ressocialização, com objetivo de inclusão socioeconômica, no total de atendimentos 1.047 acolhidos.

Taubaté, 01º de março de 2024.



Rebeon Ramos da Fonseca
Presidente do Conselho de Administração

SEDE Administrativa
Estrada Particular do Mangaló, nº 398 – Mangaló –
Taubaté/SP – CEP: 12119-899
12 – 99110-5031



ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Rua Olímpio Catão, 346 - Centro - Jacareí - SP - CEP 12.308.050

CNPJ n.º 04.845.163/0001-26

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 001/2022

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA E ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE MANANCIAL UNIDA

Associação Phoenix Saúde e Assistência, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.845.163/0001-26, com sede à Rua Olímpio Catão, 346 - Centro - Jacareí - SP - CEP 12.308.050, representado pelo Sra. Janaina de Faria Domingos Caserta, portadora da cédula de identidade RG 34.552.826-8 - SSP e inscrita no CPF sob o n.º 339.837.518-90, e outro lado Associação Beneficente Manancial Unida, situado a Ent Mangalo n.º S/N Área Rural de Taubaté - Taubaté/SP, CEP 12.119-899 inscrito no CNPJ/MF 26.496.467/0001-68, representada pelo mantenedor Robson Ramos da Fonseca, inscrito no RG n.º 23.241.343-5 SSP/ES e CPF n.º 098.662.028-95, acorda e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CONDIÇÕES

Cláusula primeira: presente termo de cooperação mútua que celebram a Associação Phoenix Saúde e Assistência e a Associação Beneficente Manancial Unida que tem por objetivo apoio técnico científico e didático promovendo por intermédio das áreas sociais, previstas no Plano de Trabalho, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações.

Parágrafo primeiro: o termo de cooperação mútua fomentará formações, capacitações, estudos e cursos Técnicos e Profissionalizantes nas áreas de saúde, educação e social: Cuidadores de idosos.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre o Instituto Phoenix Saúde e Assistência e a Associação Beneficente Manancial Unida, para a formação, capacitação, estudos e curso de Cuidador de Idoso serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriundos deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta pedagógica.

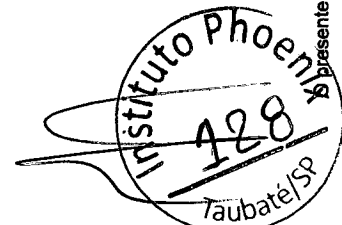
OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, estudos e cursos de cuidadores de idosos, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos institutos através deste termo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

48





ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Rua Olímpio Catão, 346 - Centro - Jacareí - SP - CEP 12.308.050

CNPJ n.º 04.845.163/0001-26

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência 48 (quarenta e oito meses) podendo ser prorrogado por aditivo se for de interesse de ambas as partes.


DA RESCISÃO

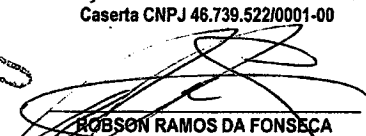
Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutável.

DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Taubaté Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

Taubaté, 10 Fevereiro de 2022.

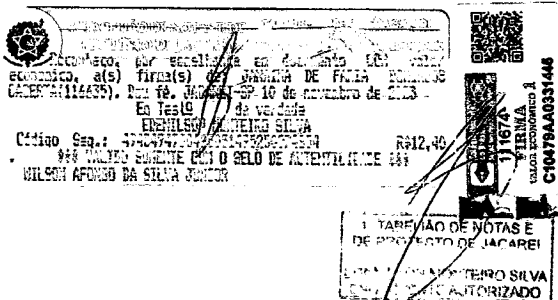

JANAINA DE FÁRIA DOMINGOS CASERTA
ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
Caserta CNPJ 46.739.522/0001-00


ROBSON RAMOS DA FONSECA
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MANANCIAL UNIDA
CNPJ 26.496.467/0001-68

Testemunhas:

1. Nilton Apolônio D. Nascimento
CPF: 098621588-08

2. Robson Ramos da Fonseca
CPF: 30284216828



TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 002/2023

TERMO DE COOPERAÇÃO
MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO
PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
E FGGVELASCO EDUCAÇÃO
SAÚDE E CONSULTORIA EM
GESTÃO LTDA, A SABER.

INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.845.163/0001-26, com sede à Rua Jurandir Martins Filho, 35 - Sala 302 - Loteamento Residencial e Comercial Bosque Flamboy - Taubaté - SP - CEP 12.041-065, representado pelo Sr. **BENEDITO BAPTISTA DA SILVA**, portador da cédula de identidade RG 20.586.734 - SSP e inscrito no CPF sob o nº 025.393.146-00, e outro lado **FGGVELASCO EDUCAÇÃO SAÚDE E CONSULTORIA EM GESTÃO LTDA**, situado a Rua Barão da Pedra Negra, 260 Centro - Taubaté - SP - CEP 12.020-220, inscrito no CNPJ/MF 46.739.522/0001-00 representada pelo mantenedor Sr. **FABRÍCIO GRASNELE GALVÃO VELASCO**, inscrito no RG 32.629.949-X - SSP e CPF nº 260.100.908-06, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CONDIÇÕES

Cláusula primeira: presente termo de cooperação mútua que celebram o Instituto Phoenix Saúde e Assistência e a escola FGGVelasco Educação Saúde e Consultoria em Gestão LTDA que tem por objetivo apoio técnico, científico e didático promovendo por intermédio das áreas sociais, previstas no Plano de Trabalho, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações

Parágrafo primeiro: o termo de cooperação mútua fomentará cursos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre o Instituto Phoenix Saúde e Assistência e a escola FGGVelasco Educação Saúde e Consultoria em Gestão LTDA para a formação, capacitação, estudos e aperfeiçoamento serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriundos deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta pedagógica.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

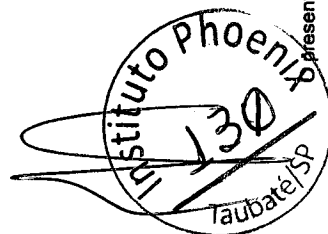
Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, aperfeiçoamento, estudos e atividades científicas técnico e cultural, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos institutos através deste termo.

RUA JURANDIR MARTINS FILHO, 35 - SL 302 - BOSQUE FLAMBOYANT, TAUBATÉ - SP, 12.041-065

Contato: 55 (12) 3624-6401 (12) 99733-8104

institutophoenixsaude@gmail.com

www.institutophoenix.org





INSTITUTO

PHOENIX

INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência 60 (Sessenta meses) podendo ser prorrogado por aditivo se for de interesse de ambas as partes.

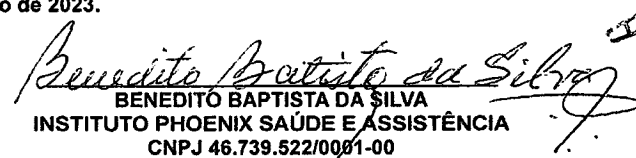
DA RESCISÃO


Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutável.

DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Taubaté Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

Taubaté, 01º de junho de 2023.


BENEDITO BAPTISTA DA SILVA
INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
CNPJ 46.739.522/0001-00


FABRÍCIO GRASNELE GALVÃO VELASCO
FGGVELASCO
CNPJ 46.739.522/0001-00

Testemunhas:

1. Milza Aparecida do Nascimento
CPF: 098.671.583-08

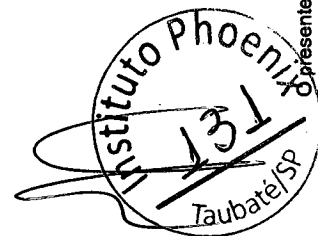
2. Amândeo do Santos Macedo
CPF: 374.957.679-55

RUA JURANDIR MARTINS FILHO, 35 – SL 302 – BOSQUE FLAMBOYANT, TAUBATÉ – SP, 12.041 – 065

Contato: 55 (12) 3624-6401 (12) 99733-8104

institutophoenixsaude@gmail.com

www.institutophoenix.org



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sexta-feira, 5 de abril de 2024 09:39:11 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE TAUBATÉ - SP

Eu, abaixo assinado, por meio eletrônico, confero com o original e assino digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sexta-feira, 5 de abril de 2024 09:39:11 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE LETRAS E TÍTULOS - TREMEMBÉ-SI

ARTÓRIO DE NOTAS E PROTESTOS
DA COMARCA DE TREMEMBÉ-SI
MÉRCO DO NASCIMENTO NETO
ESCREVENTE

118786
PRIMEIRA
C11156AA0067620

121210
118786
C11156AA0067620

18
Instituto Phoenix
132
Taubaté/SP



INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Decreto Nº 3.415 de 19 de abril de 2000 – D.O.U. de 20.04.2000
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 22 de abril de 2003 – D.O.R.J. de 24.04.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 0010/2023

**TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE
ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO
PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA E A SD+
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE.**

INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.845.163/0001-26, com sede à Rua Jurandir Martins Filho, nº35, sala 302, Loteamento Residencial e Comercial Bosque Flamboyant – Taubaté – SP - CEP 12041-065, representado pelo Sr. **BENEDITO BATISTA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG. :37.890.232-5 SSSSP e inscrita no CPF sob o n.º 025.393.146-00, e outro lado **A SD+ Escola Técnica de Saúde**, situado a Rua Américo Richieri, nº05, Vila Telma, Campos do Jordão/SP, CEP 12460-000 inscrito no CNPJ/MF 34807656/0001-32 representada pelo mantenedor **Samuel Augusto Moreira**, inscrito no RG nº 41849534-8 SSP/SP e CPF nº 338512148-54, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CONDIÇÕES

Cláusula primeira: presente termo de cooperação mútua que celebram o Instituto Phoenix Saúde e a SD+ Escola Técnica de Saúde tem por objetivo apoio técnico, científico e didático promovendo por intermédio das áreas sociais, previstas no Plano de Trabalho. Educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações.

Parágrafo primeiro: o termo de cooperação mútua fomentará cursos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre o Instituto Phoenix Saúde e a SD+ Escola Técnica de Saúde para a formação, capacitação, estudos e aperfeiçoamento serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriundos deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta pedagógica.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, aperfeiçoamento, estudos e atividades científicas técnicas e culturais, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos institutos através deste termo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

DA VIGÊNCIA

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia
Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 12 – 3624-6401 12 – 99733-8104
www.institutophoenix.org
contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com

Batista
Samuel
Instituto Phoenix
133
Taubaté/SP



INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

Lei Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Decreto Nº 3.415 de 19 de abril de 2000 – D.O.U. de 20.04.2000
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 22 de abril de 2003 – D.O.R.J. de 24.04.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência 48 (quarenta e oito meses) podendo ser prorrogado por aditivo se for de interesse de ambas as partes.

DA RESCISÃO

Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutável.

DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Taubaté Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

Taubaté, 15 de novembro de 2023.

Benedito Batista da Silva
INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
BENEDITO BATISTA DA SILVA
CNPJ 04.845.163/0001-26

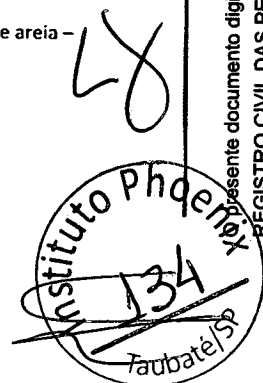
Samuel Augusto Moreira
Samuel Augusto Moreira
SD+ Escola Técnica de Saúde
CNPJ 34.807.656/0001-32

Testemunhas:

1. *Daniela Ferreira Furtado Moura*
CPF: 253.287.912-00
Daniela Ferreira Furtado Moura

2. *Fabiano Soares*
CPF: 30.284.216-28
Fabiano Soares

SEDE Administrativa
Rua: Jurandir Martins Filho, nº 35 (Bosque Flamboyant) Sala 302 – 3º Andar – Global Office – Lavadouro de areia –
Taubaté/SP – CEP: 12.041-065 12 – 3624-6401 12 – 99733-8104
www.institutophoenix.org
contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



Este presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sexta-feira, 5 de abril de 2024 09:39:11 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - art. 2º

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 006/2023

TERMO DE COOPERAÇÃO
MUTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O INSTITUTO
PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
E V.T. SOLUÇÕES LTDA , A
SABER.

INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.845.163/0001-26, com sede à Rua Jurandir Martins Filho, 35 - Sala 302 – Loteamento Residencial e Comercial Bosque Flamboy - Taubaté – SP - CEP 12.041-065, representado pelo Sr. **BENEDITO BAPTISTA DA SILVA**, portador da cédula de identidade RG 20.586.734 – SSP e inscrito no CPF sob o n.º 025.393.146-00, e outro lado **V.T. SOLUÇÕES LTDA** situado a Rua Prudente de Moraes, 295 – Centro – Pindamonhangaba – SP - CEP 12400-230, inscrito no CNPJ/MF 11.413.410/0001-80 representada pelo mantenedor Sr. **SHEILA REGINA VIEIRA SILVA** inscrito no RG 18.416.157-5 – SSP e CPF nº 072.363.858-67, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CONDIÇÕES

Cláusula primeira: presente termo de cooperação mútua que celebram o Instituto Phoenix Saúde e Assistência e V.T. SOLUÇÕES LTDA que tem por objetivo apoio técnico científico e didático promovendo por intermédio das áreas sociais, previstas no Plano de Trabalho, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações

Parágrafo primeiro: o termo de cooperação mútua fomentará cursos, formações, capacitações, estudos e atividades socioculturais nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre o Instituto Phoenix Saúde e Assistência e **V.T. SOLUÇÕES LTDA** para a formação, capacitação, estudos e aperfeiçoamento serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriundos deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta pedagógica.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, aperfeiçoamento, estudos e atividades científicas técnicas e culturais, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos institutos através deste termo.

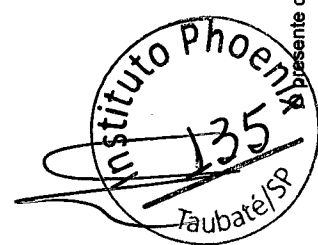
DOS RECURSOS FINANCEIROS

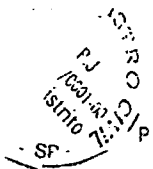
RUA JURANDIR MARTINS FILHO, 35 – SL 302 – BOSQUE FLAMBOYANT, TAUBATE – SP, 12.041 –
065

Contato: 55 (12) 3624-6401 (12) 99733-8104

institutophoenixsaude@gmail.com

www.institutophoenix.org





INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
04.845.163/0001-26

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência 60 (Sessenta meses) podendo ser prorrogado por aditivo se for de interesse de ambas as partes.

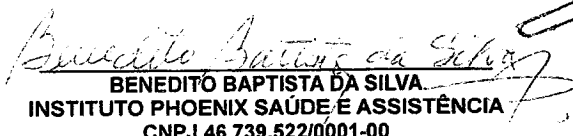
DA RESCISÃO

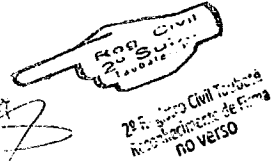
Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutível.

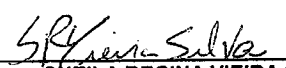
DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Taubaté Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

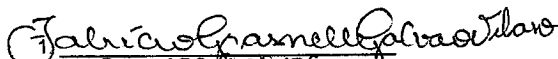
Taubaté, 10 de Novembro de 2023.

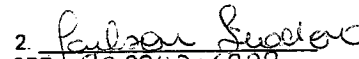

BENEDITO BAPTISTA DA SILVA
INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
CNPJ 46.739.522/0001-00




SHEILA REGINA VIEIRA SILVA
V.T. SOLUÇÕES LTDA
CNPJ 11.413.410/00014-80


Testemunhas:


CPF: 260.100.808-06

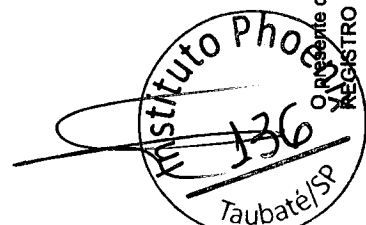

CPF: 302842169-28

RUA JURANDIR MARTINS FILHO, 35 – SL 302 – BOSQUE FLAMBOYANT, TAUBATÉ – SP, 12.041 – 065

Contato: 55 (12) 3624-6401 (12) 99733-8104
institutophoenixsaude@gmail.com
www.institutophoenix.org



48

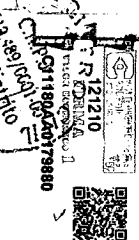


2º TABELÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
CARTIM FERREIRA BATISTA
COM valor econômico a(s) firma(s) de: GHEILA REGINA VIEIRA SILVA (14717) - R\$ 12,00
fé.
Pindamonhangaba - SP, 01/10/2024. Em Testemunho da verdade.
MARTA EDUARDA D'AMOR DE SOUZA VIEIRA - ESCRIVENTE
Código de segurança 407431A0746813
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE ###
AV. DOUTOR JOSÉ TIBIRICA, 570 - CENTRO - PINDAMONHANGABA - SP - 13.132-450 - TEL: (12) 3612 5001

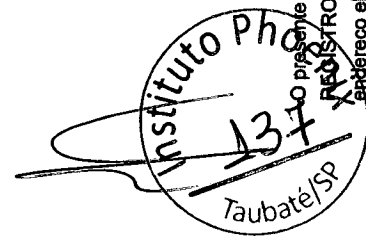
2º TABELÃO DE NOTAS
Pindamonhangaba - SP
Marta Eduarda D'Amor de Souza Vieira
Escrivente

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE TAUBATÉ/SP
R. 121210

Este documento foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sexta-feira, 5 de abril de 2024 09:39:11 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELÃO DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - art. 2º



18



INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26



Lei Federal Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA Nº 017/2023

**TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAUDE E A
SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL
EDUCACIONAL, GERENCIAL E SISTEMAS LTDA, A
SABER.**

A ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA situada rua Olímpio Catão nº 346, Centro Jacareí/SP CEP: 12.308-050 inscrita no CNPJ/MF 04.845.163/0001-26 representada pela Presidente do Conselho de Administração Senhor Janaina de Faria Domingos Caserta, inscrito no RG nº 34.552826-8 SSP/SP e CPF/MF nº 339.837.518-90 e outro lado **A SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL EDUCACIONAL, GERENCIAL E SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF 31.602.315/0001-32, Rua Monsenhor Amador Bueno de Barros, 644, Vila José Pedro da Cunha – Taubaté/SP, representada neste ato pelo Sr. Ricardo Nunes Saad, proprietário, inscrito RG nº 32.629.956-7 SSP/SP e CPF/MF 277.846.178-79, acordam e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos do Estatuto da Instituição nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

RESOLVEM firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, mediante as Cláusulas que seguem:

CONDIÇÕES

Cláusula primeira – O Objeto

1.1 – O presente termo de cooperação mútua que celebram a ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA e a SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL EDUCACIONAL, GERENCIAL E SISTEMAS LTDA tem por objetivo administrativo de gestão, apoio técnico, científico e didático promovendo por intermédio das áreas de assistência social, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento, ações administrativas, com uso da Telemedicina nas ações de saúde, educação e assistência social gestão e capacitação durante toda a vigência

SEDE Administrativa
Rua: Olímpio Catão, nº 346, Centro – Jacareí/SP – CEP: 12.308-050
11-8390-1150
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por MAICON FERNANDO ANTUNES, em quinta-feira, 6 de junho de 2024 13:04:53 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUITIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26



DE PROTESTO
ANTE/SP
da Associação
te

Lei Federal Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 – D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de Janeiro de 2011 – D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas – CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA RJ – Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS – R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

da parceria e as ações previstas no Plano de Trabalho.

Parágrafo primeiro – Da Execução

2.1 - O termo de cooperação mútua fomentará ações administrativas, gerenciais, executando atividades, ações e serviços na gestão da unidade com cursos, atendimentos clínicos, formações, capacitações, estudos, atividades socioculturais com uso da Telemedicina nas ações de saúde, educação e assistência social.

Parágrafo segundo: Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre a ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA e outros a SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL EDUCACIONAL, GERENCIAL E SISTEMAS LTDA para a formação, capacitação, estudos e aperfeiçoamento serão disponibilizadas vagas aos colaboradores oriunda deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta técnico/pedagógica e proposta financeira.

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda: o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, aperfeiçoamento, estudos e atividades científico, técnico e culturais com uso da Telemedicina nas ações de saúde, educação e assistência social, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos cooperados através deste termo.

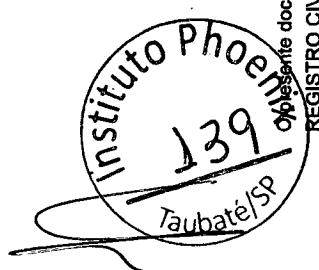
DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas.

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência por tempo

SEDE Administrativa
Rua: Olímpio Catão, nº 346, Centro – Jacareí/SP – CEP: 12.308-050
11 - 8390-1150
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com



INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTENCIA
04.845.163/0001-26



Lei Federal Nº 9.637 de 15 de maio de 1998
Utilidade Pública Federal Portaria Nº 1.463 de 31 de outubro de 2002 PAG.41 - D.O.U. de 05.11.2002
Utilidade Pública Estadual Lei Nº 4.099 de 22 de abril de 2003 - D.O.R.J. de 22.41.2003
Utilidade Pública Municipal Lei Nº 3.635 de 09 de setembro de 2003
Utilidade Pública Municipal Consolidação Lei Nº 5.242 de 11 de janeiro de 2011 - D.O.R.J. 18.01.2011
Conselho Estadual Antidrogas - CEAD RCPJ Nº 193.586 de 18 de dezembro de 2001
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA RJ - Registro Nº 28/2003
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - R 064/2005
CCEAS Nº 0244/2006

indeterminado de interesse de ambas as partes, podendo ter termos aditivos específicos nas áreas de atuação para implantação de projetos e execução de contratos de gestão, operacionalização e implantação.

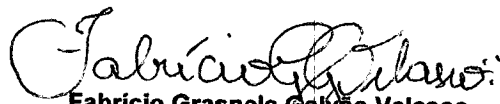
DA RESCISÃO


Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexecutável.

DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Taubaté Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo.

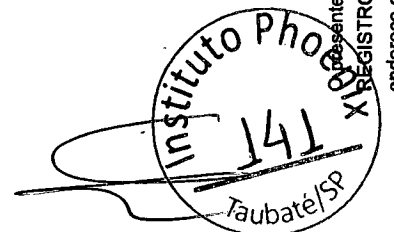
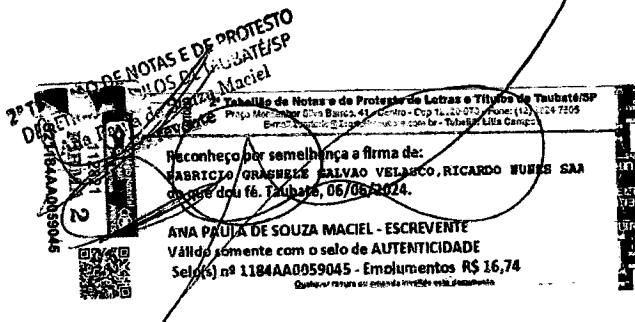
Taubaté, 22 de março de 2023.


Fabricio Grasnele Galvão Velasco
INSTITUTO PHOENIX SAUDE E ASSISTÊNCIA
CNPJ 04.845.163/0001-26


Ricardo Nunes Saad
SAAD TREINAMENTO E ENSINO PROFISSIONAL EDUCACIONAL, GERENCIAL E
SISTEMAS LTDA
CNPJ 31.602.315/0001-32

SEDE Administrativa
Rua: Olímpio Catão, nº 346, Centro - Jacareí/SP - CEP: 12.308-050
11 - 8390-1150
www.institutophoenix.org
E-mail: contato@institutophoenix.org institutophoenixsaude@gmail.com







Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos



O NOVO TEMPO É AGORA

A: ASSOCIAÇÃO PHOENIX AUTO ESTIMA APA

ASSUNTO: REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA.

Prezados,

O Atestado de Capacidade Técnica não possui prazo de validade. Uma vez que ele é emitido, ele é considerado perene, perpétuo, isso porque a experiência adquirida pelo licitante com o serviço não desaparece com o tempo. Ou seja, a partir do momento que um atestado/declaração desses é emitido, consolida-se a prova da aptidão técnica da empresa detentora do mesmo.

Vejamos o que diz a Lei de Licitações 8.666/93 em seu artigo 30.

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas nesta Lei, que inibam a participação na licitação.

Ratificado pela nova lei de licitações 14.133/21 em seu artigo 67.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação.....

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

Diante do exposto, afasta-se a possibilidade da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Seropédica, atender a solicitação do requerente.

Atenciosamente,

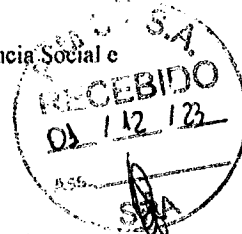
VANDREA
DOS
SANTOS:0760
0847779

Assinado de forma
digital por VANDREA
DOS
SANTOS:07600847779
Dados: 2023.11.28
17:24:06 -03'00'

Seropédica, 16 de junho de 2023.

VANDREA DOS SANTOS STEFAN
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos
Matrícula 17478

15644123





ITI
Instituto Nacional de
Tecnologia da Informação

Relatório de conformidade

Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 28/11/2023 20:25:18 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.12

Versão do software(Validador de Documentos): 2.4.1

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: SEROPEDICA.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

8f6c8658110906e283b0af12a7f943115f30eba49c8493186f505aa0e365bbb8

Tipo do arquivo: PDF

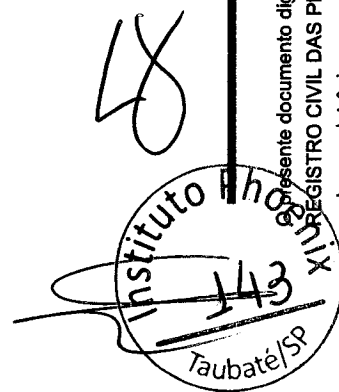
Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=VANDREA DOS SANTOS:***008477**, OU=Certificado
PF A3, OU=Certificado Digital, OU=Renovacao Eletronica,
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Assinante: CN=VANDREA DOS SANTOS:***008477**, OU=Certificado PF A3,
OU=Certificado Digital, OU=Renovacao Eletronica, OU=AC SOLUTI
Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

CPF: ***.008.477-**



Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: Correto

Data da assinatura: 28/11/2023 17:24:06 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de alerta: Nenhuma mensagem de alerta

CN=VANDREA DOS SANTOS:***008477**, OU=Certificado
PF A3, OU=Certificado Digital, OU=Renovacao Eletronica,
OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

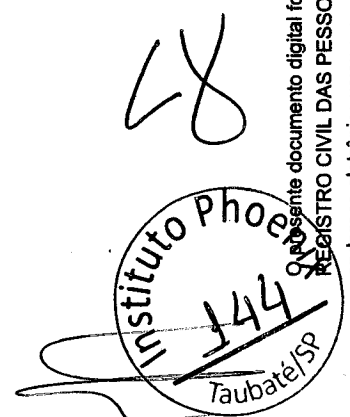
Assinatura: true

Emissor: CN=AC SOLUTI Multipla v5, OU=AC SOLUTI v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 04/10/2023 16:25:00 BRT

Aprovado até: 04/10/2026 16:25:00 BRT

Expirado (LCR): false



Expirado (LCR): false

CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 02/03/2016 10:01:38 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 20:59:38 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Nome do atributo: IdMessageDigest

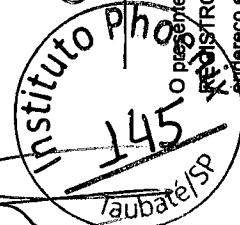
Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

28



CN=AC SOLUTI Multipla v5, OU=AC SOLUTI v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC SOLUTI v5, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5,
O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão: 05/02/2019 12:34:56 BRST

Aprovado até: 02/03/2029 08:58:59 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC SOLUTI v5, OU=Autoridade Certificadora Raiz
Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

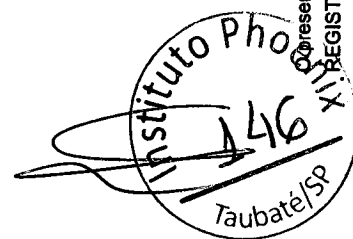
Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de
Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR

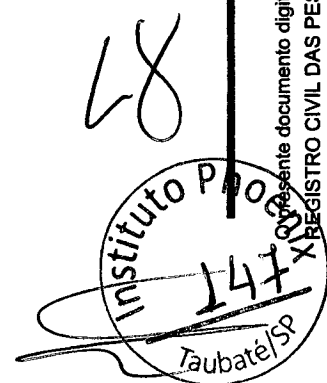
Data de emissão: 29/06/2018 15:55:20 BRT

Aprovado até: 02/03/2029 09:00:20 BRT



Nome do atributo: RevocationInfoArchival

Corretude: Valid



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sábado, 6 de abril de 2024 11:11:34 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS DE QUIRIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelaionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

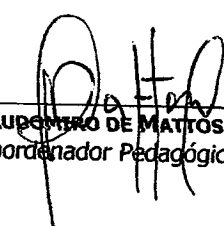
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MILITARES DE SAÚDE
FUNDADA EM 06 DE AGOSTO DE 1993.
CENTRO DE IRRADIAÇÃO
CNPJ Nr 00.269.067/0002-07
Rua João Vicente, nº 1.645 – Mal. Hermes/RJ – CEP: 21610-210
TEL.: (21) 3350.3527 – (21) 2489.8322
E-MAIL: abramisa-polo@ig.com.br dr_reginaldo@hotmail.com

abramisa

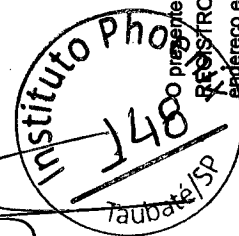
DECLARAÇÃO

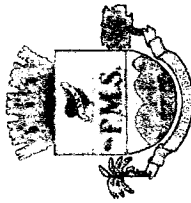
Declaro para todos os fins de direito que conheço o Projeto Phoenix Auto-Estima desde 1998, cujo objetivo principal é a Prevenção ao Uso Indevido e Abusivo de Drogas, DST/AIDS, assim como a Associação Phoenix/Auto-Estima, criada para dar sustentação ao projeto inicial, além de inúmeras ações Sócio-Assistenciais prestadas à comunidade de Magalhães Bastos e adjacências. Portanto posso afirmar os bons trabalhos realizados pela instituição em benefício da sociedade brasileira.

Rio de Janeiro, RJ, 14 de janeiro de 2004.



PROF. CLAUDEMIRO DE MATTOS FURTADO
Coordenador Pedagógico






Estado do Rio de Janeiro.
Prefeitura Municipal de Seropédica.
Secretaria Municipal de Saúde de Seropédica.
Conselho Municipal de Saúde de Seropédica – COMSAS.



Certificado

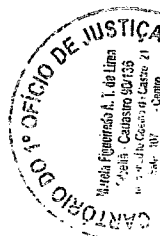
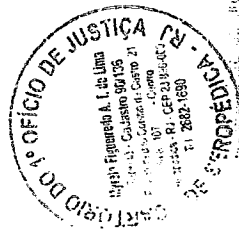
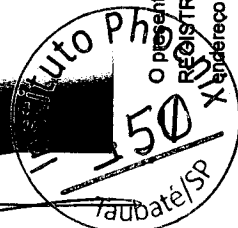
Certifico que a Organização Não Governamental **Associação Phoenix/Auto-Estima** – APA, CNPJ n.º Nr 04.845.163/0001-26. Endereço: Av. Ministro Fernando Costa n.º 1.538 casa 01. CEP: 23.890-000 Seropédica/RJ está cadastrada e reconhecida pelo Conselho Municipal de Saúde de Seropédica – COMSAS, pelos relevantes serviços prestados à área da saúde do Município.

Seropédica, 03 de dezembro de 2009.


Miguel Jorge Gomes de Oliveira.
Presidente do COMSAS.



48



SELO DE FISCALIZAÇÃO

TRF

SEI1266



2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

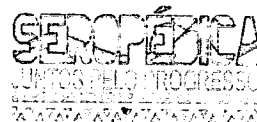
2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17

2024-04-05 14:17



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria de Ação Social, Trabalho e Renda




CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Lei de Criação Nº 013/97

CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Seropédica, de acordo com o Artigo 9 do capítulo III - Lei 8.742 - LOAS, de 07 de dezembro de 1993, resolve expedir o presente certificado válido até 28/04/2010, a ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA-APA, CNPJ 04.845.163/0001-26, localizada à Avenida Ministro Fernando Costa. 746, sala 106 - Seropédica, Rio de Janeiro.

Seropédica, 30 de abril de 2008


Fernanda Mendonça de Oliveira Campos
Subsecretaria de Gestão e Família





Rua Maria Lourenço, 18
Fazenda Caxias
Seropédica - RJ

CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

Nome/Razão Social: INSTITUTO PHOENIX SAÚDE E ASSISTENCIA

CNPJ/CPF: 04.845.163/0001-26

Email: contato@institutophoenix.org

Telefone:

Celular: 12997338104

Endereço: Jurandir Martins Filho - Loteamento Residencial e Comercial Bosque Flamboyant - Taubaté - SP

Sócio(s):
BENEDITO BATISTA DA SILVA
FABRICIO GRASNELE GALVÃO

CNPJ/CPF:
025.393.146-00
260.100.908-06

Descrição das Certidões:

Início da Vigência: Fim da Vigência:

ESTATUTO SOCIAL

14/03/2023

Cédula de identidade dos sócios

08/12/2021

07/12/2031

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ

18/12/2001

Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa

09/06/2023

09/12/2023

Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Relativos aos Tributos Federais Div. Ati Unia

04/07/2023

31/12/2023

Certidão Negativa de Débitos Municipais

06/06/2023

06/12/2023

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

16/11/2023

15/12/2023

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

05/07/2023

01/01/2024

Balanco Patrimonial do Último Exercício

01/01/2022

31/12/2022

Certidão Negativa de Falência e Concordata

14/09/2023

Cédula de identidade dos sócios

26/10/2020

23/10/2023

Nota Explicativa: As certidões acima também serão válidas quando forem POSITIVAS COM EFEITO DE NEGATIVA

Ressalvado o Direito da Fazenda Municipal a cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é emitido esta certidão Cadastral de Fornecedor.

Esta Certidão Cadastral de Fornecedor, é emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo para aquisição de produtos e serviços, mediante dispensa, inexigibilidade e licitação, no âmbito do Poder Executivo do Município de Seropédica. Vale salientar que, no caso de licitação, o participante deverá cumprir os critérios de habilitação e proposta do edital e/ou convite.

O Departamento de Compras, a Comissão de Licitação Permanente, o Pregoeiro e sua equipe de apoio, bem como a Consultoria Jurídica e a Controladoria-Geral do Município, poderão independentemente da validade desta Certidão Cadastral de Fornecedor, diligenciar outras informações para melhor cumprir com as formalidades na legislação em vigor e normas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Processo Administrativo 15243/2023.

Valida até o dia 28/11/2024.

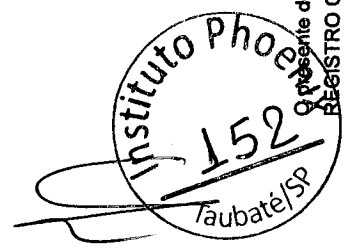
Atenção:

- 1) Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
- 2) Esta certidão não poderá ser utilizada como comprovante ou certidão para outros órgãos da administração direta, indireta na esfera federal, estadual ou municipal. Unicamente para efeitos de contratação na Prefeitura Municipal de Seropédica.

Certifico que a empresa acima identificada esta devidamente cadastrada nesta Prefeitura, nos termos da lei federal nº 8.666/93.

Seropédica - RJ

48



Este documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:23:44 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelação de Notas. Proveniente nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



1º Ofício de Justiça de Seropédica
Rua Joana Resende n.3 - Centro
Reconheço por SEMELHANÇA a firma de BRENDA RAFAELA
OLIVEIRA DA SILVA (Lv.21 Fl.2018).
Seropédica, 01 de dezembro de 2023. Emol. 7,18 Leis. 2,55
Em testemunho da verdade. ISS 0,35 Total: 12,56
Adriana C. Ferreira da Silva-Escritor(a)-477575 Sene054RJ

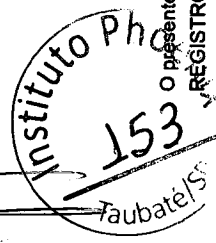
EEQJ73556 NDA 142730



www.4.tjrj.jus.br/sitepublic



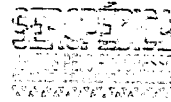
28



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em segunda-feira, 4 de março de 2024 17:23:44 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIMISP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria Municipal de Ação Social, Trabalho e Renda

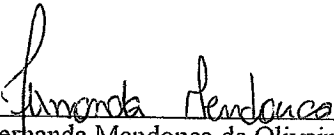


**CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**
Lei de Criação Nº 149/2001

CERTIFICADO DE CADASTRO

A Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Seropédica, de acordo com Artigo 260 Parágrafo Único – Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, resolve expedir o presente certificado válido até 01/12/2010, a **Associação Phoenix / Auto Estima**, CNPJ: 04845163/0001-26, localizada à Av. Ministro Fernando Costa – Nº 746 Sala 106 – Seropédica – RJ.

Seropédica, 01 de Dezembro de 2008



Fernanda Mendonça de Oliveira Campos
Presidente do Conselho





ASSISTÊNCIA SOCIAL

Instrumento n.º 09 do Livro SMAS - E n.º 11

Fls. 121

TERMO DE COMPROMISSO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, ATRAVÉS DE SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO - ESTIMA - APA

Aos 09 de Jan de 2005, na Rua Afonso Cavalcanti 455, 5º andar, Cidade Nova, nesta cidade, o **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, através de sua **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, neste ato representada por seu titular, Sr. MARCELO GARCIA, e o **ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO - ESTIMA - APA**, com sede na Rua Pinto da Fonseca, nº 08 - Magalhães Bastos, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 04.845.163/0001-26, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. Reginaldo Daltro Filho, portador da carteira de identidade nº 012309321-2, expedida pelo ME, e inscrito no CPF sob o nº 244.328.497-20, conforme o decidido no processo nº 08/008.272/2004, adiante referido por PROCESSO, e consoante autorização do Sr. Secretário Municipal de Assistência Social, devidamente publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em 15.12.2004, às fls. 24, assinam o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, comprometendo-se a executar o Programa "Apolo à Pessoa Idosa", observando a legislação federal pertinente, especialmente as disposições contidas na Constituição Federal, nos arts. 25 e 116 da Lei Federal nº 8.666/93, nas Leis nº 8.742/93 (LOAS), nº 9.598/97 e nº 9.604/98, no Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (Lei nº 207/80) e seu Regulamento (RGCAF, Decreto nº 3.221/81), e suas alterações no que couber, na Instrução Normativa STN nº 03, de 19 de abril de 1993, na Norma Operacional Básica - NOB e mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - (OBJETO) : Atendimento às necessidades básicas de 60 (sessenta) pessoas idosas, sua integração ao grupo familiar e comunitário, com vistas a melhorar as condições de exercício da cidadania plena, de conformidade com o plano de atendimento constante do processo, que constitui parte integrante do presente Termo.

PARÁGRAFO ÚNICO - O atendimento será efetuado, de acordo com as seguintes informações:

MODALIDADE	META	VALOR PER CAPITA
Rede RUAS		
Atendimento Asilar - Idoso Dependente		R\$ 640,00
Atendimento Asilar - Idoso Independente		R\$ 320,00
Atendimento ao Grupo de Convivência - 6h semanais	60	R\$ 30,00

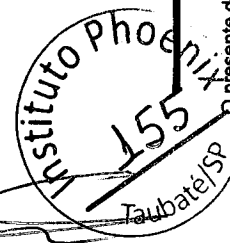
CLÁUSULA SEGUNDA - (OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO) :

- fixar e dar ciência à Instituição dos procedimentos técnicos e operacionais que deverão ser implantados e desenvolvidos;
- promover o repasse dos recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social, de acordo com o cronograma de desembolso estabelecido e mediante apresentação do Relatório de Atendimento;
- através da Secretaria Especial da Terceira Idade, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução do presente Termo, atestando, mensalmente, o atendimento efetuado pela instituição.

CLÁUSULA TERCEIRA - (OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE) :

- executar diretamente as atividades avençadas na mais perfeita consonância e observância das diretrizes técnicas e programáticas e em conformidade com o plano de atendimento;
- manter rigorosamente em dia os cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, bem como quaisquer outros registros, de modo a permitir

AN080082722004

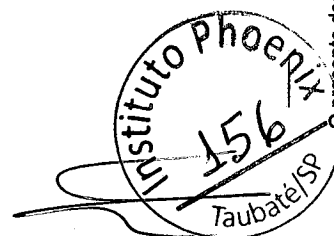


**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SEROPÉDICA
E A ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO
ESTIMA.**

A **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SEROPÉDICA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 08.695.509/0001-08 com sede à Rua Rio de Janeiro nº 35, Incra, Seropédica, RJ, neste ato representada pelo seu presidente **CELSO COSTA DA SILVA**, portador da Carteira de Identidade nº 09348762-7 expedida pelo IFP/RJ e CPF nº 023.144.437-05 e a **ASSOCIAÇÃO PHOENIX / AUTO ESTIMA**, Associação Civil, de caráter assistencial, sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 1463 publicada no Diário Oficial da União em 05/11/2002, doravante denominada **APA**, com sede à Avenida Ministro Fernando Costa nº 746, sala nº 106, Bairro Central, Município de Seropédica – RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 04.845.163/0001-26 neste ato representada pelo seu Presidente Professor **ANTONIO ADOLFO GARBOCCI BRUNO**, portador da Carteira de Identidade de nº 955.241 IFP-RJ e do CPF de nº 318.818.317-87, resolvem celebrar o presente **Acordo de Cooperação Técnica**, que será regido pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e de suas alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo propiciar condições para o estabelecimento de ações conjuntas de cunho técnico, científico, social, assistencial e cultural entre a **ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SEROPÉDICA** e a **APA**, na forma mais conveniente a ambas as instituições fundamentalmente voltadas para estender às comunidades carentes do Município ações que promovam a inclusão social e a melhoria da qualidade de



vida das famílias, sob a forma de cursos, estágios, promoção de eventos e prestação de serviços especiais nas áreas de saúde, educação, formação profissional, esporte e lazer.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução

Para consecução das finalidades da cláusula anterior serão elaborados Planos de Trabalho, independentemente de transcrição, firmados através de Termos Aditivos para cada projeto específico, onde se definirão as atribuições e responsabilidades de cada instituição.

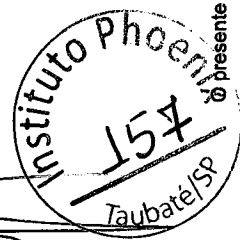
Subcláusula Única – O Plano de Trabalho deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação do objeto a ser executado;
- b) Metas a serem atingidas;
- c) Etapas ou fases de execução;
- d) Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- e) Cronograma de desembolso;
- f) Previsão de início e fim de execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Aditamento

O presente instrumento poderá ser aditado, mediante assentimento das partes, através de Termos Aditivos, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas e condições, vedada a alteração do objeto e das metas.

Subcláusula Única – Os termos aditivos obedecerão as condições básicas estabelecidas no presente ACORDO, dele passando a fazer parte integrante.



CLÁUSULA QUARTA – Do Coordenação

As partes acordantes designarão, respectivamente, coordenadores para cada projeto, que se responsabilizarão pela execução, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos, junto as equipes técnicas envolvidas.

Subcláusula Única – Os coordenadores e técnicos reunir-se-ão, sempre que necessário, em local conveniente a ambas as partes, a fim de analisar o desempenho técnico-operacional dos trabalhos, bem como corrigir e redirecionar ações.

CLÁUSULA QUINTA: Da Divulgação

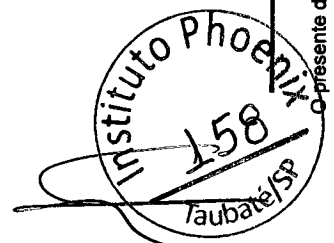
A divulgação dos resultados obtidos em projetos desenvolvidos através do presente ACORDO, ressalvados os de relevante interesse nacional, poderá ser utilizada indistintamente pelas partes, em conjunto ou separadamente, destacando-se necessariamente a contribuição de cada instituição.

CLÁUSULA SEXTA: Da Vigência

O presente ACORDO vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado através do Termo Aditivo, desde que não haja manifestação escrita das partes em sentido contrário, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Rescisão

O presente Termo poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, mediante manifestação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por inadimplemento de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais que o torne inexecutável, ou por consenso das partes, ressalvados os compromissos decorrentes de projeto em andamento.



CLÁUSULA OITAVA: Da Publicação

O presente Acordo de Cooperação deverá ser publicado pela ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA SEROPÉDICA até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA: Do Foro

Fica eleito o Foro da Justiça, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir as questões surgidas do presente ACORDO, uma vez esgotadas todas as possibilidades de entendimento amigável entre as partes.

E, por estarem justas e acordadas, os representantes legais das partes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que igualmente o subscrevem.

Seropédica, 13 de outubro de 2008


Celso Costa da Silva

Presidente


Antonio Adolfo Garbocci Bruno
Presidente da APA

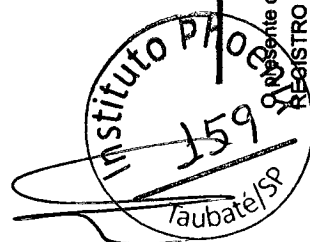
Testemunhas:

Nome: LAERTE DA CUNHA AZEVEDO

CPF: 384.944.697-20

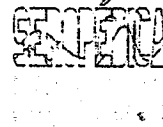
Nome: _____

CPF: _____





Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Seropédica
Secretaria de Ação Social, Trabalho e Renda



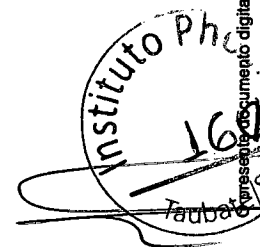
**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
SEROPÉDICA E A ASSOCIAÇÃO
PHOENIX/AUTO ESTIMA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA**, doravante denominada **PREFEITURA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 016.041.39-0001-07, com sede à Rua Maria Lourenço nº 18, Centro cidade de Seropédica- RJ, neste ato representada pelo seu Prefeito **Darci dos Anjos Lopes**, portador da Carteira de Identidade nº 1.059.303 – I.F.P e CPF: 326.396.787-87 e a **ASSOCIAÇÃO PHOENIX/ AUTO - ESTIMA**, Associação Civil, de caráter assistencial sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública Federal pela Portaria nº 1463 publicada no Diário Oficial da União em 05/11/2002, doravante denominada **APA**, com sede à Avenida Ministro Fernando Costa nº 746, sala nº 106 Bairro Central, Município de Seropédica- RJ inscrita no CNPJ sob o nº 04.845.163/0001-26 neste ato representada pelo seu Presidente Professor **ANTONIO ADOLFO GARBOCCI BRUNO**, portador da Carteira de Identidade de nº 955.241 IPF-RJ e do CPF de nº 318.818.317-87, resolvem celebrar o presente **Acordo de Cooperação Técnica**, que será regido pela Lei nº 8.666/93, de 21 de Julho de 1993, e de suas alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMERA – Do Objeto

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por objetivo propiciar condições para o estabelecimento de ações conjuntas de cunho técnico, científico, social, assistencial e cultural entre a **PREFEITURA** e a **APA**, na forma mais conveniente a ambas as instituições fundamentalmente voltadas para estender às comunidades carentes do Município ações que promovam a inclusão

28



social e a melhoria da qualidade de vida das famílias, sob a forma de cursos, estágios, promoção de eventos e prestação de serviços especiais nas áreas de saúde, educação, formação profissional, esporte e lazer.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução

Para consecução das finalidades da cláusula anterior serão elaborados Planos de Trabalho, independentemente de transcrição, firmados através de Termos Aditivos para cada projeto específico, onde definir-se-ão as atribuições e responsabilidades de cada instituição.

Subcláusula Única – O Plano de Trabalho deverá conter as seguintes informações:

- a) Identificação do objeto a ser executado;
- b) Metas a serem atingidas;
- c) Etapas ou fase de execução;
- d) Plano de aplicação dos recursos financeiros;
- e) Cronograma de desembolso;
- f) Previsão de início e fim de execução do objeto, bem assim, da conclusão das etapas ou fases programadas.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Aditamento

O presente instrumento poderá ser aditado, mediante assentimento das partes, através de Termos Aditivos, sendo lícita a inclusão de novas cláusulas e condições, vedada a alteração do objeto e das metas.

Subcláusula Única – Os termos aditivos obedecerão as condições básicas estabelecidas no presente Acordo, dele passando a fazer parte integrante.

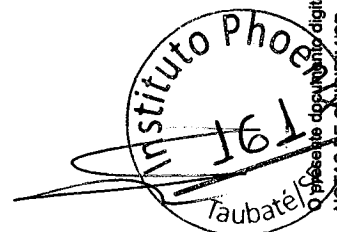
CLÁUSULA QUARTA – Da Coordenação

As partes acordantes designarão, respectivamente, coordenadores para cada projeto, que se responsabilizarão pela execução, acompanhamento e fiscalização dos trabalhos, junto as equipes técnicas envolvidas.

Subcláusula Única – Os coordenadores e técnicos reunir-se-ão, sempre que necessário, em local conveniente a ambas as partes, a fim de analisar o desempenho técnico-operacional dos trabalhos, bem como corrigir e redirecionar ações.

2

48



CLÁUSULA QUINTA – Da Divulgação

A divulgação dos resultados obtidos em projetos desenvolvidos através do presente Acordo, ressalvados os de relevante interesse nacional, poderá ser utilizada indistintamente pelas partes, em conjunto ou separadamente, destacando-se necessariamente a contribuição de cada instituição.

CLÁUSULA SEXTA – Da Vigência

O presente acordo vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data da sua assinatura, podendo ser renovado através do Termo Aditivo, desde que não haja manifestação escrita das partes em sentido contrário, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

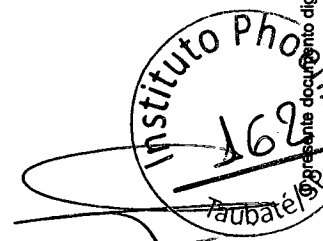
CLÁUSULA SÉTIMA – Da Rescisão

O presente Termo poderá ser rescindido de comum acordo entre as partes, mediante manifestação por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por inadimplemento de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais que o torne inexecutável, ou por consenso das partes, ressalvados os compromissos decorrentes de projeto em andamento.

CLÁUSULA OITAVA – Da Publicação

O presente Acordo de Cooperação deverá ser publicado pela PREFEITURA até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

48

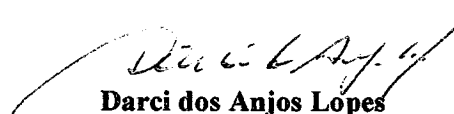


CLÁUSULA NONA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir as questões surgidas do presente Acordo, uma vez esgotadas todas as possibilidades de entendimento amigável entre as partes.

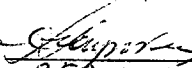
E, por estarem justas e acordadas, os representantes legais das partes assinam o presente Acordo de Cooperação Técnica em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que igualmente o subscrevem.

Seropédica, 10 de Dezembro de 2007.


Darci dos Anjos Lopes
Prefeito de Seropédica

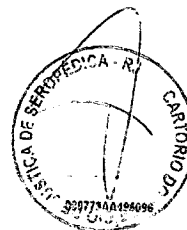

Antonio Adolfo Garbocci Bruno
Presidente da APA

Testemunhas:

Nome: 
CPF: 253.527.764-00

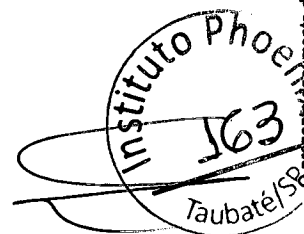
Nome: _____
CPF: _____

1º Ofício de Justiça de Seropédica
Rua Joana Resende, 113 - Centro
Reconhecido por SEMELHANÇA as firmas de DARCI DOS ANJOS
LOPES (Lv. 18 Fl. 66) e ANTONIO ADOLFO GARBOCCI BRUNO
(Lv. 18 Fl. 12).
Seropédica, 15 de dezembro de 2023. Emol. 14,36 Leis: 5,10
Em testemunho da verdade. ISS: 0,70 Total: 25,12
Ivanildo Novais de Jesus-Escritor-CTPS95915 S 146
EEQP40450 VVB EEQP40451 MSR, 43715
Ivanildo Novais de Jesus
Escritor
CTPS 95915 Série: 146RJ



www.4.117.jus.br/sicpublic

18



ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Rua Olimpio Catão, 346 - Centro - Jacareí - SP - CEP 12.308 050

CNPJ n.º 04.845.163/0001-26

TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA N.º 001/2022

**TERMO DE COOPERAÇÃO MÚTUA
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E
ASSISTÊNCIA E ASSOCIAÇÃO
BENEFICIENTE MANANCIAL
UNIDA**

Associação Phoenix Saúde e Assistência, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.845.163/0001-26, com sede à Rua Olimpio Catão, 346 - Centro - Jacareí - SP - CEP 12.308 050, representado pelo Sra. Janaina de Faria Domingos Caserta, portadora da cédula de identidade RG 34.552.826-8 - SSP e inscrita no CPF sob o n.º 339.837.518-90, e outro lado Associação Beneficente Manancial Unida, situado a Ent Mangalo n.º S/N Área Rural de Taubaté - Taubaté/SP, CEP 12.119-899 inscrito no CNPJ/MF 26.496.467/0001-68, representada pelo mantenedor Robson Ramos da Fonseca, inscrito no RG n.º 23.241.343-5 SSP/ES e CPF n.º 098.662.028-95, acorda e ajustam firmar o presente Termo de Cooperação Mútua, nos termos da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes

CONDIÇÕES

Cláusula primeira: presente termo de cooperação mútua que celebram a Associação Phoenix Saúde e Assistência e a Associação Beneficente Manancial Unida que tem por objetivo apoio técnico científico e didático promovendo por intermédio das áreas sociais, previstas no Plano de Trabalho, educação e saúde sendo treinamento, aperfeiçoamento e capacitação durante toda a vigência da parceria e as ações

Parágrafo primeiro o termo de cooperação mútua fomentará formações, capacitações, estudos e cursos Técnicos e Profissionalizantes nas áreas de saúde, educação e social. Cuidadores de idosos

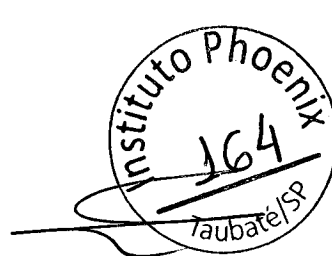
Parágrafo segundo Nos contratos de gestão, convênios e projetos firmados entre o Instituto Phoenix Saúde e Assistência e a Associação Beneficente Manancial Unida, para a formação, capacitação, estudos e curso de Cuidador de Idoso serão disponibilizadas vagas aos colaboradores onundos deste termo de cooperação mútua, através de Plano de Trabalho que garanta a execução dos mesmos, seguindo a proposta pedagógica

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula Segunda o termo de cooperação mútua é objeto de fomento nas áreas educação, saúde e assistência social para realização de cursos, formações, capacitações, estudos e cursos de cuidadores de idosos, sendo os recursos físicos, financeiros, técnicos e humanos custeados pelos institutos através deste termo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Cláusula terceira: o presente termo de cooperação mútua não importará em qualquer repasse financeiro entre os cooperados, devendo cada um arcar com os custos advindos das obrigações assumidas



ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Rua Olímpio Catão, 346 - Centro - Jacareí - SP - CEP 12.308 050

CNPJ nº 04.845.163/0001-26

DA VIGÊNCIA

Cláusula quarta: o presente termo de cooperação mútua terá vigência 48 (quarenta e oito meses) podendo ser prorrogado por aditivo se for de interesse de ambas as partes


DA RESCISÃO

Cláusula quinta: O presente termo de cooperação poderá ser denunciado por qualquer das partes envolvidas mediante comunicação expressa, rescindindo por mútuo acordo entre partes ou se houver falta de cumprir as obrigações acima definidas nas cláusulas aqui pactuadas, mediante notificação formal a outra parte, com antecedência de 30 (trinta) dias, respeitadas as obrigações com terceiros e saldados os compromissos decorrentes. O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido por superveniência de norma legal ou administrativa que a torne inexequível

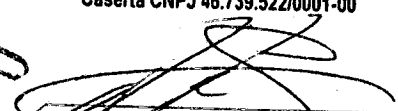
DO FORO

Cláusula sexta: Fica eleito o foro do Município de Taubaté Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Termo de Cooperação. E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, e na presença das testemunhas abaixo

Taubaté, 10 Fevereiro de 2022.


JANAINA DE FÁRIA DOMINGOS CASERTA
ASSOCIAÇÃO PHOENIX SAÚDE E ASSISTÊNCIA
Caserta CNPJ 46.739.522/0001-00




ROBSON RAMOS DA FONSECA
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MANANCIAL UNIDA
CNPJ 26.496.467/0001-68

Testemunhas:

1 Valia Aparecida Nascimento
CPF: 098621588-08

2 Robson Ramos da Fonseca
CPF: 30284216828

Atestado, por meio do presente documento, em valor econômico, a(s) firma(s) de JANAINA DE FÁRIA DOMINGOS CASERTA (CPF nº 098621588-08), em 10 de fevereiro de 2022, em Taubaté, Estado de São Paulo, para a realização de uma reunião com o Sr. ROBSON RAMOS DA FONSECA, CPF nº 30284216828, para a assinatura do presente termo de cooperação mútua.

TAUBATÉ, 10 DE FEVEREIRO DE 2022.
FIRMA DE VALIA APARECIDA NASCIMENTO
CPF: 098621588-08

2º OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE TAUBATÉ - SP
Pág. 10 de 10

Assinatura do Oficial de Registro Civil de Taubaté - SP
Assinatura do Oficial de Registro Civil de Taubaté - SP
Assinatura do Oficial de Registro Civil de Taubaté - SP

121210
121210
121210

Instituto Phoenix
165
Taubaté/SP

PRO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

192

acompanhamento, a supervisão, o controle e a fiscalização dos serviços, a qualquer momento, por parte da equipe técnica credenciada para tal fim;

c) propiciar, aos técnicos credenciados, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Atendimento;

d) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa, provenientes da transferência dos recursos, seja por sua culpa ou de terceiros ou até mesmo da necessidade do cumprimento deste Termo;

e) apresentar, mensalmente, Relatório de Atendimento, que deverá ser entregue até o 20º dia útil do mês referente ao atendimento redigido no período;

f) manter sempre atualizada a escrituração contábil e fiscal específica dos atos e fatos relativos à perfeita execução do Convênio, para fins de fiscalização, observância e conseqüente avaliação por parte da equipe técnica, a qualquer tempo, dos resultados obtidos no desenvolvimento do programa;

g) responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do presente Termo, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais deles resultantes, não gerando para a Prefeitura obrigações ou outro encargo de qualquer natureza;

h) prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao presente Termo;

i) informar à Prefeitura o desligamento de qualquer usuário e/ou a substituição, através de comunicação formal e expressa;

j) manter em arquivo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, relativo ao exercício da concessão, o cadastro dos usuários do programa, o prontuário, as guias de encaminhamento, as fichas de inscrição ou de matrícula, e demais registros individualizados, bem como os registros contábeis, com a identificação do Programa objeto deste Termo.

k) selecionar e contratar os profissionais necessários à consecução da Proposta Técnica e do Plano de Atendimento, anotando e dando baixa nas respectivas carteiras profissionais, observando a legislação vigente, em particular, a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;

l) abrir conta corrente bancária específica para movimentação dos recursos provenientes do presente convênio.

CLÁUSULA QUARTA - (PRAZO) : O prazo do presente Termo é de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/01/2005.

CLÁUSULA QUINTA - (VALOR) : A despesa decorrente do presente Termo é estimado em R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) e será atendida pelo PT n.º 17.03.08.241.0138.2274, CD 3.3.90.3937, Fonte 100 e 193, sendo que o empenhamento da tal despesa ocorrerá oportunamente, por conta do exercício de 2005.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos serão desembolsados em parcelas mensais, correspondendo o valor de cada parcela ao número de atendimento efetuado no período, considerados os valores *per capita* previstos no Parágrafo Único da Cláusula Primeira.

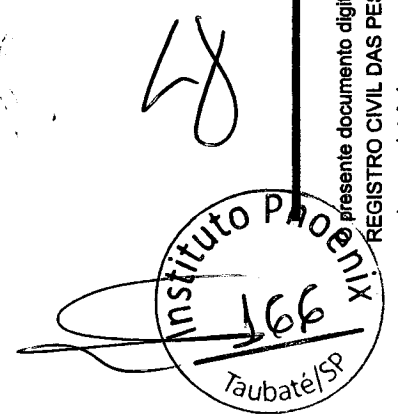
CLÁUSULA SEXTA - (RESCISÃO E DENÚNCIA) : O presente instrumento pode ser denunciado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, bem como rescindido unilateralmente pelo Município, a qualquer tempo, no caso de descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente e, em especial, pelo inadimplemento de qualquer de suas cláusulas ou condições, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - (DA PRESTAÇÃO DE CONTAS) - A prestação de contas será efetivada mediante apresentação, até o 20º dia útil do mês, à SMAS, do Relatório de Atendimento realizado no período, Controle Mensal de Frequência, devidamente atestado, cópia autenticada da folha de pagamento e dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários e trabalhistas, para providências quanto à liberação da respectiva parcela.

CLÁUSULA OITAVA - (REGULARIDADE JURÍDICO - FISCAL) - A CONVENIADA deverá manter a regularidade de suas condições jurídico - fiscais e qualificações, durante a vigência do presente termo.

AN080082722004

[Handwritten signatures]



RIO DE JANEIRO

ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA NONA - (EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE) : O MUNICÍPIO não se responsabilizará por indenização de qualquer natureza, em decorrência de atos ou fatos culposos ou dolosos praticados pela Instituição e vinculados ao presente Termo, nem por quaisquer obrigações ou ônus relativos à legislação trabalhista, previdenciária e tributária porventura decorrentes da execução do presente instrumento por parte da Instituição, e nem por obrigações futuras impostas pela lei.

CLÁUSULA DECIMA - (DO CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO) : O Município providenciará a remessa de cópias do presente TERMO e a Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, nos prazos de 05 (cinco) dias, contados de sua assinatura e de 10 (dez) dias contados da publicação de seu extrato, respectivamente.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - (DA PUBLICAÇÃO) - Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, à conta do Município.

E por estarem justos e de acordo, firmam o presente Termo de Compromisso, em 06 (seis) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Rio de Janeiro, 23 de JANEIRO de 2005.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARCELO GARCIA - Secretário

ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA - APA

REGINALDO DALTRO FILHO - Diretor Presidente

Coordenadora da APA

Testemunhas:

1. Nome DIVALVA MAFRA DE M. COSTA
Identidade 057416355.

2. Nome SANDRO BASTOS DE SAUS
Identidade 0543358-5

04.045-103002-75

ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA-APA

RUA PINTO DA FONSECA, Nº 8

MAGALHÃES BASTOS - CEP 21.120-510

RIO DE JANEIRO - RJ.

AN080082722004

Instituto Phoenix
167
Pauatê/SP

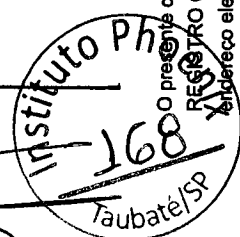
conferido por

Ana Lucia de Luca
Técnico Administrativo
Mat. 99/890.447-0

Itala Pinto da Silva
Assistente I
Mat. 21/147.859-3

Adelino Feliciano da Silva
Gerente
ASSUBG/ADSF/CE
Mat. 11/794.041-1

48



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por Livia de Abreu Conceição, em sexta-feira, 5 de abril de 2024 09:39:11 GMT-03:00, CNS: 11.420-7 - OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIA DE NOTAS DE QUIRIM/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ATESTADO DE REGISTRO

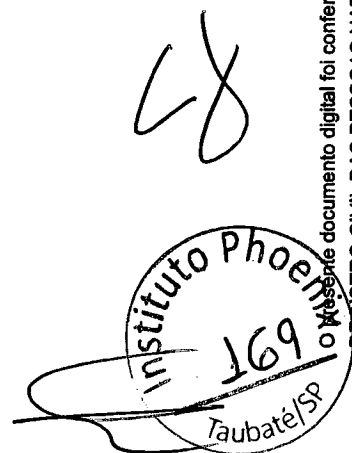
R064/2005

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e de acordo com a Resolução n.º 31 de 24 de fevereiro de 1999, **ATESTA** que o(a) **Associação Phoenix/Auto-Estima** sediado(a) em **Rio de Janeiro , RJ**, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º **04.845.163/0001-26**, está **REGISTRADO(A)** neste Conselho, conforme Resolução n.º 29, de 17/03/2005, publicada no Diário Oficial da União de 22/03/2005, Seção I, julgando o processo n.º **44006.000202/2003-28**.

Brasília, 22 de março de 2005.


Márcia Maria Biondi Pinheiro
Presidente

ESTE DOCUMENTO É EXPEDIDO GRATUITAMENTE, ASSIM COMO SÃO GRATUITOS TODOS OS SERVIÇOS PRESTADOS PELO CNAS.
O PRESENTE ATESTADO DE REGISTRO TEM VALIDADE POR PRAZO INDETERMINADO.



Lei nº	4099/2003	Data da Lei	22/04/2003
--------	-----------	-------------	------------

▼ Texto da Lei | Em Vigor |

LEI Nº 4099, DE 22 DE ABRIL DE 2003.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA - APA (PREVENÇÃO E TRATAMENTO À COMPULSÃO/DST-AIDS).

A Governadora do Estado do Rio de Janeiro,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Phoenix/Auto-Estima - APA (Prevenção e Tratamento à Compulsão/DST-AIDS), com sede e foro no Município do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2003.

**ROSINHA GAROTINHO
GOVERNADORA**

▼ Ficha Técnica

Projeto de Lei nº	3172/2002	Mensagem nº	
Autoria	JAMIL HADDAD		
Data de publicação	24/04/2003	Data Publ. partes vetadas	

Assunto:

Utilidade Pública

Situação	Em Vigor
----------	----------

Texto da Revogação :

▼ Ação de Inconstitucionalidade

Situação	Não Consta
Tipo de Ação	
Número da Ação	
Liminar Deferida	Não
Resultado da Ação com trânsito em julgado	
Link para a Ação	

► Redação Texto Anterior

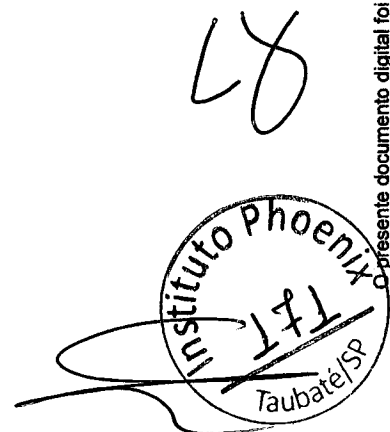


▼ Texto da Regulamentação

► Leis relacionadas ao Assunto desta Lei

Atalho para outros documentos

27





**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS DO CIDADÃO**

TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA

Nº 526

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITOS DO CIDADÃO, tendo em vista o que consta do Processo nº E-06/11.326/2003 e o disposto na Lei nº 4.099, de 22 de abril de 2003 e no Decreto-Lei nº 179, de 09 de julho de 1975,

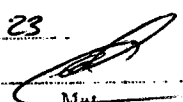
RESOLVE expedir o presente Título Declaratório de Utilidade Pública à ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA - APA, com sede na Rua Pinto da Fonseca, 08 – Magalhães Bastos, nesta Cidade.

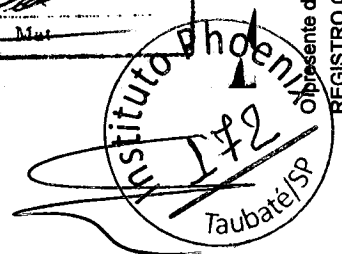
Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2003

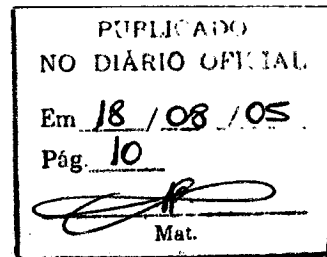

SERGIO ZVEITER

Secretário de Estado de Justiça e Direitos do Cidadão

VIDE VERSO

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
Em 15/09/2003
Pág. 23
 Mat



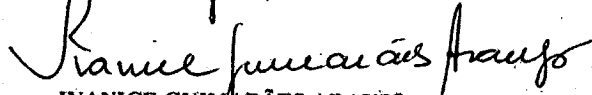


APOSTILA

ASSOCIAÇÃO PHOENIX/AUTO-ESTIMA - APA
REF: Processo nº E-06/11.326/2003

Fica revalidado, para os exercícios de 2005 e 2006, tendo em vista a decisão proferida no Processo nº E-06/10.552/81, e de conformidade com o Decreto-Lei nº 179, de 09.07.75, Resolução SJU nº 94, de 10.09.79 e Lei nº 3.383, de 05.04.2000, o presente Título Declaratório de Utilidade Pública.

Em 16 de Agosto de 2005.



IVANICE GUIMARÃES ARAÚJO
Coordenadora Especial de Assuntos de Justiça /SEJDIC

Ivanice Guimarães Araújo
Coordenadora Especial
Mat. 191768-1
Gab/CEAJ / SEJ

